

CÍCERO AGOSTINHO VIEIRA

A UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE
E A COMUNIDADE CAMPINENSE

UNICAMP

CAMPINAS - 1979

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

CÍCERO AGOSTINHO VIEIRA

A UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE
E A COMUNIDADE CAMPINENSE

(A URNe como resultante da política comunitária de Campina Grande na luta por uma posição hegemônica no contexto sócio - econômico e cultural da Paraíba - 1966 a 1976)

* *Dissertação apresentada como exigência parcial à obtenção do Grau de Mestre em Educação (Área de Filosofia e História da Educação) à Comissão Julgadora da Faculdade de Educação da UNICAMP, sob orientação do Prof. Dr. Casemiro dos Reis Filho*

CAMPINAS, 1979

DEDICATÓRIA

- A minha mãe Maria Dolores, que mesmo distante, seguiu os passos do filho nessa caminhada;

- A minha esposa Lourdinha, pela dedicação e paciência com que me acompanhou na elaboração deste ensaio.

- A minha filha Karla, pela esperança sempre renovada que soube inspirar, e aquele (ou aquela) que breve virá associar-se à trajetória do nosso existir, dedico esta dissertação.

A G R A D E C I M E N T O S

Ao Mestre, Orientador e amigo, Prof. Casemiro, pela aceitação da difícil tarefa de orientar, desempenhada com habilidade e competência profissionais.

A todos que, de uma maneira ou de outra emprestaram um pouco de sua atenção e dedicaram um pouco de sua atuação, contribuindo a que acontecesse este evento, o registro de nosso agradecimento.

COMISSÃO JULGADORA:

Í N D I C E

	<u>PÁGINA</u>
INTRODUÇÃO	
Origem do Problema	07
Justificativa	09
Delimitação do Problema	11
Hipótese de Trabalho	12
Revisão Bibliográfica	14
Procedimento Metodológico	15
CAPÍTULO I - ANÁLISE DAS UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR EM CAMPINA GRANDE E DAS FORÇAS QUE AS ORIGINARAM	18
1.1 - Escola Politécnica - Fundador: O Estado	24
1.2 - Faculdade Católica de Filosofia - Funda dor: Diocese	25
1.3 - Faculdade de Ciências Econômicas - Pre feitura	26
1.4 - Escola de Serviço Social - Fundada pela Congregação das Religiosas de S. Vicente de Paulo - Irmãs de Caridade	26
1.5 - FUNDACT (Fundação para o Desenvolvimen to da Ciência e da Técnica) - Prefeitu ra	28
1.6 - A Fundação da Universidade Regional do Nordeste	41
1.6.1 - Peculiaridades de Organização .	43
1.6.2 - Documentos e Legislação Especí fica	44

PÁGINA

CAPÍTULO II - ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE	52
2.1 - Estrutura e Objetivos	53
2.1.1 - Modelo da UNB - Adaptação ou Cópia? Confronto	62
2.2 - Cursos e Áreas de Conhecimento	73
2.3 - Regime de Acesso dos Alunos	76
2.4 - Regime Didático	77
2.5 - Recursos	79
2.5.1 - Humanos - Corpo Docente	79
2.5.2 - Financeiros	81
CAPÍTULO III - A UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE E A COMUNIDADE CAMPINENSE	85
3.1 - Características Sócio-Econômicas, Culturais e Políticas de Campina Grande	86
3.2 - Lutas e Crises da Universidade	102
3.2.1 - 1ª Fase - De 1966 a 1969	103
3.2.2 - 2ª Fase - De 1969 a 1973	108
3.2.3 - 3ª Fase - De 1973 a 1976	112
3.3 - Fatores e Soluções	114
3.4 - Perspectivas e Alternativas	120
CONCLUSÃO	132
BIBLIOGRAFIA	137
ANEXOS	149

ORÍGEN DO PROBLEMA

O Problema não nasceu hoje. Nem surgiu do nada, como "deus ex-machina". Era a situação crucial que envolvia a Educação no Nordeste, que embora não muito diferente das demais regiões brasileiras, apresentava-se com uma conotação de maior gravidade, pela marca da "miserabilidade" que a atingia. Aliás não poderia transparecer de outra forma, vez que nos demais setores, a região arrastava o desalento e a dor. Sendo a Educação um segmento apenas, de todo o conjunto da sociedade, teria que ser um reflexo da realidade em que se inseria.

Surgiu a preocupação e com ela uma reflexão séria sobre o quadro pintado acima, como também uma análise específica da crítica situação por que passava uma Universidade do interior do Nordeste, lutando para sobreviver no contexto da realidade paraibana, onde se instalara. Universidade essa, cuja existência era fruto da união de forças atuantes das lideranças de uma Comunidade: A Universidade Regional do Nordeste e a Comunidade de Campina Grande.

Já muito antes, portanto, de iniciarmos o programa de Mestrado na UNICAMP, alimentávamos a idéia de mostrar como essa Universidade exercia a sua função em meio a essa realidade, de que maneira se expressava no âmbito da Comunidade.

Era nosso intuito, analisar suas lutas, interpretar suas crises, bem como destacar o empenho dessa mesma Comunidade que sempre se ergueu em defesa de sua sobrevivência, como patrimônio cultural que lhe pertencia.

Não apenas conhecíamos a situação, mas mais

ainda, pela função docente e administrativa que desempenhá-
mos na instituição desde 1971, vivíamos intensamente o proble
ma em maior amplitude e com as mais variadas conotações. A
Universidade tornava-se o alvo das atenções de uns e centro
das preocupações de muitos. E questionada, principalmente nos
momentos de crise. De um lado, os que acreditando em sua so-
brevivência, arregimentavam forças e operacionalizavam recur-
sos em prol de sua estabilidade e aperfeiçoamento. Não falta-
va, porém, quem estigmatizando-a como instituição prestes a
falir, profetizasse sua extinção, ante às dificuldades visua-
lizadas. Tal situação não se limitava ao âmbito interno da
Universidade, mas extrapolando-a, refletia-se no seio da prô-
pria coletividade da Borborema. Este o problema que se consti-
tuía simultaneamente um desafio a já conhecida e aguerrida ca-
pacidade de a Comunidade Campinense organizar-se e unir-se na
defesa intransigente de seus mais altos interesses e pugnar
pela conquista de uma posição hegemônica no Estado.

E a Comunidade aceitou o desafio, mesmo cor-
rendo o risco de ver frustrados seus esforços e vã sua luta ,
tendo que enfrentar tão graves problemas e suportar tão agu-
das crises naquela conjuntura...

Assumi o compromisso e o resultado aĩ es-
sa: passados dez anos entre lutas, crises e desafios, a Uni-
versidade Regional do Nordeste coloca-se hoje de pẽ ante o
olhar crítico das autoridades e diante do consenso da comuni-
dade campinense em geral, como patrimônio cultural da região.
Situação essa que não significa acomodação, nem isenção de fa-
lhas. A Universidade continua cõnscia de suas limitadas capa-
cidades, ciente de que os problemas persistem, talvez melhor
equacionados, mas ainda não solucionados de todo e consciente
de que a solução não acontecerã fora do contexto sôcio-econõ-
mico da região nordeste em que estã inserida. Procurando inte-
grar-se harmonicamente no meio comunitário, como força criado-
ra e alimentadora da cultura. Nessa perspectiva merece ser
analisada, com esse referencial, questionada.

JUSTIFICATIVA

Após essas colocações preliminares, segundo as quais se percebe como surgiu o problema, caberia a tentativa de se justificar a razão de ser deste ensaio, numa análise em dimensão mais ampla e em maior profundidade. Para isso faz-se mister tecer outras considerações pertinentes ao assunto.

Nesse sentido, obviamente, o programa de Mestrado vem contribuindo progressivamente. A troca de experiências com outros centros educacionais, o confronto de idéias relacionadas à educação e à cultura brasileiras, o diálogo franco com colegas e mestres do mesmo programa e de outras áreas, fizeram com que o projeto inicialmente frágil, emergisse com maior solidez, numa perspectiva também de maior viabilidade. Um esforço substancial lhe foi introjetado, quando elaboramos um trabalho monográfico, como tarefa final do curso de Evolução da Educação Brasileira, sobre "A Evolução da Educação da Paraíba em geral, e de Campina Grande em particular". O trabalho, muito embora limitado por sua linearidade, dada a natureza de generalização do tema e amplitude do assunto dissertado, tornou-se por demais válido na definição e delimitação da temática a ser aqui tratada.

E mais: pode-se afirmar, sem exagero, que foi nessa década (1966-1976), em que a atenção tanto de instituições oficiais, quanto de entidades particulares mais se voltaram para o setor educacional. Encontros nacionais e regionais-conferências sobre sistema de ensino realizaram-se nesse período. Elaboram-se planos trienais e decenais, em que se privilegia a educação como elemento prioritário nessa fase de desenvolvimento nacional. Reformula-se o sistema educacional em todos os níveis de ensino (Leis 5540 e 5692). Reexamina-se a educação à luz de um novo modelo: o econômico.

Por que são então e agora tanto interesse, quando em épocas anteriores foi a educação sempre relegada a

plano inferior dentro dos padrões governamentais? E nessa década, valorizada como elemento fortalecedor do modelo nacional? O que se ocultaria por trás dessa nova filosofia oficial, o que não aparece, mas transparece nessa política "protecionista" da educação?¹

Eis um motivo a mais a contribuir na "construção" deste projeto referente à Universidade relacionada com a Comunidade.

Acrescente-se às razões apresentadas, uma outra motivação que se coloca no momento: o questionamento da Universidade Brasileira. Por todo o país desenvolve-se um processo analítico-crítico de um reexame da Universidade. Depois de 10 anos em que o problema permaneceu quase sem discussão, por força de "forças superiores", o assunto "Universidade" coloca-se na ordem do dia, em seminários, encontros, simpósios e semanas. E dentre os temas da 30^a semana da CPBS, em São Paulo, foi dos mais discutido e questionado. Sempre, porém, numa perspectiva de que a Universidade para cumprir seu papel criador e fomentador de cultura, tem de encontrar-se consigo mesma e auto analisar-se num posicionamento crítico.

Com tal objetivo, o professor Darcy Ribeiro vem-se empenhando com sua presença por todo o Brasil, abordando o assunto com professores, estudantes e outros interessados. E há pouco, quando do encerramento na INICAMP do Ciclo de Debates sobre o relacionamento entre Ciência - Universidade - Realidade Nacional, Darcy discorreu sobre a necessidade urgente que a Universidade tem de voltar-se para si mesma, a fim de auto-analisar-se e autogovernar-se. Todos esses argumentos se unem a que se concretize a tarefa de se abordar a Universidade Brasileira dentro de um contexto sócio-cultural e mais especificamente, a abordagem de uma Universidade Regio

1 - Bárbara Freitag - Escola, Estado e Sociedade, pág.7 e 8.

nal inserida no interior nordestino, visando à formação de uma consciência crítica e ao mesmo tempo em que se constitui fruto da política de uma comunidade que luta por uma posição hegemônica no contexto da realidade paraibana.

Justifica-se, pois, a análise, senão pela necessidade de se trazer à luz, o problema de sobrevivência de uma instituição de ensino superior no interior nordestino, pelo menos como tentativa de se mostrar o tipo de relacionamento entre Universidade e Comunidade.

DELIMITAÇÃO DO PROBLEMA

Poder-se-ia analisar o assunto sob outros aspectos, como: A Evolução do Ensino Superior em Campina Grande. Seria preciso, porém, encaixar-se as outras unidades de ensino superior aí existentes, mas não integrantes da URNe, como a Faculdade de Medicina e os cursos do Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), da UFPb. Todos da maior importância no desenvolvimento cultural de Campina Grande, mas que escapam a esta análise, que se restringe à Universidade Regional. Não se pretende escrever um "tratado da História da URNe". O objetivo deste ensaio é menos abrangente, menos pretensioso, pois limita-se à análise da Universidade articulada com a Comunidade. Que não se busque aqui a formal ordem cronológica dos fatos que envolveram a URNe, de sua fundação até hoje. E mesmo assim, o assunto não se esgotaria aí. Alguns outros aspectos que poderiam ser melhor explorados, serão tão somente mencionados, em vista aos objetivos propostos. Assim problemas de ordem puramente técnicos e burocráticos não cabem dentro deste projeto, como pertinentes ou prioritários. Não se adentra nos problemas de natureza política tipicamente partidária que certamente estão subjacentes à funcionalidade da Instituição em foco, embora não se possa excluir do poder da comunidade local, uma política educacional.

Dessa forma, a abordagem fixa-se tão somente à Universidade Regional do Nordeste, como resultante da política comunitária de Campina Grande em colocar-se no mesmo nível cultural, econômico e político que o da Capital. Para a consecução desse objetivo, no entanto, a comunidade campinense tem suportado toda a série de adversidades, enfrentando graves obstáculos, bem como tentando superar as barreiras que se lhe antepõem, quer no campo político, quer no econômico.

É certo que durante esse decênio em que a Universidade aí se implantou, a comunidade não se tem descuidado da concretização desse objetivo. Nem sempre, no entanto, as tentativas alcançaram os frutos almejados. Mesmo assim, continua a luta na busca de uma mais expressiva caracterização da Universidade no interior nordestino.

HIPÓTESE DE TRABALHO

Parte-se do pressuposto da existência de equilíbrio econômico-cultural entre os dois principais polos de desenvolvimento do Estado da Paraíba. A Capital, por suas características tradicionais de centro cultural e pelo "privilegio" da centralização administrativa; Campina Grande, pelo seu dinamismo, suas potencialidades, transformando-se no maior centro comercial, não só do Estado, mas de todo o interior nordestino.

Desde o início do século, com a inauguração da Estrada de Ferro (1907), ocupava lugar de proeminência, principalmente no âmbito da produção e exportação de algodão. Seu predomínio, porém, não se refletia apenas nesse produto, mas transforma-se em centro polarizador da economia nordestina. Com essas vantagens e mais ainda, com sua posição geográfica privilegiada, situada que está no mais alto do Planalto da Borborema e pela amenidade do seu clima (média térmica anual de 22°C), busca equiparar-se, senão superar a suprema -

cia natural da Capital. Renasce a rivalidade entre os dois centros, surge a concorrência que ainda persiste e que é por demais conhecida dos paraibanos em geral e lembrada até por personalidades de maior destaque no cenário nacional como José Américo de Almeida. Certa ocasião (30/01/64, ano do centenário de Campina Grande), recebeu em sua "Solidão de Tambaú, uma comitiva de campinenses que lhe foram comunicar a concessão pela Câmara de Vereadores, do título de Cidadão Campinense. Ao agradecer a honraria, assim referiu-se a Campina Grande: "O que mais me move o coração é ver que isso (homenagem) parte de uma terra agressivamente independente, de tradições e de rebeldias"... após abordar alguns problemas da cidade, continua: "depois - uma referência ligeira - era o problema da integração de Campina, porque houve um tempo de emulação. Havia duas capitais: João Pessoa, a Capital do Estado e Campina Grande, a Capital do Sertão." ²

A emulação, porém, ainda hoje é uma realidade, por vezes sutilmente velada, como também às vezes claramente revelada. A Capital paga um preço bem alto pela proximidade do Recife, que a entrava no seu desenvolvimento. Marcada pela tradição de cidade litorânea e herdeira da máquina burocrática da administração central do governo, João Pessoa desfila orgulhosamente seu "status" de centro cultural do Estado. Sem empenhar-se a fundo na luta pela conquista desse troféu que lhe é assegurado pelas tradições de sua história.

Campina Grande, ao contrário, sempre batalhou para adquirir sua fisionomia própria e quase sempre sem contar com o beneplácito da Capital, nem com as "beneces" do Poder. E essa característica de luta pelos seus interesses vem desde os seus primórdios, quando de sua ascensão A Vila Nova da Rainha, título esse, segundo os historiadores, que estaria destinado a São João do Cariri, mas que pela arrojada e agres-

2 - Revista Campinense de Cultura, ano II, Nº 5, pág. 68 a 70.

siva iniciativa de seus líderes, ficou sendo conquista sua...³

Dentro desse contexto de competição entre os dois centros de maior expressão cultural, política e econômica do Estado, é que se situa a Universidade Regional do Nordeste, como fruto de uma política agressiva da comunidade campinense.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ao que nos consta ainda não existe trabalho algum escrito especificamente sobre o assunto em foco, pelo menos nesse nível.

Há um livro do professor José Baptista Melo sobre a "Evolução do Ensino na Paraíba", mas que trata do assunto Educação Superior, apenas superficialmente e isso até 1955.

Recentemente o professor Cláudio José Lopes Rodrigues defendeu na USP, a tese sobre "O Magistério Secundário Estadual da Paraíba: Um Estudo Diacrônico".

Existe uma outra dissertação, essa defendida na PUC, Rio, por Djanria Brasiliano de Souza que enfoca as "Unidades de Ensino Superior na Paraíba".

É o que se tem conhecimento do que há que se possa ligar ao tema específico desta dissertação.

No mais, trata-se tão somente de referências espalhadas em jornais, em revistas sobre o Ensino Superior no Estado e em Campina Grande particularmente. Nesse contexto, pode-se considerar a dissertação projetada como a primeira que trata "ex-professo" da Universidade Regional do Nordeste integrada à Comunidade Campinense.

3 - Elpidio de Almeida - História de Campina Grande, pág. 40 a 48.

Levando-se em consideração, contudo, que o trabalho envolve Universidade e Comunidade, não se poderia desconhecer as muitas obras, cujo referencial primeiro dá-se a esse assunto. Constituem-se subsídios valiosos, os escritos de um Paulo Freire, Florestan Fernandes, Darcy Ribeiro, Anísio Teixeira e de muitos, cujo testemunho se invocará oportunamente.

Não tem sentido se tentar uma análise da Universidade, desvinculada do meio em que está instalada. Jamais assumiria sua identidade, isolada da realidade. "A Universidade se define em relação ao contexto social do qual é parte. A Universidade é por sua natureza, local de encontro de modelos culturais diversos, de visões de mundos diferentes." ⁴

Este o objetivo prioritário deste ensaio : apresentar a comunidade na luta pela criação e desenvolvimento de uma Universidade e esta por sua vez aí inserida, procurando atender aos anseios da Comunidade naquilo que lhe é inerente , como instituição plurifuncional, fonte criadora e fomentadora da cultura, numa perspectiva de conquista de liderança no âmbito estadual.

PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Considerando-se a Universidade Regional do Nordeste como fruto da união de forças atuantes da comunidade campinense, analisa-se primeiramente as Unidades de Ensino Superior, bem como as entidades que lhes deram origem ou influenciaram na sua implantação, em Campina Grande.

Depois, aborda-se a Universidade Regional propriamente dita: sua fundação, suas peculiaridades e a legislação específica que a rege.

4 - *Maria de Lourdes Fãvero. A Universidade Brasileira em Busca de sua Identidade. pág. 11.*

Vem a seguir o enfoque sobre a organização dessa instituição - os objetivos a que se propõe, seu regime didático e de acesso, assim como os diversos cursos aã implantados.

Logo apõs, como destaque especial, o relacionamento entre a Universidade e a Comunidade Campinense. É a análise das lutas e das crises porque passou ou ainda vive hoje a Universidade dentro do contexto sõcio-econõmico da regiõo. Os fatores responsãveis por esses problemas, bem como possíveis soluções.

E por fim a questõo: o que se reserva ao futuro da Universidade? As perspectivas de sua sobrevivência, as alternativas.

Em sãntese: no 1º Capítulo, trata-se das Unidades de Ensino Superior e das forças que influenciaram no seu desenvolvimento em Campina Grande, bem como dedica-se à fundaçõo da Universidade Regional do Nordeste. A sua organizaçõo fica reservada para o 2º Capítulo.

No 3º Capítulo, hã um estudo sobre a políti ca de integraçõo da Universidade, com a Comunidade Campinense. E por ùltimo as possíveis conclusões tiradas deste trabalho.

O processo metodolõgico adotado não se restringe, porẽm, a um mero relato factual da crõnica narrativista de acontecimentos, que nada representam, quando não acompanhados de uma tentativa de compreensõo em manifestar seus sentidos, quando dissociados de uma análise interpretativa.

Mas tambẽm não se pode reduzir a verdade histõrica a simples esquemas teõricos de interpretaçõo, nem tão pouco privilegiar os acontecimentos, como a ùnica realidade a ser destacada. Não. A açõo se desenvolve dentro de um processo simultãneo. Ao desenvolvimento dos fatos, alia-se ao mesmo tempo uma tentativa de análise interpretativa dos elementos que os compõem e do contexto em que se situam.

Este o procedimento no campo da metodologia com relação a esta dissertação.

Não há preocupação em se prender a esquemas metodológicos táticos e estereotipados. Mais significativos do que "rotular" um método com denominação por vezes vazia e artificial, é voltar-se para o interior da realidade de que se está tratando e emprestar-lhe maior sentido integrativo. Abandona-se a "conquista" pretensiosa e presunçosa da descoberta e rotulação metodológica, para se atentar com maior acuidade para a Unidade que deve acompanhar este trabalho. Com isso, está se valorizando em dimensão mais ampla a autêntica ação metodológica, que deve transparecer significativamente, caracterizando cada momento deste ensaio. Sem preocupações outras de âmbito formalista.

Método, não se fabrica para se introjetar na produção literária, método flui conscientemente, à medida que emerge a criação e expressão das idéias...

I - ANÁLISE DAS UNIDADES DE ENSINO SUPERIOR EM CAMPINA GRANDE
E DAS INSTITUIÇÕES QUE AS ORIGINARAM

Afirmar que a educação brasileira encontra-se em crise, é repetir o óbvio. O consenso geral o afirma. Tal constatação nos leva a uma outra de maior amplitude: que a sociedade brasileira vive em crise. Nem pode haver contestação. Sendo a educação um segmento apenas, do conjunto que é a sociedade, se esta se debate e se agita em crise, a educação também não se pode furtar a esta situação, cujos efeitos tornam-se imprevisíveis.

Não se poderia jamais "pensar" Educação Brasileira, senão inserida no contexto sócio-econômico do Brasil. Dissociar dessa realidade, significa esvaziá-la de todo o seu conteúdo significativo, reduzi-la a um mero formalismo pedagógico, dimensioná-la a simples esquemas mentais e a técnicas formais.

Numa análise retrospectiva da educação brasileira, constata-se que nem sempre funciona essa forma de encarar o discurso pedagógico dentro do processo histórico em que se desenvolve. Por vezes, à educação se atribui uma máxima responsabilidade ante os destinos do Homem instalado no Mundo. Trata-se da chamada "Visão Messiânica" de que só a Educação (à semelhança com a "Sola Fides...") salva o homem do caos; que as transformações sociais somente advirão (um linguajar profético) pelos canais das mudanças educacionais. A educação se constitui então fórmula mágica que soluciona todos os problemas que a sociedade enfrenta.

Mas há também os que minimizam seu papel formador, relegando-a a mero instrumento de manipulação de interesses, quer do poder estatal, quer de instituições que industrializam o ensino, com o rótulo de educação.

Essa maneira de ver educação, parece não ter sofrido alteração significativa no decorrer de nossa História. As mudanças, além de ocasionais, ocorreram mais a níveis puramente formais e em função do poder dominante, sem que se tocasse a questão em sua substantividade:

O problema educacional não existe, nem subsiste por si só, nem se manifesta isoladamente. A professora Otaiza Romanelli, em sua "História da Educação Brasileira", faz uma análise da educação vinculando-a intimamente à evolução do sistema econômico, gerador ou não de uma demanda de recursos humanos, cuja preparação se atribui à educação. Mas não são. A cultura também se constitui fator de influência da escolha profissional na escola. E nem se poderia omitir o elemento político, relacionando-se tão proximamente com o sistema de ensino. E há até quem afirme ser o problema educacional, primeiramente político: a ação pedagógica é ação política; - entende-se educação não como mera instrução, mas como um processo de vida, numa concepção mais ampla e mais profunda.

Nessa perspectiva não se pode jamais conceber um processo educacional (no trabalho em foco, a Universidade articulando-se com a Comunidade), desvinculado dos problemas políticos, econômicos e sócio-culturais. É que Educação e Sociedade não se dissociam, mas integram-se num todo, em que se revela a reciprocidade de influências. Assim como o homem que se constitui uma unidade indivisa em sua substancialidade, mas que muitas vezes foi visto dicotomicamente corpo x alma, assim também a educação não se separa do todo que é a sociedade.

A maneira de atuar desses elementos, contudo, é diversificada. Quando agem integradamente, resulta um sistema educacional condizente com o contexto em que se insere, que é a sociedade. Ao contrário, a ação desintegrada pode gerar o desequilíbrio e a defasagem. E sempre que tal fenôme-

no ocorre, a crise educacional se manifesta.¹

E o problema que não é de agora vem se agravando, sobretudo nas últimas décadas com o aumento da demanda social da educação. E ainda por sua vez, a tão decantada expansão do ensino apresenta-se sobrecarregando uma série de falhas, como: diminuta oferta de vagas, aprendizagem deficiente, dentro de uma discriminação social das mais injustas. E mais: desatualização do ensino com relação aos problemas concretos de uma sociedade, a caminho da industrialização, gerando assim uma gritante inadequação do sistema educacional aos demais sistemas. Nesse sentido se expressa Otaiza: "manifestou-se então uma inadequação entre o sistema educacional, de um lado e a expansão econômica e as mudanças sócio-culturais porque passava a sociedade brasileira, de outro. É esta inadequação que define a defasagem entre a educação e o desenvolvimento brasileiro após 1930."²

Mas não é só. A situação se agrava mais ainda, a partir das contradições internas do próprio sistema político dominante, em luta pelo poder. Toda essa distorção vai se refletir na organização e estrutura do ensino brasileiro, em todos os níveis, acentuando-se significativamente no 3º grau, a Universidade.

E aí predomina, em geral, a mentalidade conservadora e tradicionalista, responsável pelos instrumentos de controle e de expansão de ensino, ora discriminando e selecionado arbitrariamente, ora privilegiando a expansão do ensino tipicamente acadêmico, em detrimento de uma educação integral do homem na sociedade. Esse quadro persiste até hoje, agravado com a marca da tecnoburocracia, como expressão do poder dominante.

1 - Otaiza de Oliveira Romanelli - *História da Educação Brasileira* - Editora Vozes Petrópolis, 1978, pág. 14.

2 - *Idem, Ibidem* - pág. 15.

Essa, em síntese, a situação em que se debate a educação brasileira nas últimas décadas. Configura-se então a defasagem entre educação e o desenvolvimento econômico, em função do sistema político que o sustenta. E é esse também o quadro referencial em que basicamente se desenvolve o nosso trabalho, com relação à Universidade articulando-se com a comunidade. Sobretudo no período em que a Universidade brasileira mais vivenciou sua crise.

Se se observa, porém, o problema em função das regiões, no Nordeste a situação não difere significativamente das demais regiões do país, senão por abrangência maior e maior gravidade com que se manifestam os problemas sócio-econômicos, cuja soluções tornam-se mais complexas, lentas e distantes e por vezes menos autênticas. Vale, contudo, uma caminhada pelo Nordeste na época pós-getuliana em plena fase do mito desenvolvimentista com marca e fisionomia de JK. Criam-se então mecanismos aptos a acelerar o processo de industrialização e de desenvolvimento. É dentro desse contexto que nasce a SUDENE (Lei 3.692 de 15.12.59), expressão mítica da esperança de uma região que busca desesperadamente solução para os problemas que tão crua e cruelmente a afligem. Para uns, a SUDENE é sinal, é redenção, um marco na história nordestina. Para outros, criticada como mero instrumento de manipulação política nas mãos de quem detém o poder. Quando criada, apresentava objetivos os mais sérios e os mais capazes de atuar na região nordeste. Depois, tais objetivos foram sendo distorcidos em função de interesses excusos a essa mesma região. Mas a SUDENE está aí, como fonte de análise, como ponto de questionamento a todos aqueles que pretendem desenvolver qualquer tipo de trabalho sério sobre a realidade nordestina. Assim, quando se focaliza o problema educacional nessa região tão carente de recursos, não se pode omitir a SUDENE, seja por sua omissão ou sua participação...

E é assim, dentro de um Nordeste marcado por

contradições sociais, as mais graves, das condições econômicas, as mais desiguais, que se insere a educação. Não como um elemento à parte, mas como parte integrante de todo o processo social. Dentro daquela euforia desenvolvimentista do final da década de 50, é que se situa a análise sobre o ensino superior, relacionado com a Comunidade.

A Paraíba nessa fase já havia consolidado, na Capital, a instalação de sua Universidade Estadual, no governo de José Américo de Almeida, em 1955, posteriormente federalizada, no período de Juscelino Kubitscheck, em fim de dezembro de 60.

Em Campina Grande, funcionavam apenas: A Escola Politécnica (1954) e a Faculdade Católica de Filosofia (1955). A cidade, porém, crescia e se modernizava. Face a tal progresso, a Comunidade já não se contentava em ostentar a imagem de uma Campina tipicamente comercial, voltada para as "coisas" materiais... Onde ficaria a Cultura? E a Educação? Urge mudar. Apresentar uma nova fotografia, em que se apresentasse com roupagem renovada, hábitos modificados.

E a inovação aconteceu logo no início da década de 60, quando da instalação de mais duas unidades de Ensino Superior. Convém analisar-se, ao menos sucintamente, cada um desses Institutos para se obter uma imagem global de todo o complexo universitário nessa época em Campina Grande.

1.1 - ESCOLA POLITÉCNICA - FUNDADOR: O ESTADO

Corria o ano de 1952. Um grupo de jovens campinenses fizeram circular a idéia de se fundar uma Faculdade de Engenharia. Encontraram resistência. Na Capital, também se pleiteava tal intento. Mesmo ante esses obstáculos, alguns engenheiros de diversos órgãos estatais (DER, DNER, DNEF, DNOCS) se uniram em torno desse objetivo e conseguiram ver realizada sua proposta.

Em 1954 começa a funcionar a primeira Unidade de Ensino Superior em Campina Grande, a Escola Politécnica criada pela Lei Estadual Nº 792/52, graças sobretudo ao empenho do Governador de então, o Ministro José Américo de Almeida. Passou a integrar a recém-criada Universidade Estadual, pela Lei Nº 1.366 - 02.12.55, federalizando-se, juntamente com a Universidade, conforme Lei Nº 3.835 de 13.12.1960, do então Presidente Juscelino.

O Estado foi, portanto, pioneiro ao criar essa instituição de Ensino Superior em Campina Grande e que veio prestar seus serviços em alto nível à comunidade local e regional. A POLI constituiu-se, dessa forma, num marco significativo para Campina Grande, no sentido também de abrir o caminho a que outras unidades de ensino superior surgissem.

1.2 - FACULDADE CATÓLICA DE FILOSOFIA - FUNDADOR: DIOCESE

Em 1954, 24 de abril, foi a vez de a Diocese, instalada em 1949, agir em função do Ensino Superior, instituindo, através do seu primeiro bispo, D. Anselmo Pietrulla, a Faculdade Católica de Filosofia. Autorizada a funcionar pelo Decreto Federal Nº 3793 de 18 de abril de 1955, sua aula inaugural foi pronunciada pelo Reitor da UNICAP (Universidade Católica de Pernambuco), Pe. Francisco Tavares Bragança, nesse mês de abril de 1955. Foi essa Faculdade, como que o embrião da futura Universidade Regional. Mesmo contando com apenas dois cursos, Línguas Anglo-Germânicas e Neo-Latinas, e tendo atravessado uma série de crises financeiras, sobretudo no início da década de 60, a Faculdade de Filosofia na época da fundação da URNe, com mais de dez anos de funcionamento, cumpriu a tarefa a que se propusera: a formação de professores para o ensino médio da época.

1.3 - FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS - PREFEITURA

Ainda no ano de 1955, foi criada pelo Prefeito Plínio Lemos, a Faculdade de Ciências Econômicas, conforme Lei Municipal Nº 512, de 01.07.55, mas que só entraria em funcionamento em 1960, ano em que passou a integrar a UFPB, vez que a segunda administração do Prefeito Elpidio de Almeida deu prioridades ao ensino primário na época, não se empenhando em fazer funcionar essa Faculdade, como também não criando nenhuma Unidade de Ensino Superior no Município.

1.4 - ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL - FUNDADA PELA CONGREGAÇÃO DAS RELIGIOSAS DE S. VICENTE DE PAULO - IRMÃS DE CARIDADE

Foi fundada em outubro de 1957, mas só veio a funcionar em 1960, após publicado o decreto de autorização, de Nº 42.245 de 16 de novembro de 1959, da Presidência da República.

Essa Congregação já desenvolvia suas atividades no campo da Educação, antes de fundada a Escola, que do ravante teria como finalidade "promover a formação do pessoal técnico habilitado para a execução e direção do Serviço Social em qualquer de seus campos; aperfeiçoar e propagar os conhecimentos e técnicas relativas ao Serviço Social"... part.2, do seu 1º Regimento Interno).

Por ocasião do ato da fundação da Escola, o professor Lopes de Andrade em sua coluna do Diário da Borborema, do dia 10 de outubro, assim se expressou:

"A criação da terceira Escola Superior de

Campina Grande, ontem levada a efeito pelas Irmãs de Caridade de São Vicente de Paulo, constitui um fato da mais alta importância para esta cidade e as populações do interior do Estado da Paraíba e de outros Estados nordestinos. Significa antes de tudo, que esta cidade se coloca, corajosamente, na vanguarda do progresso cultural da Região, fazendo-o, porém, com a exata consciência das necessidades regionais, que são, principalmente, científicas e tecnológicas"...³

Também essa escola viveu momentos de profunda crise e para superá-la tentou em vão, agregar-se à UFPB. A propósito dessa crise, o professor Stênio Lopes escreveu diversos artigos no Diário da Borborema em defesa das Unidades de Ensino Superior Particulares em Campina Grande. Assim, no dia 18 de agosto de 1964 dissertou sobre o assunto com o seguinte título: "Não matem as Faculdades". É interessante a análise de alguns tópicos para melhor se entender a questão. Expressa-se o Prof. Stênio:

"A Faculdade de Serviço Social poderá ser fechada. As Irmãs de Caridade certamente não deixarão chegar ao lamentável estado em que se encontra a Faculdade de Filosofia, sua irmã de lutas e de penas, que está sem pagar aos seus professores desde o início desse ano letivo... (...) Mas a idéia de fechar essas duas Faculdades, sem antes se travar muito combate, é coisa em que não se pensa. A luta vai ser grande. Já começou. Lutar para que? Que espécie de luta? Perguntarão os leitores. É a luta pela agregação das duas escolas à Universidade da Paraíba. (...) O fechamento das Faculdades de Serviço Social e de Filosofia de Campina Grande seria um absurdo. A primeira tem preparado moças excepcionalmente

3 - Lopes de Andrade. "Diário da Borborema" - Homens e Fatos -
Ciência e Técnica. Dia 10 de outubro de 1957.

úteis ao serviço comunitário do SESI e já agora da Prefeitura Municipal. Quanto à Faculdade de Filosofia, ela prepara os professores de que necessitamos para o ensino médio da cidade. (...) A melhoria do ensino médio interessa imensamente ao Ensino Superior, e a Faculdade de Filosofia poderá melhorar a qualidade dos docentes do Ensino Médio. Resumindo: estas duas Faculdades são indispensáveis a Campina Grande. Deixá-las morrer, seria um crime contra a comunidade." ⁴

Vê-se como é o empenho da própria comunidade em defesa de suas Unidades de Ensino Superior. Em outros artigos, a Imprensa continua a bradar em prol de suas Faculdades para que não morram, sem a devida assistência.

1.5 - FUNDACT (FUNDAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E DA TÉCNICA) - PREFEITURA

Pela Lei Municipal Nº 48/57 de 28 de dezembro de 1957, o prefeito Elpídio de Almeida criou essa fundação, da maior importância para o desenvolvimento da comunidade campinense. Aludiu-se ao fato de ele não ter criado nenhuma Faculdade em sua gestão, mas a bem da verdade e da justiça, tornou-se o grande incentivador do Ensino Superior em Campina Grande ao criar a FUNDACT.

Essa Instituição, por um período de quase dez anos prestou eficiente ajuda às Unidades de Ensino Superior existentes, como também garantiu, de certa forma, a organização e o começo de funcionamento das duas escolas recém-instaladas: Ciências Econômicas e de Serviço Social. Era, porém, o que constava entre outros objetivos da FUNDACT:

⁴ - Stênio Lopes - Diário da Borborema, 18 de agosto de 1964, pág. 7.

"Auxiliar a manutenção e o desenvolvimento de Institutos de grau superior; promover ou auxiliar a criação de novos institutos de grau superior e de instituições complementares..."

Aquela época, uma instituição com tais características e tal empreendimento, iria prestar o serviço da maior importância a Campina Grande, até então com apenas dois "institutos de grau superior".

E em 1966, quando se incorporou com todo seu patrimônio à FURNe, atingiu os objetivos a que fora instituída.

Pode-se afirmar, que sua atuação se constituía em uma das forças vivas que favoreceram o surgimento e impulsionaram o desenvolvimento de instituições de Ensino Superior em Campina Grande.

No início da década de 60, enquanto a Capital orgulhava-se por manter em funcionamento uma Universidade, Campina Grande contava, no panorama educacional-cultural superior, com apenas duas Faculdades particulares (Filosofia e Serviço Social), além das duas outras, a Politécnica e a de Ciências Econômicas, ambas privilegiadas pela incorporação à UFPb.

Em 1961, o prefeito Severino Cabral, criou uma Faculdade de Arquitetura e Belas Artes, pela Lei Municipal Nº 95/61, mas que jamais teve condições de funcionar.

Em 1963, os odontólogos criaram uma Sociedade Mantenedora de uma Faculdade de Odontologia, cuja criação aconteceria apenas em 1971, com a Lei Municipal Nº 51/71.

No início de 1964, era a vez dos médicos, através da Sociedade Médica, instituírem a Sociedade Mantenedora de uma Faculdade de Medicina, cuja funcionamento só se deu em agosto de 1968.

Ainda nesse mesmo ano, os Evangélicos Campinenses (Igreja Evangélica Congregacional), através do Instituto de Educação "João Clímaco Ximenes" criaram uma Faculdade de Direito, cuja autorização de funcionamento foi negada, conforme Parecer Nº 237 de 02 de maio de 1966, do CFE. Motivo: falta de recursos humanos e materiais.

Era o esforço da comunidade, no desejo de expandir o ensino superior, como recurso para aproximar-se ao panorama cultural da Capital. Essa idéia de expansão vai amadurecendo, sempre que tentativas dessa natureza são tomadas pelas forças da comunidade.

O ano de 1964, apresenta-se pródigo de acontecimentos, tanto em âmbito nacional, quanto local. Assim é que, além das iniciativas apresentadas, há uma referência do professor Stênio Lopes a uma tentativa conjunta da SUDENE, Sociedade Mantenedora da Faculdade de Medicina, Estado e Município em instituir um grupo de trabalho a que elaborasse uma pesquisa em Campina Grande no sentido de se colher dados para se saber da viabilidade de se criar uma Universidade. Infelizmente ignora-se os motivos porque a idéia não se concretizou, ficando apenas na aspiração dessas entidades. Talvez em face aos "fastos" de março ocorridos no País...

Em 1964, também seria de grande significado para Campina Grande, quando estava comemorando seu primeiro Centenário de autonomia municipal. Muito embora a difícil e complexa fase político - institucional porque passava o País, a efeméride foi comemorada com vasta programação, elaborada por uma comissão especialmente criada para esse fim, por uma comunidade traumatizada com a cassação do mandato do Prefeito eleito pelos votos de seus munícipes, pelas forças de março de 64... Mas essa é outra estória...

A nossa análise se prende a fatos e atos que precederam a fundação da FURNe. A iniciativa de todas essas instituições em prol do Ensino Superior apresentam-se co-

mo peças fundamentais que se articularam e influenciaram na construção da Universidade. Cada elemento se unindo à ação de um outro, formando um elo a exigir a sua criação. Não se pretende afirmar que todos se revelassem plenamente conscientes da necessidade desta instituição; mas quando eles se decidiram atuar no campo do Ensino Superior, estavam contribuindo para a concretização desse ideal.

Convém frisar, aliás, que Campina Grande sempre lutou por equiparar-se à Capital e até mesmo superá-la pela conquista de uma posição de liderança no âmbito estadual. Por que não agora, quando a luta coloca-se em função da cultura, rumo à educação? Seria válido então que apenas movida pela rivalidade, se decidisse a instalar uma Universidade? Um capricho? Sonho ou bairrismo de cidade provinciana? Emulação ou ousadia, esforço de uma comunidade batalhadora? A idéia amadurecia sempre mais.

Assim em 1966, ano da fundação da URNE, apresenta-se o quadro seguinte, em termos de ensino superior em Campina Grande: Duas Faculdades (POLI e FACE) já incorporadas à UFPB - A Faculdade Católica de Filosofia e a Escola de Serviço Social, ambas "rejeitadas" pela Universidade Federal da Paraíba e enfrentando uma série de dificuldades em vista à escassez de recursos, como já se frisou anteriormente.

Nesse momento histórico, dá-se a tomada de posição definida e definitiva da Prefeitura em prol de uma Universidade para Campina Grande. Assim é que em 15 de fevereiro de 1966, o Prefeito, Prof. Williams de Sousa Arruda, interpretando os mais autênticos anseios da Comunidade, envia mensagem à apreciação e à aprovação da Câmara de Vereadores, propondo a criação da Universidade Regional do Nordeste.

Assim se expressou o chefe da edilidade campinense:

"Apraz-me encaminhar à apreciação e aprovação dessa Colenda Câmara o anexo Projeto de

*Lei, que cria a Universidade Regional do Nordeste (URN) sediada em Campina Grande, com autonomia administrativa, financeira e disciplinar e finalidade de promover e coordenar a realização de ensino de grau superior, em todos os seus ramos, e da pesquisa científica e tecnológica, visando a preparação, melhoria e multiplicidade dos recursos humanos exigidos pelo desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste, e ao aprimoramento intelectual do homem, mediante a utilização de recursos próprios e/ou em colaboração com pessoas físicas e de direito público e privado, do País ou do Estrangeiro, regendo-se pela legislação específica do ensino brasileiro, pelo seu Estatuto e pelos Regimentos de suas respectivas unidades de ensino e pesquisa."*⁵

Vê-se como ousadas as pretensões dos fundadores? Sobretudo se se atentar para a situação política em que se debatia o País e o contexto sócio-econômico em que vivia o Nordeste. Interessante como se manifesta a visão de uma Universidade, que deveria, não só integrar-se à realidade nordestina, como tornar-se elemento multiplicador de recursos humanos na região, como instrumento de ação cultural e aperfeiçoamento intelectual do Homem.

Seria esse, realmente, o papel da Universidade numa região supercarente de recursos? - Ou a Universidade iria refletir e até mesmo reproduzir a situação real em que vive o Homem do interior nordestino? Estaria ela em sintonia com a realidade agro-exportadora-comercial vivida por Campina Grande? E mais: o prefeito afirma na referida mensagem:

O Poder Executivo Municipal decidiu-se a dar este importante passo no campo do desenvolvimento cultural, por estar convencido de que, sem o imediato amparo à expansão das atividades básicas nesse setor, se apresentadas, sobretudo, pela formação de

5 - Williams Arruda - Mensagem à Câmara - Publicação da FURNE - Pág. 7.

pessoal especializado para as tarefas de alto nível, diretamente comprometido no esforço local e regional, e extraordinário surto de progresso de Campina Grande verificado nas três últimas décadas, sofrerá inevitável estrangulamento, a exemplo do que aconteceu com outras cidades florescentes paraibanas que se descuraram da preparação dos recursos humanos para absorção em seu processo de desenvolvimento e se viram, de repente, paralizadas e postas à margem da corrente de progresso da região. (...) Ao Poder Público atribui-se, presentemente, importante papel como detentor do desenvolvimento das áreas que se atrasaram. Ocupando posição de cidade-polo na região médio-central da Paraíba e do Nordeste, Campina Grande tem responsabilidades indeclináveis em relação às áreas sobre as quais irradia influências econômicas, sociais e políticas... 6

Mais um argumento em prol de nossa hipótese: Campina Grande e João Pessoa, dois polos de desenvolvimento em disputa pela liderança no Estado, lutando pela conquista da hegemonia política, cultural e econômica. A criação de uma Universidade, segundo seus fundadores, viria fortalecer essa política, pois só ela "racionalizaria e orientaria essas influências..."

Por outro lado, percebe-se que o processo de criação de uma Universidade não se apresenta extemporâneo, mas como fruto de uma política consciente da Comunidade, como se depreende do texto e emana do contexto em que se insere. A idéia vem sempre mais amadurecendo. A cada passo surgem razões de toda ordem, como justificativa para que se erga uma instituição capaz de evitar o estrangulamento e estagnação do desenvolvimento de Campina Grande. E nessas inúmeras justificativas, às vezes se exagera o papel de uma Universidade, como se pode deduzir do texto supra... Esperava-se da Universidade,

6- Cf. Mensagem do Prefeito, pgs. 8 e 9.

quase que o "milagre" de criar o desenvolvimento, como que a máquina de fazer o progresso. Aliás é essa uma constante em todo o processo, como se pode perceber, ao se analisar o Parecer da Câmara de Vereadores em favor do projeto emanado do Poder Executivo.

O Poder Legislativo, após estudo e Parecer favorável da Comissão de Educação, aprovava o referido projeto. É interessante a análise de alguns tópicos para se aquilatar o nível de discussão e compreensão dos representantes oficiais da Comunidade na Câmara. Dizem que primeiramente iriam apreciar a posição peculiar de Campina Grande dentro da realidade nordestina, para melhor fundamentar o Parecer. Depois endossaram o pensamento do Prefeito quanto ao surto do progresso de Campina Grande e o risco que ela corre de esvaziamento, se o aspecto cultural não for acionado e afirmam:

"Na altura a que chegamos, a paralização do progresso de Campina Grande, significará a paralização também do progresso de extensa área compreendida por vários municípios do Brejo, Cariri e do Sertão da Paraíba, além de outros situados em Estados diversos do Nordeste. Isto porque, há mais de meio século, o crescimento econômico-social dessa área vem sendo induzido pelo seu centro dinâmico, localizado nesta cidade, e se lhe faltarem os estímulos desse centro muito provavelmente a área toda deixará de crescer a um ritmo considerado satisfatório." 7

Uma vez mais se enfatiza o papel de Campina Grande, como centro polarizador com relação à região nordestina. Parar o crescimento e a modernização de Campina Grande significa estagnar o ritmo de progresso de uma extensa área

7 - Parecer Nº 26/76 da Câmara Municipal - Publicação da FURNE, pág. 11

sob sua influência. Questiona-se como Campina Grande alcançou esse estágio de desenvolvimento e chegou a esse nível de liderança.

"Tal posição ocupada por Campina Grande no cenário paraibano e nordestino, não é nenhuma dádiva de Deus, mas custou grande cota de sacrifício, de ousadia e de esforço produtivo dos nossos antepassados, recentes e remotos. Garantí-la e fazê-la avançar a um ponto maior e mais destacado, é tarefa das gerações atuais, que terão de se mostrar dignas do encargo, não permitindo que a cidade perca o seu dinamismo e retroaja em seu caminho."⁸

Mais um argumento a confirmar o que se pretende mostrar neste ensaio: Campina Grande à procura de uma posição de liderança no âmbito estadual, competindo com a Capital. Quando atinge tal objetivo, é por esforço próprio, numa luta incessante dos membros mais atuantes da comunidade. É necessário, não apenas assegurar essa posição hegemônica, mas fazê-la crescer sempre mais, tarefa essa a ser desempenhada por toda a comunidade campinense, sob pena de voltar a estágios inferiores na escala do progresso.

Como comprovante de todas estas afirmativas, recorrem os que elaboraram o referido Parecer a dados e fontes insuspeitas, quer provenientes de órgãos oficiais (SUDENE), por exemplo, quer de jornais do sul do País.

"Estatísticas insuspeitas asseguram que Campina Grande é a quarta cidade economicamente desenvolvida do Nordeste, inclusive as capitais de Estado, e a sétima mais importante do Brasil, exclusive as capitais de Estado. No ano de 1962 - ano base para o Nordeste, pois nele se inicia a execução

8 - Parecer Nº 26/76 da Câmara Municipal - Publicação da FURNe, pág. 11.

do 1º Plano Diretor da SUDENE - o consumo de energia elétrica, índice indispensável de desenvolvimento econômico e social (sic), já apresentava quatro grandes unidades consumidoras em toda a região: ⁹

CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA

NORDESTE - 1962

<u>Unidades Consumidoras</u>	<u>Consumo Anual (1.000 Kwh)</u>
1. Recife	305.287
2. Salvador	212.664
3. Fortaleza	66.510
4. Campina Grande	27.932

Refere-se ainda o Parecer a uma pesquisa publicada pelo jornal carioca, "Tribuna da Imprensa", do dia 11 de novembro de 1965, em que são relacionados os dez municípios brasileiros de maior arrecadação, excluindo as capitais. Campina Grande ocupa o 7º lugar como a única do Norte e Nordeste do País. Campinas, em São Paulo é a única da relação a contar com uma Universidade em funcionamento. (Santos e Pelotas constantes da mesma lista, segundo o Parecer, estavam organizando as suas). Lembravam ainda do caso de cidades de menor porte (São Carlos e Juiz de Fora), mas que já dispunham de Universidades.

"Aceitar o desafio do desenvolvimento do Novo Nordeste, eis algo que a nossa cidade e seus homens públicos e privados não podem fugir. Quanto ao desenvolvimento apenas econômico, Campina Grande continua respondendo positivamente aquele desafio. Em 1965, somente cinco cidades nordestinas conseguiram aprovar número expressivo de projetos industriais na SUDENE, entre as quais Campina Grande obteve colocação das mais honrosas.

9 - Parecer Nº 26/66, págs. 11 e 12.

PROJETOS INDUSTRIAIS APROVADOS NA SUDENE
1965

<u>Cidades</u>	<u>Nº de Projetos</u>
1. Recife	43
2. Salvador	37
3. Fortaleza	23
4. Campina Grande	19
5. Maceió	11

E concluem o raciocínio aqueles que elaboraram o referido parecer:

"Todo o comportamento de Campina Grande, no contexto regional é de uma autêntica Capital." 10

Percebe-se claramente a nossa idéia e confirma-se a nossa hipótese de que Campina Grande se apresenta no cenário estadual, lutando por uma posição hegemônica, numa disputa sem trêguas com a Capital. São que levando desvantagens em relação a João Pessoa que usufrui dos privilégios inerentes à condição de capital do Estado. Campina Grande, ao contrário, tenta conquistar tal posição a troco de esforço produtivo, do denodo, do sacrifício e da ousadia de seus munícipes. Não se constitui como se viu, "dádiva de Deus" caída do céu, nem presente de governantes, mas sim fruto da união de forças dos que desejam o progresso não só material, mas cultural de Campina Grande. Nesse sentido, aliás, fazem referências a uma pesquisa da geógrafa do Conselho Nacional de Geografia, Maria Francisca Thereza C. Cardoso, publicada em 1964, sob o título: "Campina Grande e sua função como Capital Regional."

10 - CF. Parecer Nº 26/66, pág. 13

"Mas indubitavelmente no plano das atividades econômicas, aquele comportamento necessita ser complementado no plano cultural, em que o trabalho se apresenta desarticulado e deficiente. Temos duas Escolas Superiores, de Engenharia e de Ciências Econômicas, que dispõem de recursos suficientes para se desenvolverem, oriundos da esfera federal, através da UFPB. Duas outras - de Filosofia e de Serviço Social - enfrentam terríveis dificuldades para sobreviver. E começam a surgir Escolas novas - de Direito, de Medicina, de Odontologia, etc, - para as quais há necessidade de mobilização de grandes recursos. As Escolas de Filosofia e de Serviço Social tentaram a agregação à Universidade Federal da Paraíba (UFPB), mas esta não as aceitou...¹¹ (o grifo é nosso).

Percebe-se pelo texto, a situação de contraste vivida pelo Ensino Superior em Campina Grande. De um lado, duas unidades privilegiadas, incorporadas à UFPB e de outro, duas outras passando suas crises. Aliás já se enfocou essa situação e que agora vem de ser inserida no Parecer da Câmara ao Projeto de Lei que cria a URNe. Manifestaram a necessidade de se complementar o quadro da realidade de Campina Grande no plano cultural, com a articulação do Ensino Superior...

"Aguardar que as livres forças de mercado resolvam o problema, é desconhecer o que os especialistas em ciência social (sic!) chamam de "O Princípio da Causação Circular", deixando que se eternize o "círculo vicioso": não teremos Universidade, porque não temos os recursos para mantê-la, e não teremos os recursos, porque não temos Universidade para pleiteá-los e recebê-los... Ao Poder Público, nas áreas subdesenvolvidas, impõe-se a iniciativa de romper o im-

11 - Cf. Parecer da Câmara - Publicação da FURNe, pg. 14.

passa, mudando as regras do jogo, isto é, tornando "a causação circular de negativa a positiva e permitindo que o processo siga, normalmente seu curso, antes interrompido... 12

Vê-se como é inegável o empenho da Comunidade, através da atuação de seus representantes políticos, na criação da URNE. Não se trata de uma mera vaidade ou veleidade político-partidária para ilustrar Campina Grande e favorecer políticos, mas de um empreendimento sério em que esses elementos da Comunidade se uniram na defesa de sua instituição. Clarifica-se, dessa forma, nossa posição de que a Universidade é a resultante da política comunitária de Campina Grande na luta por uma posição de liderança no contexto paraibano.

Uma ressalva ao pensamento dos que elaboraram o Parecer: Os recursos necessários ao desenvolvimento, necessariamente não serão reivindicados só pela Universidade. Há outros órgãos aptos a tal tarefa.

Convém apreciar ainda alguns argumentos fortes no Parecer como justificativa para a aprovação do projeto de fundação de uma Universidade...

"Com a criação da URN é precisamente o que o Governo municipal visa obter: a desobstrução de um dos mais importantes canais do progresso científico, tecnológico, econômico e social - o ENSINO SUPERIOR - sem o qual Campina Grande que já conseguiu equi-parar-se e ultrapassar algumas Capitais de Estado, mesmo que venha possuir o melhor Ensino Primário e Secundário e tanto tenha crescido e prosperado, poderá a ser superada por cidades da região, suas concorrentes, como João Pessoa, Natal e outras onde o instituto da Universidade já existe e em contra-se em pleno funcionamento..." 13

12 - Cf. Parecer da Câmara - Publicação da FURNE, pg. 14.

13 - Cf. Parecer Nº 26/66 da Câmara de Vereadores - Publicação da FURNE, pg. 14.

A criação da Universidade apresenta um objetivo bem definido: a conquista de um dos mais eficiente instrumento de progresso: o Ensino Superior, segundo eles, sem o qual, Campina Grande poderia retroagir e ser suplantada pela sua rival, João Pessoa, contando com uma Universidade funcionando a contento.

Confirma-se de maneira explícita o nosso pressuposto: equilíbrio de ambos os Centros de irradiação na Paraíba, em que Campina Grande vem sempre pugnando por alcançar uma posição de liderança, buscando na criação de uma Universidade a consecução desse objetivo... Manifesta-se em todo esse processo, uma tomada de posição por parte das entidades e instituições (Prefeitura, Câmara de Vereadores, etc...) da Comunidade.

E por fim, o argumento/apelo, o último em defesa da criação da URNe.

"Estas as razões fundamentais porque entendemos dar parecer favorável à presente proposição, conclamando a casa de modo geral e a cada um dos nobres Vereadores de modo particular para dar seu voto favorável à matéria, ensejando assim ante o exposto, a criação de nossa UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE, na expectativa de que os recursos aqui autorizados, sejam definitivamente aplicados pelo Poder Executivo na implantação de tão importante e imprescindível setor de atividades para Campina Grande, em particular, e para o Nordeste, em geral." 14

Pode-se questionar o Parecer quanto ao seu conteúdo, bem como algumas expressões e tiradas "adjetivas" exageradas, mas não se nega a segurança e firmeza com que foi

elaborado em sua justificativa. E mais: transparece claramente uma vez mais o que já se vem tentando demonstrar: a política comunitária de Campina Grande, assumindo a luta por uma posição hegemônica em todos os planos da realidade paraibana. E assim, a Universidade Regional se constitui a manifestação in sofismável dessa política e o fruto amadurecido dessa luta competitiva com a Capital...

Já não se poderia mais esperar, pois a Fundação da URNe se constituía um elemento, não só importante e imprescindível para Campina Grande e o Nordeste, mas se revela um desafio à criatividade e à ousadia que caracteriza a gente campinense... É que o evento estava prestes a acontecer, pois ante toda essa argumentação e justificativa, já não se poderia mais barrar o andamento do processo gestativo da Universidade Regional do Nordeste...

1.6 - A FUNDAÇÃO DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE

Tudo estava preparado para o nascimento. E a Universidade veio à luz com a Lei Nº 23 de 15 de março de 1966 pela qual se criava a Universidade Regional do Nordeste, cujo lema, em latim, revelava de modo significativo, as aspirações de seus fundadores: "Terrae Viroque Lumen" - Luz para o Mundo e para o Homem.¹⁵

¹⁵ - O brasão da URNe, foi confeccionado pelo monge beneditino de Salvador - BA, Irmão Paulo em 1967, especialista no assunto. São que havia uma incorreção quanto ao termo latino "vir", aí empregado indevidamente, quando se deveria utilizar "homo", termo genérico para homem e mulher e jamais "vir" que é específico para homem - varão -, em oposição a "femina", mulher, fêmea; um detalhe que parece até hoje ter escapado à vigilância dos latinistas da Universidade. Um detalhe, apenas a título de esclarecimento...

A Lei 23/66 em seu título 1º trata da Universidade, seus fins e estrutura. Assim reza seu artigo 1º:

"Fica criada a Universidade Regional do Nordeste, sediada nesta cidade de Campina Grande, do Estado da Paraíba, com autonomia administrativa, financeira e disciplinar e finalidade de promover e coordenar a realização do Ensino de Grau Superior, nos seus diversos ramos e da pesquisa científica e tecnológica, visando em particular à preparação, melhoria e multiplicação dos recursos humanos, exigidos pelo desenvolvimento da região do nordeste e no geral, ao aprimoramento intelectual do homem, mediante a utilização de recursos próprios e em colaboração com pessoas físicas e de direito público e privado, do País ou do estrangeiro, regendo-se pela legislação específica do Ensino Superior brasileiro, pelo seu Estatuto e pelos Regimentos de suas respectivas unidades de ensino e de pesquisa."

Depois trata a referida lei, das Faculdades que comporão a Universidade, bem como deixa o caminho aberto para a agregação ou integração de outras entidades existentes ou que viessem a se formar... Alguns outros artigos referem-se ainda à manutenção e ao funcionamento da Universidade, além da alusão expressa ao seu patrimônio. Por fim há um título especialmente dedicado às disposições gerais e transitórias, em que são focalizados assuntos referentes à eleição do Reitor provisório, composição do Conselho Universitário e Conselho de Curadores, etc. E enquanto não tiver sido elaborado o Estatuto da URNe, sua administração será exercida pelo Reitor provisório, ouvido o Prefeito Municipal, ou o Conselho Diretor da FUNDACT, conforme consta na referida lei em seu artigo 3º.

Nesse primeiro artigo da lei expressa-se, embora em síntese, os objetivos básicos a que fora criada a Universidade, além da finalidade mais ampla a que se propõem em geral, todas as Universidades de se dedicarem à docência, à pesquisa, há uma particularidade, qual seja, o desenvolvimen

to do Nordeste visando à multiplicação de recursos humanos, que esse desenvolvimento da região estava exigindo.

A Universidade fora criada no interior e para ele deveria se voltar, analisando seus problemas para uma tomada de consciência crítica da situação em que se encontrava. Tal destaque, aliás, constitui uma constante no conjunto de toda documentação (Estatuto, Regimentos, etc.) referente à URNe.

1.6.1 - PECULIARIDADES DE ORGANIZAÇÃO

Criada a URNe, como sobreviveria financeiramente? Qual seria o seu suporte? Pelo artigo 3º da Lei 23/66, "enquanto a URNe não dispuser de meios e recursos próprios para manutenção e funcionamento, o Prefeito Municipal é autorizado a assinar convênio com a FUNDACT e consignar anualmente no orçamento geral da Prefeitura recursos suficientes para aquele fim."

De fato, fora destinada uma verba de trezentos milhões de cruzeiros, na época, para as despesas de instalação, manutenção e funcionamento. Essa verba iria permanecer a mesma durante dez anos... Tornava-se necessário, porém, definir que tipo de instituição seria ela. Assim é que no artigo 4º da referida lei está determinado:

"A URNe funcionará inicialmente sob a forma de Autarquia Municipal, podendo transformar-se, por deliberação de dois terços de seu Conselho Universitário ou Colegiado equivalente, em Fundação do Ensino Superior, nos termos da Legislação Federal vigente, ou ser transferida para a órbita do Poder Público da União, mediante ato executivo do Prefeito Municipal, e aprovação por maioria simples, do colegiado mencionado nesse artigo."

Alí encontrava-se também uma das particularidades da nova instituição. Como autarquia municipal receberia toda a ajuda e apoio da prefeitura. Mas logo abriu-se uma perspectiva de ser transformada em Fundação, com mais autonomia administrativa e liberdade de ação. De fato em 11 de abril de 66, por deliberação do Conselho Universitário e recebendo todo o acervo patrimonial da FUNDACT, passa a ser Fundação como instituição mantenedora da Universidade, cujo primeiro Estatuto foi aprovado nessa mesma ocasião. Sem dúvida, um passo decisivo no processo de sua implantação e consolidação. Um ato que doravante iria marcar todas as suas atividades.

1.6.2 - DOCUMENTOS E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Uma série de documentos, leis, decretos e mensagens acompanham todo o processo de criação, estruturação, instalação e evolução da Universidade Regional. É interessante, se não analisá-los em profundidade, pelo menos apresentar o sentido a que foram estabelecidos.

Sabe-se que não é a simples criação de um decreto, nem a formal publicação de uma lei que irão transformar a sociedade, nem modificar a realidade que o homem vive. Consciente dessa situação, é que se vai apresentar toda a legislação referente à nova instituição de ensino superior.

- a) O processo legisferante inicia sua caminhada com a mensagem 12/66, já comentada, de 15 de fevereiro de 1966 em que o prefeito municipal envia à Câmara um anteprojeto de lei solicitando a criação da Universidade. Documento por demais significativo dentro do contexto da elaboração desta dissertação.

- b) Parecer 26/66, de 3 de março de 1966 pelo qual o Poder Legislativo, após análise da mensagem do Executivo, aprova o Projeto, enriquecendo-o com considerações valiosas e com justificativas bem fundamentadas. A este respeito, o professor Lopes de Andrade, escreveu um artigo na Imprensa, intitulado: "Moderna Universidade", em que comenta a atuação dos Vereadores.

"A Câmara de Vereadores de Campina Grande aprovou por unanimidade o Projeto de Lei, encaminhado pelo Prefeito Williams Arruda no qual é criada a Universidade Regional do Nordeste (URNE).

Aquele Projeto de Lei deverá voltar, ainda esta semana, à sanção do prefeito, depois de enriquecido por novos subsídios adicionados na "Casa de Félix Araújo" em substancial Parecer da Comissão de Educação do Legislativo Municipal.

Apoiando a iniciativa do Executivo, o Relator daquela Comissão, professor Anésio Leão, um dos maiores educadores campinenses, de todos os tempos, de linhagem dos professores Clementino Procópio e Alfredo Dantas, deu seu voto favorável ao Projeto da URN, no que foi acompanhado por todos os seus colegas da Comissão de Educação: Vereadores Genésio Soares e Everaldo Agra, e posteriormente pelos demais edis campinenses, entre os quais o vereador Augusto Ramos, ora no exercício de prefeito." 16

Ai está a repercussão que teve na comunidade, manifestada através da Imprensa, o Parecer Nº 25/66 que ofereceu ao anteprojeto do executivo uma contribuição altamente significativa para a concretização da idéia de se fundar uma

16 - Lopes de Andrade - Diário da Borborema - Homens e Fatos", 06 de março de 66.

Universidade. Mas o professor Lopes de Andrade, continuando seu comentário demonstra como esse acontecimento vem apresentar Campina Grande ocupando uma posição de liderança do Estado.

"Colocou-se, assim, a Câmara Municipal de Campina Grande à altura do momento histórico que estamos vivendo, no qual a nossa cidade é chamada a dar novo passo à frente e garantir sua posição de liderança regional ou ser, em definitivo, passado para trás na corrida do desenvolvimento econômico e social, que sustenta com outras cidades e capitais de Estado do Nordeste." 17

Volta sempre à tona o argumento de que Campina Grande com uma Universidade em funcionamento estará mais capacitada a competir com a Capital por uma posição hegemônica dentro do contexto sócio-econômico da Paraíba. E esse fato, viria fortalecer essa posição como instrumento de ação cultural, não somente para a comunidade campinense, mas também para toda a região nordestina.

c) Lei 23/66 de 15 de março de 66 - refere-se, como já se frisou e comentou, a criação da URNE. Nela aparece a estrutura básica da Universidade, seus objetivos e os recursos necessários a sua manutenção e sua sobrevivência.

d) Ata da reunião do dia 11 de abril de 66 para a instalação do Conselho Universitário, eleição do Conselho Diretor, bem como aprovação do 1º Estatuto da FURNE.

De muita significação essa reunião, pois se

17 - Lopes de Andrade - Diário da Borborema - "Homens e Fatos", 06 de março de 66.

formalizou a constituição do Conselho Universitário da recém-criada instituição, como também foram escolhidos os primeiros membros do Conselho Diretor da Fundação. Com ambos os Colegia dos Superiores em funcionamento, a Universidade poderia caminhar mais segura no desempenho de suas tarefas...

Nessa mesma ocasião, foi aprovado o 1º Estatuto da Fundação, definindo seus objetivos e formalizando sua estrutura. Era um documento básico, da maior importância para o desenvolvimento da instituição.

- e) Of. nº 08/66 - FUNDACT. Procedeu-se à análise do seu conteúdo no capítulo II, quando se focaliza a estrutura e os objetivos da URNe. A repercussão que alcançou o fato de a FUNDACT efetuar a doação de todo o seu patrimônio à FURNe.
- f) Discurso do 1º Reitor da URNe e Prefeito Municipal por ocasião da instalação oficial e solene da URNe no dia 30 de abril de 1966, por demais enfocado, quando da organização da URNe, pois o seu conteúdo (do discurso) reveste-se da maior importância para sua consolidação.
- g) Aprovação do 1º Estatuto da Universidade Regional do Nordeste, em 13 de maio de 1966, também comentado, quando da análise dos objetivos e da estrutura da URNe.
- h) Lei 55/66 de 18 de agosto de 1966, pela qual se autorizava a criação das Faculdades de Química e de Administração, que poderiam integrar-se ou agregar-se à URNe na forma da Lei Nº 23/66. Eram mais duas Unidades de Ensino Superior que iriam ampliar o quadro da URNe. Ambas as

Faculdades fizeram crescer a clientela em busca de seus cursos.

- i) Lei Nº 91/66 de 15 de novembro de 66, dispõe sobre as taxas dos serviços explorados pelo Município com a "Contribuição do Ensino" num percentual de 10%, como se frisa, fora da maior importância na solução dos problemas financeiros da URNe, a implantação dessa lei.
- j) A Lei Nº 07/67 de 11 de janeiro de 67, autoriza a criação da Faculdade de Direito. Apesar de já constar na Lei de Nº 23/66, talvez por precaução ou quem sabe, pelo exagero em legislar, solicitam novamente a sua criação...

Não se encontra justificativa para tal ato, uma vez que seria (como de fato foi) redundância da lei e portanto, sem razão de ser dentro do contexto em que se encontra a URNe.

- k) Lei Nº 18/67 de 03 de fevereiro de 1967, autoriza o poder executivo a declarar de utilidade pública e fazer doações de terrenos à FURNe. Sem dúvida, uma contribuição valiosa para a consolidação da URNe no plano financeiro e material.

No artigo 2º da referida Lei está expresso:

"É o conjunto urbanístico "Açude Velho", integrado pela bacia hidráulica e suas margens, inclusive as áreas ora doadas, declarado como PARQUE UNIVERSITÁRIO..." 18

Sem dúvida, uma conquista altamente significativa para a Universidade Regional. São que passados todos es

ses anos, jamais esse Parque se tornou realidade, permanecendo simplesmente no plano legal.

- l) Lei 201/68 - reduzindo para 5% a taxa de "Contribuição do Ensino". Do maior significado para a consolidação da FURNE, pois são corrigidas falhas ora legislação anterior e acrescentados novos elementos para se fortalecer a estrutura da URNE. Assim se expressa o artigo 6º da referida lei:

*"São fretes de receita da Fundação: a contribuição de Ensino, calculada na base de 5% sobre a arrecadação dos serviços industriais, comerciais e civis, prestados pelo Município de Campina Grande (eletricidade, matadouros, telefone, etc), conforme a Lei Nº 91, de 15 de dezembro de 1966..."*¹⁹

No ano seguinte, como se analisa neste trabalho, essa lei foi revogada, causando meu grave prejuízo à FURNE.

- m) Lei Nº 252/68 - O seu artigo 1º assim reza:

*"Ficam incorporados ao patrimônio da Fundação Universidade Regional do Nordeste, todos os dividendos ou lucros distribuídos, através de ações e outros títulos imobiliários, à Prefeitura de Campina Grande, por participação na capital social de empresas econômicas, tais como a PETROBRÁS, a CELB, a TELINGRA, a CINGRA e outros de cujo capital já participe ou venha de futuro participar."*²⁰

19 - Lei Nº 201/68 - Artigo 6º - Prefeitura Municipal de Campina Grande.

20 - Lei Nº 252/68 - Artigo 1º - Prefeitura Municipal de C. Grande.

n) Decreto Presidencial Nº 62.973 de 10 de julho de 1968, declara a FURNe de utilização pública, assinado pelo Presidente Costa e Silva.

Seria mais um enriquecimento patrimonial para a Universidade Regional. Como em outros documentos, também esse permaneceu apenas no papel...

o) ... Refere-se o Artigo 2º desse decreto à organização estrutural da instituição:

"A Universidade Regional do Nordeste organizar-se-á com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade das suas funções do ensino e pesquisa e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos ou equivalentes". 21

Interessante a preocupação em preservar a unidade funcional da Universidade. E mais: Nesse decreto, o governo federal se compromete ajudar à FURNe financeiramente, quando diz:

"Suplementando os meios próprios da Fundação Universidade Regional do Nordeste, a União poderá destinar recursos de manutenção e expansão para as respectivas unidades de ensino e pesquisa." 22

21 - Decreto Presidencial Nº 63.572 de 7 de novembro de 1968
- Art. 2º - Diário Oficial - 7 de novembro de 1968.

22 - Decreto Presidencial Nº 63.572 - Art. 5º - 7 de novembro de 1968 - Brasília.

Aí estaria uma fonte para ser mais explorada pelos dirigentes da URNe. O Governo Federal se propunha destinando recursos para complementação orçamentária das despesas da FURNe...

p) Decreto Presidencial Nº 72.539/73 ...

Desconhece-se a razão porque sô em 1973 foi oficializado o pedido de autorização concedido pela Presidência da República, quando pelo Decreto anteriormente analisado, essa mesma Presidência incluía a Universidade Regional do Nordeste no registro civil das pessoas jurídicas. E mais: tratava expressamente da Universidade Regional, quando prometia ajudá-la financeiramente. Portanto, implicitamente, a Universidade Regional estava autorizada a funcionar, faltando apenas o decreto oficial.

Em âmbito nacional, a Universidade de inicio seguia as normas que regem o ensino superior no País (Lei 4.024 e depois de 68, guiava-se pela Lei 5.540, de 28 de novembro de 68, além de outros Decretos provenientes da esfera federal, regulamentando o ensino superior.

Todos esses documentos e leis serviram de suporte jurídico para a elaboração de Estatutos e Regimentos da URNe, que também se utilizou do conteúdo para sua consolidação.

Como se pode inferir da explanação apresentada, alguns desses documentos aparecem, sempre que o assunto exige, analisado no transcurso deste ensaio. Desnecessário seria analisá-los aqui mais uma vez.

II - ORGANIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE

2.1 - ESTRUTURA E OBJETIVOS

Criada a Universidade, surge uma preocupação: como fazê-la funcionar? Qual o modelo a seguir? Trilhar o mesmo caminho da Universidade conservadora, tradicionalista? Ou partir para outra alternativa? A Universidade se organizaria segundo e seguindo os moldes da Universidade Nacional de Brasília, tida na época como padrão para as demais do País.

Encontra-se explicitamente manifestado esse desejo em reuniões de Colegiados, em discursos de autoridades e correspondência, na Imprensa e outras publicações de então.

Ofício 69/66, de 20 de março de 1966, do Prefeito Williams Arruda enviado ao Reitor da UNB, Laerte Ramos de Carvalho (e que foi publicado na Imprensa de Campina Grande), solicitando-lhe todo apoio ao emissário da Prefeitura, no sentido de observar "in loco" o funcionamento da Universidade de Brasília.

Torna-se interessante analisar-se alguns trechos desse documento para se comprovar o empenho dos fundadores e autoridades da URNe e do Município em colocar a recém-criada Universidade na órbita da UNB. Nessa correspondência, após descrever como seria estruturada a URNe e a finalidade a que fora instituída, o Prefeito solicita a colaboração do Reitor a que fornecesse informes relacionados ao funcionamento da UNB. A seguir utiliza-se da seguinte linguagem:

"Solicitamos, outrossim, informar ao sr. Alzir Aguiar (era o emissário) sobre possibilidades de convênios técnicos para a contratação de professores, assistentes, etc., considerando que a Universidade Regional do Nordeste terá na sua congênere (sic!) de Brasília, o modelo para sua orientação (o grifo e nosso), visando o funcionamento de seus institutos, Faculdades, Escolas, etc. ..." 1

Doravante o modelo de Brasília se fará sempre presente a toda estruturação da URNe.

Assim é que o Prof. Lopes de Andrade, na Coluna "Homens & Fatos" do Diário da Borborema, manifesta idéia semelhante, quando escreve:

"Um aspecto desde o início, enfatizado na estruturação da nova Universidade Regional do Nordeste, cuja sede será em Campina Grande, é de sua estreita vinculação à realidade específica do Nordeste (...) Mas, para isso a nova Universidade deverá fugir, o mais que for possível, aos padrões tradicionais da Universidade meramente formadora de profissionais, engenheiros, médicos, advogados, economistas, químicos, etc." 2

E continua o articulista mostrando como a Universidade tende a canalizar suas atividades, no sentido de ajudar o desenvolvimento regional e para isso não se pode prender a modelos tradicionais de ensino.

"O redator desta coluna tem informação, entretanto, de que todos os esforços estão sendo envidados para que a nova Universidade se afaste do modelo tradicional e avan-

1 - Ofício Nº 69/66 de 20 de março de 66 - Prefeitura Municipal de Campina Grande.

2 - Lopes de Andrade - Diário da Borborema - "Homens & Fatos" - Dia 22/03/66 - pág. 3.

ce corajosamente para outras formas de Ensino Superior em nossa região... Com tais objetivos, já se encontrariam em Brasília observando o funcionamento do sistema de Institutos Centrais e de Faculdades da Universidade do Distrito Federal, enviados especiais da Universidade Regional do Nordeste, em organização em nossa cidade ..." ³

Confirma-se a fonte anterior, a saber, o ofício enviado pelo Prefeito, por mensageiro especial, ao Reitor da UNB. Mais uma vez a idéia de renovação. E, segundo os envolvidos mais diretamente no processo da criação da URNE, a renovação significava Brasília... Os modelos tradicionais impediram o desenvolvimento normal da Universidade, Universidade essa que não se deve limitar a fornecer diplomas a profissionais dos mais variados ramos do conhecimento.

A adoção do modelo de Brasília, não se revela fruto do acaso, mas resultante de uma reflexão séria e amadurecida da parte daqueles que fundaram a URNE. Para testemunhar essa afirmativa, apresenta-se o discurso do Prefeito Williams Arruda por ocasião da instalação solene e oficial da Universidade Regional do Nordeste, no dia 30 de abril de 1966. Nele, após uma análise retrospectiva da Universidade, da época medieval, passando pela Sociedade Industrial, mostra como no Brasil se encontra o instituto da Universidade, ligado a modelos antigos...

"No Brasil, a tradição universitária - se é que já podemos falar em tal tradição, no va de menos de meio século - está mais próxima do modelo antigo de Universidade, que se preocupava, antes de tudo, com o saber pelo saber, de que a Universidade Moderna, para a qual todo o saber é função precípua como causa e efeito, da capacidade de produção do Homem." ⁴

3 - Lopes de Andrade - Diário da Borborema - "Homens & Fatos" - Dia 22/03/66 - pág. 3.

4 Williams Arruda - Discurso de instalação da URNE em 30 de abril de 66, pág. 03.

Depois de apresentar o fenômeno da Universidade hoje no mundo e no Brasil, marcada pela revolução industrial, assim se expressou:

"Hoje, constatamos o primado da Universidade Moderna, não apenas nos Estados Unidos da América do Norte ou na Europa, mas a estender-se rapidamente, por todo o mundo chamado "subdesenvolvido", onde a Revolução Industrial começa também a chegar...

Assistimos de fato à criação da "sociedade industrial" em si - ao mesmo tempo proprietária e beneficiária daquele corpo de saber científico e tecnológico, que só a Universidade tipicamente moderna é capaz de gerar e oferecer à utilização do mundo em que vivemos." 5

E qual a Universidade Moderna existente no Brasil? São uma, a de Brasília. E é essa que vai servir de paradigma para a Nova Universidade. Assim é que nesse mesmo discurso, perante o Reitor da UNB, professor Laerte Ramos de Carvalho, que participava da solene instalação oficial da URNe, o prefeito Williams Arruda falou:

"Mas, não quisemos fundar uma Universidade que fosse apenas um compromisso com o passado - embora ilustre - da UNIVERSITAS medieval. Por isso, fomos buscar na Universidade Nacional de Brasília um novo modelo, que representasse, antes, um compromisso com o presente e o futuro da nossa Pátria e da Região que habitamos...

Gerar um conjunto de saber novo, orgânico, funcional, que venha servir ao esforço produtivo dos nordestinos e que, ao mesmo tempo, seja capaz de servir-se do resultado desse esforço para ampliar e melhorar, cada vez mais, sua própria qualidade e alcance, em benefício da humanidade - aí está, em síntese, toda ambição da Universidade criada para Campina Grande." 6

5 - Cf. Williams Arruda - idem pág. 4

6 - Idem ibidem - pág. 8

Uma vez mais, se afirma clara e categoricamente que a Nova Universidade será estruturada no mesmo nível organizacional da Universidade de Brasília. É essa a tônica que domina toda a linha estrutural da Universidade Regional do Nordeste. Seu Estatuto será elaborado segundo as diretrizes que regem os destinos da UNB. Para complementar esse quadro, a palavra final do prefeito:

"Para tanto, já contamos com a boa vontade e a colaboração da Universidade Nacional de Brasília, através do apoio de seu Magnífico Reitor, Professor Laerte Ramos, e certamente contaremos também com a compreensão e ajuda das nossas co-irmãs do Nordeste, que têm conosco u'a missão comum e experiência muito mais adiantada." 7

Certo de que teria a colaboração da UNB e o apoio de seu Reitor, o prefeito apela também para as demais Universidades nordestinas no sentido de que integradas tentem realizar a tarefa comum a que são convocadas: sua contribuição ao desenvolvimento do Nordeste.

Essa a visão que se tinha à época da fundação de uma Universidade, sobretudo de uma Universidade plantada bem no interior da região expoliada do Nordeste.

Mas ainda se apresenta o último depoimento, para mostrar como essa idéia de transferir o sistema de organização da UNB para a URNE, era comum aos seus fundadores e dirigentes de então. Assim é que numa reunião do Conselho Diretor da FURNE, realizada no dia 11 de maio de 66, ao ser apresentado o ante-projeto do Estatuto da URNE, para apreciação e aprovação dos membros do colegiado, o conselheiro José Lopes de Andrade pediu a palavra:

7 - Cf. Williams Arruda - Discurso, pág. 9.

"Dizendo que o documento ora apreciado, na da mais era do que o modelo do Estatuto da UNB, que apenas havia sofrido algumas modificações, de conformidade com as condições de funcionamento da URNe."

"Apresentou em seguida uma longa exposição a respeito de como havia redigido alguns artigos, atentamente observado pelos conselheiros, os quais, ora solicitavam melhores esclarecimentos, ora davam as suas opiniões a respeito." §

Aí estava o argumento cabal e definitivo de que a estrutura da UNB seria transferida para a URNe. Quais seriam estas pequenas modificações sofridas, se perceberá quando da análise-confronto entre os tópicos dos Estatutos da UNB e da URNe. O que se focalizou no momento, por si só, já se constitui elemento da mais real importância e de maior significado na elaboração deste ensaio.

Já um pouco antes, porém, dessa reunião do Conselho Diretor e daquela solenidade de instalação oficial da URNe, exatamente no dia 11 de abril de 66, dá-se um fato de maior relevância no plano da estrutura da URNe. Nessa data por ocasião da instalação do primeiro Conselho Universitário, o presidente da FUNDACT, cumprindo determinação de seu Conselho Diretor, dirigiu ofício ao referido colegiado, propondo a transferência de todo o acervo patrimonial à recém-fundada instituição que doravante passaria de autarquia municipal à Fundação Universidade Regional do Nordeste.

A FUNDACT depois de um período de cerca de dez anos em que prestou seus serviços ao ensino superior em Campina Grande, ia encerrar suas atividades, passando seu patrimônio à FURNE. Vale a pena a análise de algumas colocações contidas no referido ofício para se aquilatar o fortalecimento da estrutura da FURNE com essa incorporação:

8 - Ata da reunião do Conselho Diretor da FURNE, do dia 11 de maio de 1966, contida no livro de Ata, pág. 5.

"Nos termos expressos dos artigos 3º e 8º da Lei Municipal Nº 23 de 15 de março de 1966 que criou a Universidade Regional do Nordeste (URN) a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e da Técnica (FUNDACT), foi atribuída participação, mediante assinatura do Convênio, na manutenção e administração daquela nova Entidade Universitária o que nos leva a dirigir-vos o presente ofício, com o qual nos apressamos a comunicar, no ocasião mesma em que a Universidade Regional do Nordeste (URNe) se constitui, mais do que a disposição de cumprir o que nos atribui a Lei Municipal acima mencionada, a decisão foi tomada pelo Conselho Diretor desta Fundação de transferir todo o seu patrimônio atual e rendas futuras em favor da referida Universidade, conforme a seguir passamos a expor. Dispõe o artigo 4º da aludida Lei Municipal Nº 23, que a Universidade Regional do Nordeste (URN) funcionará inicialmente sob a forma de autarquia Municipal, podendo transformar-se, por deliberação de 2/3 (dois terços) do seu Conselho Universitário ou colegiado equivalente, em Fundação de Ensino Superior, nos termos da legislação federal vigente propomos aos corpos constituintes da URN lançarem mão imediatamente, dessa faculdade legal, e tomamos, para esse fim, a iniciativa de juntar ao presente ofício, cópia autêntica da reforma a que procedemos nos Estatutos da Fundação para o Desenvolvimento da Ciência e a Técnica (FUNDACT), de acordo com a qual o esforço da Prefeitura de Campina Grande, em benefício do Ensino Superior nesta cidade é unificado e ampliado, eliminando-se paralelismo de órgãos e dispersão de recursos na consecução do fim essencial perseguido." 9

Constata-se uma vez mais a preocupação de fundadores e dirigentes da URNe em assegurar-lhe a manutenção e a administração. Mas não basta. Não pensavam apenas em termo de presente. Projetavam a Universidade no amanhã e por is-

9 - Ofício 08/66 do dia 11 de abril de 1966 do Conselho Diretor da FUNDACT, publicação da FURNe, pág. 29.

so era mister garantir a sua sobrevivência. Daí esse acontecimento constituir-se um marco importante e decisivo no processo de evolução da Universidade.

Todo o patrimônio atual e rendimentos para o futuro seriam incorporados à FURNE, solidificando consideravelmente sua estrutura básica e criando condições de defesa contra possíveis obstáculos que lhe adviriam no futuro. Mas o documento continua historiando a atuação proficiente da FUNDACT, procurando justificar seu desaparecimento em função da unificação do Ensino Superior em Campina Grande.

"Com o modelo do Estatuto anexo, e na hipótese de sua aprovação nos termos do Artigo 4º citado, desaparece a FUNDACT, mas em seu lugar surge a Fundação Universidade Regional do Nordeste, que continuará o esforço que vinha desenvolvendo sua antecessora Responsável pela organização e início de funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas de Campina Grande hoje integrante da Universidade Federal da Paraíba e, da Faculdade de Serviço Social de Campina Grande hoje integrada à Universidade Regional do Nordeste, bem como mantenedora da "Faculdade de Filosofia de Campina Grande", também integrante desta última Universidade, além de colaboradora efetiva na implantação da "Escola Politécnica de Campina Grande", considerada uma das Escolas de Engenharia de maior destaque em todo o Nordeste e no Brasil, e igualmente integrante da Universidade Federal da Paraíba, a FUNDACT não encerra, assim, a sua ação em favor do Ensino Superior em Campina Grande, reconhecendo que, em decorrência do seu próprio esforço aquele Ensino atinge uma nova fase, que está a exigir a convocação e conjugação de outros elementos, capazes de assegurar a consolidação do estágio, já alcançado o seu desenvolvimento seguinte, exprime deste modo seu máximo empenho para que Campina Grande, em nenhum momento, se veja, marginalizada e sem os instrumentos indispensáveis à realização do progresso e bem-estar de seu povo, que tem na Instituição Universitária um fator essencial ao desenvolvimento." 10

A FUNDACT desaparecia do cenário campinense, deixando, porém, marcos profundos de sua presença: A Universidade Regional constituía-se o fruto mais bem elaborado e amadurecido de sua atividade em prol da Educação Superior. A tarefa que lhe competia, de agora em diante seria desempenhada pela nova instituição, numa perspectiva de maior dimensão e numa integração mais ampla de órgãos e setores.

No final, enriquecida a estrutura e organização da URNe, o maior beneficiado foi sem dúvida a própria comunidade que poderia contar com sua Universidade mais solidamente instalada.

Interessante notar-se a preocupação dos fundadores em sempre vincular a Universidade à Comunidade, através por exemplo, da criação do Conselho da Comunidade, constante no Estatuto da FURNe, a quem competia "promover o relacionamento e entrosamento da Fundação e Universidade com a Comunidade ou comunidades que visa servir." (art. 69). Seus primeiros membros seriam os dirigentes em exercício do Conselho Diretor da FUNDACT.

Em toda a nossa análise, também privilegia-se a articulação da Universidade com a Comunidade, com o intuito de se demonstrar, de um lado, o empenho da Comunidade em criar e fazer desenvolver uma Universidade, que por sua vez procura prestar seus serviços à Comunidade que a fez nascer, sempre com o objetivo de alcançar aquela posição hegemônica no contexto do Estado.

O passo seguinte dos fundadores, após o evento da incorporação da FUNDACT, foi o ato que tornou a Fundação Universidade Regional do Nordeste, com personalidade de direito privado e instituída por Escritura Pública do dia 30 de abril de 1966, lavrada nas Notas do Cartório do 3º Ofício da Comarca de Campina Grande, na presença da maioria dos membros dos Colegiados superiores.

Em 13 de maio de 1966, o Conselho Universitário aprovava o Estatuto da Universidade, naturalmente nos moldes do Estatuto da Universidade Nacional de Brasília; torna-se por demais interessante efetuar-se a comparação de ambos os Estatutos para se ter uma idéia dessa transferência de modelo de Brasília.

2.1.1 - O MODELO DA UNIVERSIDADE NACIONAL DE BRASÍLIA - ADAPTAÇÃO OU CÓPIA? CONFRONTO.

"A Universidade de Brasília é o resultado de uma consciência crítica dos mais autênticos intelectuais brasileiros. Não foi imposta à realidade nem tão pouco nasceu de um desejo alienado de nivelção cultural e científica com Universidades dos países chamados desenvolvidos (...) Pelo contrário, seu projeto transformado em Lei pelo Congresso Nacional (Lei Nº 03.998 de 15 de dezembro de 1961) foi fruto da convergência de experiências de um grande número de intelectuais brasileiros, cada um deles projetando seu setor, através de uma vivência pessoal e muitas vezes dramática da realidade brasileira..." ¹¹

Foram esses intelectuais, à frente o professor Darcy Ribeiro com a colaboração de Anísio Teixeira, Heron de Alencar e outros, que elaboraram o projeto da UNB, representando uma avançada quanto ao Ensino Superior no Brasil, pelo enfoque tipicamente brasileiro que queriam dar à problemática educacional.

Toda a estrutura da UNB fundamenta-se num sistema em que se integram os Institutos Centrais, as Faculdades e Unidades Complementares, sendo que aos Institutos caberia a tarefa de subministrar através do estudo e da pesquisa, os mais diversos cursos, desde os de introdução até o ofereci

¹¹ - Heron de Alencar - *Universidade Necessária*, de Darcy Ribeiro, Apêndice - págs. 271 e 272.

mento de Programas de Pós-Graduação. Às Faculdades caberia o papel de oferecer ensino e treinamento profissional, com os programas de estudo e pesquisa nos diversos campos de aplicação científica, cultural e tecnológica, junto aos Departamentos e Centros.

Foram criados os Institutos seguintes: Instituto Central de Matemática - Instituto Central de Física - Instituto Central de Química - Instituto Central de Biologia - Instituto Central de Geociências - Instituto Central de Ciências Humanas - Instituto Central de Letras e Artes.

As Faculdades funcionavam em todas as áreas bem como as Unidades complementares, as mais variadas dentro da estrutura universitária, que se fundamentava num sistema de órgãos de triplíce natureza:

- I - Órgãos Normativos de Atuação Didática
 - Congregação de Carreira que reúne o corpo docente.
 - Câmara dos Decanos.
 - Câmara dos Delegados Estudantis e Assembleia Geral dos Delegados Discentes.

II - Órgãos de Coordenação das diversas atividades nas Unidades Universitárias:

- Câmara dos Diretores
- Comissões Diretivas
- Conselhos Departamentais

III - Órgãos de Direção e Supervisão Universitária:

- Reitoria
- Coordenadorias gerais

- Diretores e chefes de Departamentos
- Mesa Executiva

A direção geral desses órgãos compete ao Conselho Universitário, como instância maior nos campos didático, técnico, científico, acadêmico e disciplinar. Cada um desses órgãos naturalmente tendo sua competência definida.

O projeto da UNB pretendia ser todo ele montado a partir de uma realidade nacional. Dentro dessa perspectiva, apresenta-se uma dupla lealdade fundamental da UNB;

"Lealdade aos valores e padrões internacionais da ciência e da cultura, e lealdade ao povo brasileiro e a sua nação expressando assim o compromisso de vincular a Universidade à busca de soluções para os problemas nacionais, à luta do povo brasileiro para levar seu processo histórico aos efetivos caminhos da independência e emancipação." 12

A UNB veio para inovar o Ensino Superior Brasileiro. Assim estão traçados os objetivos que ela se propõe realizar, dentro os quais merece destaque:

"O de formar cidadãos responsáveis empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com os quais se defronta o povo brasileiro em sua luta pelo desenvolvimento econômico e social."

"Preparar profissionais de nível superior e especialistas altamente qualificados em todos os campos do conhecimento, capazes de promover o progresso social mediante a aplicação dos recursos da ciência e da técnica." 13

12 - Cf. Heron de Alencar, op. cit. pag. 277 - Brasília

13 - Estatuto da UNB, art. 2º, item 1º e art. 2º, item 3º

Esses, em síntese, os elementos fundamentais constituintes da estrutura da Universidade de Brasília, em que se destacaram alguns de seus mais expressivos objetivos. Uma Universidade projetada dentro de um contexto em que predominava uma sociedade urbano-industrial, projetava-se como modelo em âmbito nacional.

Apresenta-se agora o Estatuto da URNe, em que se analisa, embora de modo sucinto, sua estrutura, seus objetivos, sua organização, para se estabelecer um paralelo comparativo-crítico entre ambas as Universidades.

Eis alguns objetivos que se colocam para nossa análise interpretativa:

"Formar cidadãos empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas com que se defronta o povo brasileiro, na luta pelo seu desenvolvimento econômico e social-congregar cientistas intelectuais e artistas, assegurando os meios materiais e as condições de independência para se devotarem à ampliação do conhecimento, ao enriquecimento da cultura, ao cultivo das artes, e a sua aplicação a serviço do Homem.

- Colaborar com estudos sistemáticos e pesquisas originais para melhor e mais completo conhecimento da realidade brasileira em todos os seus aspectos e em especial da realidade nordestina." 14

Não se poderia idealizar melhor a Universidade em sua função do mais alto nível e em prol do homem e da sociedade de que é parte. Presente sempre a realidade brasileira e a preocupação com os problemas específicos do Nordeste. Mas não é só. A Universidade também vai:

14 - Estatuto da URNe, art. 20, pag. 49 - Publicação da FURNe - 1966.

"Colaborar com as instituições educacionais de todo o País, na elevação do nível de ensino e na sua adaptação às necessidades do desenvolvimento nacional e regional.

- Incentivar a vida intelectual e artística no interior nordestino, de modo a torná-la culturalmente autônoma e capaz de imprimir um sentido renovador aos empreendimentos nessa área, projetados e executados.

- Cooperar com Universidades e outras instituições científicas e culturais, nacionais, estrangeiras e internacionais, visando ao enriquecimento da ciência, das letras e das artes e à fraternidade dos intelectuais de todo o mundo, bem como a defesa da autonomia cultural, da liberdade de pesquisa e de expressão entre os povos.

"Para alcançar seus fins e objetivos, a Universidade se regerá pelos princípios de liberdade de expressão, manter-se-á fiel aos requisitos do método científico e estará sempre aberta a todas as correntes de pensamento, sem participação de grupos ou movimentos político-partidários." 15

Poder-se-ia exigir objetivos mais significativos do que esses? Elevar o nível do ensino deve constituir-se uma das metas prioritárias da Universidade. E mais: o ensino não acontece no ar, mas dentro de uma realidade bem definida e concreta. Daí a sua adaptação aos diversos contextos onde é ministrado.

A Universidade Regional teria como uma de suas tarefas oferecer condições a que o interior nordestino se libertasse do jugo cultural que lhe é muitas vezes imposto em nome de uma "civilização ocidental e cristã" e de um pretenso progresso que quase sempre solapa as raízes autênticas da cultura do povo. E para preservar e dinamizar essa cultura, à Universidade cabe uma das mais complexas tarefas dentro da sociedade.

15 - Cf. Estatuto da URNE - Artigos 3º e 4º - pág. 50.

E ainda, o intercâmbio e a cooperação com instituições congêneres e entidades outras, tendo em vista o aprimoramento da ciência e da pesquisa e para enriquecer as letras e as artes, lutando por conquistar uma autonomia funcional e liberdade de poder expressar-se, de pensar, de ação...

Como a Universidade poderia atingir seus objetivos, senão fundamentando-se em princípios da mais alta relevância para o Homem? Liberdade de comunicar-se, como instituição aberta, livre de pressão e de opressão de toda e qualquer natureza e em qualquer nível.

Toda essas colocações são válidas, dentro de uma visão marcadamente humanista. Legítima aspiração de todos os dirigentes da URNe da época. Não se questiona a validade desses princípios, nem a importância desses objetivos. A questão é outra: não se permitir que essa filosofia de vida permaneça apenas a nível dos esquemas e aspirações mentais. Que tudo isso seja absorvido pela máquina da burocracia. A lei, o decreto, a letra, o princípio, o estatuto, por si sô ainda não inovam, nem modificam. Necessário se faz um suporte mais amplo e mais dinâmico ou como se expressou com muita propriedade, o prof. Heron de Alencar:

"É evidente que tais declarações de princípios, tais definições de finalidades e de objetivos seriam simples letra morta, como tantas outras, e se considerariam somente como expressão do verbalismo latino-americano carregado de resíduos positivistas misturados a ideais neo-românticos, se a esse espírito de renovação educacional e de efetivo compromisso com a realidade não correspondesse uma autêntica estrutura universitária e normas de funcionamento verdadeiramente renovadoras e inovadoras, se a essa posição ideológica não correspondesse uma prática." 16

É a palavra vazia que nada expressa e é a letra morta que nada produz, porque destituídas de seu real valor, dissecadas de sua substantividade.

Essa idéia que acompanha o projeto estrutural da UNB, vai servir também de base para a estrutura da URNe. Assim é que o Estatuto, em seu artigo 5º, sintetiza a estrutura da Universidade, quando afirma:

"As funções docentes, de pesquisa, de difusão cultural, de extensão serão exercidas integralmente, por Institutos Centrais, Faculdades e Unidades Complementares..." 17

Essa a estrutura básica que sustentará a Universidade Regional do Nordeste. De início estariam funcionando os seguintes Institutos:

Instituto Central de Ciências Básicas
 Instituto Central de Ciências Humanas
 Instituto Central de Geociências
 Instituto de Letras
 Instituto Central de Artes

Fariam parte da URNe as Faculdades: Filosofia, Serviço Social, Direito, Odontologia, Arquitetura e Urbanismo (Lei Nº 23/66) e ainda as Faculdades de Química e de Administração, em implantação e todas as outras que forem julgadas necessárias ao complexo universitário campinense.

As Unidades Complementares são idênticas as que constam no Estatuto da UNB, da Biblioteca ao Instituto de Teologia Católica...

Também essa estrutura se baseava num sistema de órgãos, de três modalidades:

I - Órgãos Normativos de ação didática

São compostos das Congregações de Carreira, da Câmara dos Decanos, das Comissões e Representantes Estudantis.

II - Órgãos de Coordenação

A divisão é idêntica à constante na Universidade de Brasília.

III - Órgão de Direção e Supervisão

Apresentam-se também sem nenhuma modificação em relação aos da UNB.

O Conselho Universitário constitui-se a autoridade maior da Universidade em assuntos de natureza didática, técnica, científica, acadêmica e disciplinar. Identidade com o de Brasília. O mesmo se repete quanto ao sistema departamental de ambas as instituições.

Toda a organização estrutural da URNe está contida no Estatuto, que se compõe de oito títulos, num total de 93 artigos.

Percebe-se claramente a identidade de estrutura e de objetivos em ambas as Universidades. Não se coloca, porém, em juízo a intenção dos fundadores e dirigentes. Certamente agiram de boa fé e imbuídos do mais sério propósito de servir à comunidade e que estavam acertando, quando transplantaram para a URNe, a estrutura da UNB.

Já se comentou expressa e extensamente a posição de dirigentes da URNe, em defesa dessa idéia. Sobretudo afirmada categoricamente, quando da aprovação do Estatuto da URNe. Não se trata, portando, de invenção ou distorção, mas de simples transcrição de pronunciamentos em que se evidencia esta postura privilegiando a UNB, como o modelo único a ser

"adotado" (não seria mais correto adaptado?...) na URNe. Idealizar-se uma Universidade diferente, desvinculada dos vícios dos modelos tradicionais existentes, voltar-se para a UNB, como padrão, nela inspirar-se como modelo, tudo isso é válido. O brilho, porém, da Universidade de Brasília, que na expressão de seu fundador e Reitor se propunha a ser "o mais arrojado projeto da intelectualidade brasileira", parece ter exercido um fascínio tal, que sua estrutura se transferiu para a URNe. Enquanto modelo, poderia servir de inspiração, enquanto padrão, poderia se tornar ponto de referência, parâmetro, com as necessárias adaptações. A aplicação inadequada de um projeto a uma realidade bem diversa, se constitui um dos fatores de crise porque passou a Universidade Regional, conforme análise em maior profundidade no capítulo seguinte.

Uma interrogação, porém, paira no ar: se não optassem pela UNB, qual teria sido a outra alternativa em termos de modelo estrutural para a URNe,? Questiona-se porque não escolheram outros caminhos? Havia outras opções viáveis? Qual outro projeto alternativo a seguir? Torna-se indispensável, então, uma visão de outros tipos de Universidade em funcionamento no Brasil de então, para se responder à questão de tal porte. Para mais adequadamente orientar-se nessa análise, faz-se mister situar-se historicamente. Viviam-se a difícil fase pós-revolucionária de 64. A situação político-institucional vigente, o problema econômico-social a gerar conflitos e crises, que afetavam as instituições nacionais em geral, e de modo especial é atingida a Universidade.

Dentro desse contexto, marcado por antagonismos ideológicos e por contradições no âmbito do poder e do sistema que o sustentava, é que se situa a educação e de modo peculiar a Universidade, objeto deste ensaio.

A Universidade brasileira apresentava-se como resultado de um mero conglomerado de Escolas Superiores estanques. Aquela Universidade integrada e multifuncional, tão

conscientemente pensada e exigida por educadores, os mais autênticos do país, não existia. Ao contrário, afirma Florestan Fernandes:

"A Universidade brasileira só tem existência como expressão de interesses, aspirações e valores que a negam e a destroem, porque afirmam a preexistência da Escola Superior como e enquanto tal convertendo a Universidade, como um todo, e um ideal unificador, em mera ficção legal." 18

Até 1960, eram mais de vinte Universidades, todas funcionando dentro desse modelo tradicional e conservador, em que a Universidade se estruturava pela simples justaposição de Escolas Superiores isoladas, cópias de modelos estrangeiros. Bem longe andavam daquela integração e plurifuncionalidade tão ansiosamente esperada pelos mais conscientes e responsáveis educadores nacionais. É ainda Florestan Fernandes quem afirma:

"A Universidade não tinha substância própria (...) Era uma mera conglomeração de Escolas Superiores e um recurso para preservá-las, fortalecê-las e difundi-las com suas magras virtudes e com seus incontáveis defeitos..." 19

Ainda na década de 60, com exceção da UNB, todas as demais se enquadravam dentro desse modelo tradicional, padronizado, em que ainda não se transfigura a imagem de uma Universidade orgânica e integrada, centro de criatividade, e fonte de saber e de consciência crítica.

As tentativas na USP (1934) e na Universidade do Distrito Federal (1935), cedo foram abafadas por vozes

18 - Florestan Fernandes - *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?* pág. 178.

19 - Florestan Fernandes - *Op. cit.* pág. 56.

de um "poder mais alto alevantado", a voz do conservadorismo estagnado, e a força avassaladora da máquina da burocracia autoritária dominante.

E na época da fundação da URNe (1966), a própria Universidade de Brasília sofrera já alterações substanciais em sua estrutura original, fato esse proclamado pelo próprio fundador Darcy Ribeiro, quando escreveu:

"A experiência inovadora de Brasília durou apenas quatro anos: de 1961 a 1965. Com a queda do Presidente Goulart, a preocupação do governo que o sucedeu e de seus representantes de controlar uma universidade que não compreendiam, provocou a demissão de todos os professores capacitados a implantá-la. Assim, foi destruído o projeto mais ambicioso da intelectualidade brasileira que aguarda sua restauração." 20

Ruíra por terra o projeto que dera origem à Universidade comprometida com a realidade nacional e empenhada nas soluções dos problemas de um país subdesenvolvido como o nosso. Com o novo sistema político-institucional implantado, a Universidade de Brasília sofre o seu grande baque pela deformação e deturpação da idéia primitiva que a sustentava. Mesmo assim (ou sô assim?...), algumas universidades começaram a seguir o modelo da UNB.

"Após 1964, muitas universidades brasileiras, antes hostis ao plano de organização da Universidade de Brasília, começaram a adotar tal modelo como seu projeto de reestruturação. Lamentavelmente não o adotaram em sua integridade, mas sob formas subalternizadas, quer dizer, mediante a implantação de falsos Institutos Centrais compostos pelas antigas cátedras, assim denominadas. Foram feitas pseudo-departmentaliza-

ções das faculdades profissionais numa tentativa de atender ao que parecia ser a exigência da modernização, mas sem afetar os velhos interesses de clientela." 21

Era a descaracterização da UNB. Ao se processar a mudança da estrutura da UNB, dentro de uma realidade em desenvolvimento urbano-industrial, para a URNe, instalada num contexto bem diverso, qual seja dentro de uma sociedade agro-exportadora-mercantil, é aí que acontece o fenômeno da descaracterização. É que a Universidade não se revela uma "ilha" isolada, mas inserida profundamente no seu meio sócio-cultural, de que é elemento integrante. Tal desadequação se fará sentir no âmbito da própria Universidade Regional, quando da implantação dos Cursos e seus currículos. O problema vem à tona em maior profundidade, quando se analisa a crise enfrentada pela URNe no transcurso desse decenário.

2.2 - CURSOS E ÁREAS DE CONHECIMENTO

A URNe, apesar de formada no modelo tradicional da justaposição de Faculdades isoladas, vai adotar a estruturação da UNB, que havia substituído esse sistema de conglomerado de escolas, por uma modalidade em que sobressaem os cursos e as áreas de conhecimento. Assim é que no Estatuto da URNe, são estruturados os cursos com suas respectivas áreas. Para uma melhor visualização e compreensão do assunto, é que se analisa as áreas de conhecimento com seus variados cursos.

Na área de Ciências Humanas, a Universidade Regional do Nordeste ofereceria os seguintes cursos, que foram sendo implantados gradativamente:

- Administração - seriado em 4 anos, na Faculdade de Administração, a partir de 1967.

21 - Darcy Ribeiro - *op. cit.* pág. 133.

- Curso de Ciências Jurídicas - também em regime seriado com a duração de 5 anos na Faculdade de Direito - início em 1967.
- Curso de Letras - ministrado pela Faculdade de Filosofia em 4 anos funcionando desde 1955.
- Curso de Serviço Social - também em 4 anos, na Faculdade de Serviço Social - início em 1960.
- Curso de Licenciatura em Pedagogia - em 4 séries ministrado pela Faculdade de Filosofia - iniciado em 1969.
- Curso de Licenciatura em Estudos Sociais - de curta duração em 3 séries - 1967.

Na Área Tecnológica, os seguintes:

- Química Industrial - com duração de 4 anos pela Faculdade de Química - início em 1967.
- Engenharia Química - em 5 anos, funcionando, a partir de 1968, bem como as licenciaturas em Matemática, em Física e Química, com a duração de 4 anos, 1967.²²

Na Área de Saúde, contudo, a Universidade não oferecia nenhum curso, apesar de constar oficialmente na Lei Nº 23/66, a Faculdade de Odontologia que só a partir de 1972 entraria em funcionamento normalmente.

Esses os cursos iniciais: Posteriormente a

22 - Fonte: "Guia dos Cursos" - publicação da FURNe, 1969.

demanda fez com que novos cursos se criassem para atender a centenas de jovens, que deixando suas cidades, procuravam ingresso na Universidade. Campina Grande revelava-se então centro polarizador do ensino superior na região interiorana do Nordeste.

Pode-se questionar porque a Universidade Regional introduz em sua estrutura esse cursos e escolhe essas áreas. Seria para atender às necessidades da clientela? Ou para não fugir ao modelo importado? Talvez fosse mais real criar cursos mais condizentes com a realidade nordestina. É certo que já se encontravam em funcionamento os Cursos de Letras e de Serviço Social. E os outros que foram instituídos?

Não seria o momento para se conhecer melhor a realidade campinense e nordestina e nela baseado se efetuar a estrutura dos cursos? Em Brasília, com outra realidade, a introdução dessa inovação poderia ter outro significado e aceitação. Não consta ter havido nenhum estudo sério para se implantar essas áreas de conhecimento com seus respectivos cursos.

Pelo modelo transplantado de Brasília, se preconizava uma Universidade orgânica e integrada, mas o que ocorreu foi que o sistema tradicional permanecia apenas camuflado nos cursos e áreas de conhecimento. Não existe, portanto, uma justificativa plausível, porque a URNe optou por esse e não por outros cursos.

O modelo de organização universitária plurifuncional se constituiria realmente de maior significação, do que aquele tradicional em que apareciam justapostos as Escolas isoladas, mas sem a integração tão necessária a uma Universidade que se propõe ser fonte do saber e lugar onde se cultiva a consciência crítica.

2.3 - REGIME DE ACESSO DOS ALUNOS

Ingressar numa Universidade tem sido o sonho da grande massa de estudantes em terminalidade do Curso do 2º Grau. As condições econômicas, porém, de muitos constituíam-se obstáculos à consecução desse ideal. Em geral apenas os bens dotados financeiramente é que somavam maiores condições de se preparem, (ao menos em tese), para a entrada numa Escola Superior. Maiores facilidades em pagar professores particulares nessa preparação.

Antes da criação da URNe, havia um deslocamento significativo do jovem do interior para a Capital, em busca de melhores oportunidades de ensino.

Veio a URNe e com isso o fluxo agora torna-se mais intenso para Campina Grande, como centro polarizador, rivalizando com a Capital. A corrida é grande e a Universidade Regional programou o seu "Concurso de Habilitação" para abrir as portas de seus cursos a Candidatos provenientes das mais diversas regiões do interior nordestino.

Sendo a procura de muitos cursos superior à oferta de vagas, obviamente iriam sobrar candidatos, revoltados por não alcançarem o número mínimo de pontos exigidos. Configura-se no cenário estudantil nacional, o fenômeno do "excedente", ocasionando sérios problemas dentro e fora do âmbito das instituições de ensino superior. A situação agravou-se até que veio 1968, e com ele a implantação do AI-5 e 477.

Depois a mudança desse tipo, para o de vestibular classificatório, numa tentativa de corrigir falhas anteriores.

Sabe-se, porém que o problema do ingresso na Universidade continua a desafiar a todos aqueles que direta

ou indiretamente se envolvem no processo educacional brasileiro. A situação ainda hoje apresenta-se crítica, exigindo uma análise de maior profundidade, para se tentar encontrar soluções adequadas. Não é pela simples troca no sistema de ingresso na Universidade que se vai sair do impasse. Deve-se procurar alternativas outras em dimensão mais ampla e abrangendo o contexto em que a Universidade está inserida.

2.4 - REGIME DIDÁTICO

A Universidade, segundo o artigo 62 do Estatuto, ministrará cursos de Graduação, Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão, bem como de Pós-Graduação (Mestrado e Doutorado), estabelecendo alguns requisitos como condição de matrícula. E mais, caberia à Universidade conferir o grau universitário dos que concluíssem seus cursos, desde que cumpridas as normas regimentais e estatutárias.

Importante frisar-se que na organização de seu regime didático, incluindo o regime curricular de todos os cursos, "A Universidade gozará de autonomia que lhe é assegurada pelas Leis 4024/61 e 23/66"...

De um lado, a Lei 4024 proclamando enfaticamente a liberdade de expressão, de pensamento, no âmbito da Universidade, que goza de autonomia administrativa e acadêmica convivendo com as leis de exceção que dominavam o País após 64. A LDB de 61, viera de um outro contexto, nascera dos debates acessos de parlamentares e especialistas no campo edu

cacional. Fruto da discussão livre, resultado de demorados estudos em que sempre se preservou a autonomia no pensar e no agir.

Necessariamente surgiriam conflitos com o sistema político do poder dominante. Inevitáveis os choques provocados por esse posicionamento ideológico distinto. A filosofia política que orientava a Educação Brasileira em 1966, quando da fundação da URNe, divergia substancialmente dos objetivos a que se propunha a lei 4.024, muito embora essa lei tenha contribuído de modo pouco significativo para uma mais ampla abertura da Universidade Brasileira.

Essa ausência de abertura no âmbito da Universidade, caracterizava o ensino superior, após o movimento de 64.

Mas é ainda o crucial problema tão debatido hoje, da falta de autonomia universitária. Naquela época, sempre que se tratava de ensino superior, defendia-se a autonomia universitária, como condição fundamental de sua sobrevivência, como consciência crítica da comunidade.

E ainda dentro do regime didático, torna-se mais uma vez exigida a liberdade de expressão, a independência do pensar, sob pena de um monumento universitário transformar-se em múmia. E o processo de mumificação que tão corrosivamente tem atingido a Universidade, tende a desaparecer, à medida que se vai assumindo um posicionamento crítico face à realidade que se vive.

Organização de cursos, elaboração de currículos, planos de estudo, e o próprio regime didático como um todo, terão sua regulamentação estabelecidas por resoluções das congregações de carreira passíveis naturalmente de modificações. Prescreve ainda que os princípios básicos do regime didático dos cursos, bem como o calendário escolar e prazos para pronunciamento dos órgãos deliberativos sobre reclamações

estudantis, serão estabelecidos pelos regimentos das unidades universitárias.

Ainda dentro desse item, baixam-se normas para professores, quanto ao cumprimento dos programas de ensino e para os alunos, quanto à frequência obrigatória. Em caso de transgressão, haverá sanções. O Estatuto ainda se refere ao regime de aprovação que está sujeito a critérios bem determinados.

Por fim, a Universidade, segundo o Estatuto, não dispõe de recursos para prestações de serviços gratuitamente, podendo no entanto conceder bolsas de habitação, alimentação, matrícula e material didático a alunos de comprovada carência de recursos e de alto índice de aproveitamento...

Percebe-se claramente a falta de adequação entre a teoria estatutária e a realidade nordestina em que se inserira a Universidade... Uma vez mais se fazia refletir a influência da Universidade de Brasília, como uma Realidade que não se coadunava com a situação do interior do Nordeste.

2.5.- RECURSOS

2.5.1 - HUMANOS - CORPO DOCENTE

O Estatuto estabelecia que o Regulamento da Carreira do Magistério teria que estar em consonância com o princípio de ser o Departamento a unidade básica da Universidade e que no seu âmbito é que se estruturaram cargos e funções.

Eram as seguintes categorias docentes na carreira do magistério: Assistente - Professor Assistente - Professor Associado - Professor Titular e Professor Catedrático. E já aí a Universidade passava a exigir de seu professora

do, tempo integral e até dedicação exclusiva. "E são em casos especiais e da maior significância, é que se poderia abrir exceção e isso com a aprovação do Conselho Diretor da Fundação...

E mais: para os simples Assistentes, exigia-se até o nível de Mestre, obtido na própria Universidade Regional... É mister notar-se que quase 10 anos depois (1975), havia uma porcentagem mínima do corpo docente com nível de Mestrado. De fato, dos 256 docentes, apenas 3% possuíam Pós-Graduação "strito sensu" (2 Mestres e 1 Doutor).²³

Daí a grande deficiência de pessoal qualificado para exercer as funções de magistério superior. Enquanto a letra, a lei, o estatuto, o regimento, todos usando muitas vezes um linguajar bem longe da realidade, sobretudo quando se pensa nos poucos recursos financeiros e humanos da instituição. Até certo ponto entende-se a situação. Era o começo. Faltava-lhe uma vivência universitária. Tais dificuldades, a busca de afirmação como Universidade e o compromisso com o futuro, tudo isso se constituía um obstáculo ao autêntico funcionamento da instituição. Mesmo assim, nos momentos da mais aguda crise, foram principalmente os professores, os que não permitiram que a URNe caísse, mas permanecesse funcionando, através do seu esforço, de seu trabalho, mesmo mal remunerado e salário atrasado...

→ O Estatuto estabelecia todas as normas relacionadas com a função docente, desde seu ingresso até possível exclusão, como base para a elaboração do regulamento da Carreira do Magistério.

Muito embora, tendo sempre em mira o modelo de modernização da UNB, ainda aparece a figura do "Catedrático", que segundo Florestan Fernandes se constitui um dos maio

23 - Fonte: Plano Plurianual (1978-1982) PICD-URNe, pág. 9.

res responsáveis pelo entrave ao desenvolvimento da Universidade, como instituição integrada e plurifuncional...

No capítulo seguinte, o assunto sobre professorado é analisado em maior profundidade, quando se disserta sobre a Evolução da Universidade Regional do Nordeste no decênio 66-76. Aqui tão somente no que se refere à fase inicial...

2.5.2 - FINANCEIROS

A Universidade foi criação do Município, a quem caberia, em parte, a responsabilidade de a sustentar. Nesse sentido a Lei nº 23/66, dos artigos 3 a 5, assegurava a manutenção e funcionamento quando estabelecia:

"Enquanto a Universidade Regional do Nordeste não dispuser de meios e recursos próprios para a manutenção e funcionamento, o Prefeito Municipal é autorizado a assinar convênio com a FUNDACT e consignar anualmente no orçamento geral da Prefeitura, recursos suficientes para aquele fim." 24

É interessante notar-se como se manifesta na lei, a preocupação do Município em preservar a sobrevivência da URNe com dotação de recursos financeiros. Sempre, porém, com a ressalva: "Enquanto perdurar sua ligação com a Prefeitura..." com o desligamento da URNe, por força de adquirir capacidade própria de manutenção e funcionamento, da órbita do poder municipal, cessará esse compromisso.

Como se analisou anteriormente, a URNe funcionária, de início, em regime de Autarquia Municipal, daí esse empenho. E mais: ainda abria um crédito especial de 300 milhões (aquela época), para as despesas com a instalação, ma

24 - Lei Nº 23/66 de 15 de março de 1966, artigo 3º.

nutenção e funcionamento da URNe, estendendo-se essa verba para o exercício de 1967.

Mas os dirigentes da recém-criada Universidade não se contentariam apenas com esse tipo de ajuda. Partiram para a obtenção de outros recursos. E assim que conseguiram que o Prefeito promulgasse a Lei Nº 91 de 13 de dezembro de 1966, da maior importância para a Universidade, pela qual era cobrada uma taxa cognominada de "Contribuição de Ensino", no valor de 10% em todos os serviços prestados pelo Município. Assim determinava o artigo 11 da referida Lei:

"Sobre o montante dos preços das contas dos serviços industriais, comerciais e civis pelo Município ou através da sociedade de economia mista, incidirá uma "Contribuição de Ensino" no valor de 10%".

E a finalidade? Está expressa no parágrafo 1º:

"A Contribuição de Ensino criada por este artigo destina-se exclusivamente às despesas de manutenção e operação com as Faculdades de cursos mantidos pela Universidade Regional do Nordeste." 25

Com essa medida, o problema mais grave da instituição, o financeiro, estaria em princípio solucionado. Dez por cento de toda a arrecadação dos serviços seriam suficientes para assegurar com tranquilidade o funcionamento da URNe, vez que Campina Grande se constituía na época, o maior centro de arrecadação do Estado, conforme dados de fontes oficiais.²⁶

25 - Lei Municipal, Nº 91/66, art. 11.

26 - Fonte: Revista Campinense de Cultura - Nº 9 - 1976, pág.

17, p. 17.

Pela Lei Nº 201 de março de 1968 que consolidava toda a legislação anterior, esse dispositivo foi modificado, sendo reduzida a taxa para 5% da "Contribuição de Ensino". Mesmo assim ainda significava um recurso da maior importância dentre os demais recursos financeiros da FURNe.

"Renda proveniente da extinta FUNDAC, taxas e emolumentos cobrados por prestações de serviços a terceiros, doações e legadas ou auxílios feitos por governos e entidades privadas nacionais e estrangeiras." 27

Naturalmente aí se incluíam também as anuidades pagas pelos alunos à Universidade. Essa situação perdurou até 1969, quando o Prefeito Orlando Almeida extinguiu a taxa de "Contribuição de Ensino", prestando assim um grande serviço ao desenvolvimento da Universidade.

A essa época (abril de 69), a URNe vivia já sob o regime de Intervenção Federal com a destituição, por "força de força superior", de seu Reitor, professor Edvaldo de Souza do Ó; o assunto encontra-se melhor enfocado, quando se fala nas crises porque passou a Universidade, no capítulo 3º.

Em síntese é isso o que ocorreu no que diz respeito à organização da Universidade em seus primeiros passos. O esforço da comunidade, a luta dos fundadores em criar e manter uma Universidade compromissada com o presente e o futuro. A influência direta da Universidade de Brasília, presente em toda a sua estrutura. O sonho de uma Universidade autônoma, mas em meio a um sistema autoritário a cercear a liberdade de expressão, a boicotar a iniciativa criadora e a limitar a pesquisa.

Nessa perspectiva a Universidade Regional do

27 - Lei Municipal Nº 201/68, Art. 6º, letras a, b, c e d.

Nordeste nasceu, cresceu e se organizou, se estruturou e funcionou, passando por uma série de transformações no seu primeiro decenário de 66 a 76...

III- A UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE E A COMUNIDADE CAM -
PINENSE

3.1 - CARACTERÍSTICAS SÓCIO-ECONÔMICAS, CULTURAIS E POLÍTICAS DE CAMPINA GRANDE

Antes de se ter uma visão de Campina Grande, é necessário analisar-se a situação da Paraíba em seu panorama geral.

Situada na região do Nordeste oriental, a Paraíba conta com uma área geográfica de 56.372 km², com uma população de 2.445.000 habitantes (43,3 hab./km²), de acordo com o censo de 1970, espalhados nas chamadas zonas do litoral, do Cariri e zona do sertão do oeste, além do Planalto da Borborema.

Com uma economia voltada basicamente para o setor agrícola, há que se distinguir um duplo aspecto: o complexo canavieiro e o da pecuária - algodão e agricultura.

A cana de açúcar, como característica do primeiro grande ciclo de importância do Brasil-Colônia, apresenta-se como marco na vida sócio-econômica do litoral e do brejo paraibano.

Com a queda do açúcar, pela concorrência e outros fatores, surge a mineração. Sob o ponto de vista sociológico, predomina um tipo de sociedade patriarcal e escravocrata que implantou suas raízes até os dias que correm, principalmente no tocante ao relacionamento de quase absoluta dependência do trabalhador rural em relação ao patrão, proprietário rural, senhor de engenho.

Nessa mesma fase, desenvolveu-se também a

pecuária, em que não se refletia tão intensamente a problemática que envolvia o cultivo da cana de açúcar. Com a queda desta, a situação econômica também sofreria os efeitos prejudiciais.¹

São muitos anos depois, no final do século XIX e início do século XX, é que se vai destacar um novo produto de exportação: o algodão, principalmente em Campina Grande, que se tornara um centro importante de exportação do produto.

A instabilidade climática, agravada com o fenômeno de secas periódicas, acarreta uma série de infortúnios sociais a desafiar a fragilidade do sistema econômico dominante.

O processo de industrialização são mui lenta e gradativamente vai se implantando na região.

Esse o perfil geral da Paraíba de então e que atualmente se apresenta no contexto nordestino com uma peculiaridade marcadamente original: é o único Estado a contar com um duplo núcleo polarizador da mais alta significação, em termos de Nordeste.

No documento "Problemática do Ensino Superior em Campina Grande", escreveu-se o seguinte:

"João Pessoa (Capital) e Campina Grande são cidades que se aproximam em população, volume das atividades econômicas, receita pública, equipamentos de cultura, instrumentos de educação e saúde, meios de comunicação e posição política." ²

1 - Fonte: "Diagnóstico da Situação Educacional do Estado - Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba - 1972.

2 - Problemática do Ensino Superior em Campina Grande - Documento elaborado pela URNE em agosto de 1975 e apresentado ao então Presidente Geisel por ocasião de sua visita à cidade com vistas à federalização da URNE, pág. 1 e 4.

Essa comunidade que viu nascer e acompanha o crescimento da Universidade Regional está a exigir uma análise de maior profundidade para se tentar justificar nossa hipótese de que a URNE, realmente é fruto do esforço e da capacidade de luta de Campina Grande em conquistar uma posição de liderança no contexto do Estado e no interior nordestino.

É nesse sentido que se procura conhecer a opinião daqueles que se ocuparam de Campina Grande em seus escritos, como também auscultar o testemunho dos que se envolveram ou ainda participam do processo de crescimento e modernização da cidade.

Autores diversos focalizaram Campina Grande em suas obras, e/ou trabalhos. Quem, porém, de maneira sistemática e dentro dos cânones rigorosos da historiografia se decidiu a escrever a "História de Campina Grande", foi Elpidio de Almeida (duas vezes Prefeito), já falecido.

Vale a pena comentar-se alguns tópicos dessa obra publicada em 1962, como homenagem do autor ao Centenário da cidade que se aproximava. São que a obra pára em 1930, deixando de focalizar todo o período posterior, tão rico em acontecimentos políticos, sociais e culturais para Campina Grande.

Segundo ele, só a partir de 1699 é que aparece em documento oficial o nome "Campina Grande", como aldeia onde moram os Índios Ariús, juntamente com os Carirís.³

Era o processo de iniciação, evoluindo com alguns acontecimentos marcantes de sua história: freguesia em 1769, Vila em 1790 - Município em 1864. Comemorava-se seu 1º Centenário em 1964.

3 - Elpidio de Almeida - História de Campina Grande, pág. 36.

Em todas essas fases de sua história, Campina Grande sempre batalhou por alcançar os seus objetivos. Muitas vezes uma luta desigual com relação à Capital, que conta com a máquina burocrática da administração. Mesmo assim, Campina aceita o desafio e o grau de progresso a que atingiu revela-se fruto do esforço produtivo e até da ousadia da comunidade e não presente de governantes, ou "dádiva divina". Não. Toda conquista tem-se utilizado dessa estratégia: a luta sem acomodações, mas com trabalho e dinamismo. E Campina procura ampliar o espaço de liderança alcançada no âmbito do Estado. Assim é que, conforme documento oficial do Governo do Estado:

"Campina Grande, na década de 1940/1950, de tinha a hegemonia econômica do Estado, como importante centro de comercialização, o que explica o sentido polarizador da cidade, traduzido em um aumento populacional de 111,3% e uma elevada taxa geométrica de crescimento de 7,9% ao ano. No decênio 50/60, embora não mantivesse os mesmos violentos índices da década anterior, Campina apresentou taxas bem significativas: a população recebeu uma elevação de 60,4% e a taxa geométrica superior a do Estado, atingindo 4,8%. E mais: na década 60/70, como reflexo de toda uma expansão industrial que atinge a Paraíba, Campina Grande elevou sua taxa de crescimento para 5,4%, maior que a da Capital, que ficou em 5,3%." 4

Eis mais um reforço à hipótese defendida nesta dissertação, de que tanto Campina Grande, quanto João Pessoa se constituem dois centros de equilíbrio no desenvolvimento do Estado, sendo que Campina Grande luta por uma posição hegemônica, no contexto sócio-econômico, político-cultural da Paraíba...

4 - Cf. "Diagnóstico da Situação da Educação do Estado", pg. 97 - Publicação da SEC, João Pessoa - PB.

Além de Elpídio de Almeida, convém analisar-se o pensamento de outros autores sobre Campina Grande.

Assim é que a geógrafa do Conselho Nacional de Geografia e do IBGE, Maria Francisca Thereza C. Cardoso desenvolveu um trabalho por demais significativo sobre "Campina Grande e sua função como Capital Regional", obra essa, fruto de uma pesquisa realizada em 1962, nos mais diversificados setores da vida campinense, por uma equipe especializada no assunto, ligada à secção Regional Nordeste, da Divisão de Geografia.

Na tentativa de caracterizar a cidade, assim se expressou:

"Campina Grande é, no quadro urbano nordestino, um fenômeno que impressiona profundamente aqueles que se interessam, de alguma maneira, pelo estudo do fato urbano no Brasil. Todos são levados a reconhecer que existe algo nesta aglomeração que a distingue das demais cidades da região. Sobressai ela não só pela organização de seu espaço urbano, pois se apresenta como verdadeira urbe, mas, principalmente, no papel que desempenha na vida regional, tendo a si subordinada uma extensa área do interior nordestino." 5

Trata-se da fisionomia típica de Campina Grande, inconfundível com outras cidades do interior, não apenas em termos de população, como sobretudo pela influência que irradia, como centro polarizador.

Confirma-se uma vez mais a hipótese de que Campina Grande ocupa posição de liderança no contexto estadual, como também em todo o interior nordestino. E a autora volta a focalizar Campina.

5 - Ma. Francisca Thereza Cardoso - "Campina Grande e sua função como Capital Regional - Separata da Revista Brasileira de Geografia - Ano XXV, nº IV, pág. 3.

"A semelhança de São Paulo que no Planalto Paulista domina, no campo econômico todo o sul e parte do sudeste e centro-oeste do País, Campina Grande, embora em menores porções, do alto da Borborema irradia sua atuação por extensa área do sertão, contrastando, assim, com a grande maioria dos centros urbanos nordestinos, que vivem apenas em função da área rural da própria comuna.

É a posição geográfica das duas cidades que responde ao "porquê" dessa atuação tão intensa que ambas desempenham. A capital paulista, metrópole de âmbito nacional, se constitui em verdadeira encruzilhada de caminhos para o interior. Localizada como está no planalto, a poucos quilômetros da escarpa abrupta litorânea, São Paulo voltou-se mais para o interior, graças às facilidades oferecidas pela topografia suave do planalto. Campina Grande, a capital do sertão nordestino, apresenta posição de certa maneira análoga. Situada próximo à superfície mais alta da Borborema, a cidade não enfrentou dificuldades de comunicações nem com o litoral, nem com o sertão. Para este, a orla recortada do Planalto facilita o acesso à zona litorânea, através de vales amplos abertos no cristalino. A mesma facilidade se repete em direção ao interior. Do extenso patamar do planalto onde se encontra Campina Grande, passa-se com facilidade para o sertão, de nível mais baixo que os altos da Borborema, mas mais elevado que o planalto do Cariri..." 6

Pode-se discordar da autora (que não é campinense), julgar a comparação como inconsistente pela disparidade de entre ambas as cidades, mas deve-se atentar para o fato de que ela fala tão somente a nível de "comparação" e como tal, os elementos analisados tornam-se válidos. "A capital do sertão nordestino", porém, não se vai manifestar apenas como núcleo de desenvolvimento comercial e industrial, mas se desta-

car também como polo geoeeducacional para todo o interior nordestino. Suas funções de caráter econômico, e sócio-cultural, revelam a condição de capital regional do interior do Nordeste.

A pesquisa da referida geógrafa não se limitou a um setor apenas, mas atingiu o comércio, a indústria, bancos, escolas, hospitais, meios de comunicação (jornais e revistas), a partir das quais, elabora uma série de mapas para, estabelecendo comparações, tirar suas conclusões.

Para justificar a posição de polo de desenvolvimento semelhante à Capital, Campina Grande apresenta-se com uma rede de influências dos seus mais variados setores, sobre a região nordestina. Toda essa articulação de influência da "Capital do Sertão" com as demais regiões, encontra-se delineada nos referidos mapas, aqui anexados a título de ilustração.

Muito embora a pesquisa tenha procurado atingir uma área tão ampla de atividades, inclusive escolas, a autora apenas faz alusão ao setor educacional, sem aprofundar-se. Uma lacuna que não se justifica em um trabalho de tal dimensão. Na época da publicação da pesquisa, Campina Grande já despontava no cenário nordestino também como centro de irradiação cultural e educacional. E mesmo em nível superior, funcionavam já quatro escolas, como já se comentou. Sem essa visão, o trabalho não se completa.

Ao tratar do progresso da cidade, adentra-se mais nos aspectos comerciais, econômicos e industriais, tocando apenas de leve na cultura, quando escreve:

"O comércio e a indústria contribuem para que a arrecadação de impostos e taxas alcance, nas diferentes órbitas da administração, um índice elevado, sendo de 43% a sua contribuição para a arrecadação estadual."

"Essa liderança econômica vê-se reforçada por ser, ainda, um foco de intensa vida cultural e um procurado centro médico-hospitalar. Congregando sedes de importantes órgãos governamentais e entidades de classe, Campina Grande assumiu, também, certa função administrativa, embora não seja a Capital do Estado de cuja vida econômica é o principal foco." 7

O alto índice de arrecadação com relação a todo o Estado, coloca Campina Grande numa posição de liderança no plano econômico, mas que deve ser reforçada pelo desenvolvimento cultural.⁸

E Maria Francisca, continuando a falar do crescimento de Campina Grande, não poderia também deixar de tratar dos problemas acarretados por esse desenvolvimento desordenado.

"Todo o desenvolvimento de Campina Grande, estampado na própria fisionomia da cidade no decorrer das duas últimas décadas, pode ser bem aquilatado pelo ritmo de crescimento da população. Entre 1940 e 1950 Campina Grande apresentou um aumento bem significativo, da ordem de 114,3%. Enquanto isso, no mesmo período, em João Pessoa, capital do Estado foi somente de 25,8%. De 1950 para 1960, embora continuasse a aumentar de modo considerável - 43.762 habitantes a mais em dez anos - o contingente populacional não o fez com tanta intensidade, tendo caído a taxa de crescimento para 60,4% (neste período João Pessoa apresentou aumento relativo de 51,7%).

Campina Grande com uma população que já alcançava 116.226 habitantes em 1960 (população urbana e suburbana), vê-se afetada por uma série de problemas urbanos, típicos das cidades que se desenvolvem muito rapidamente." 9

7 - Maria Francisca Thereza Cardoso, op. cit. pág. 4.

8 - Esse foco de intensa vida cultural que não pôde ou não quis aprofundar, encontra-se delineado e elaborado no trabalho do jornalista Jureni Machado, sobre "Revisão Crítica da Atividade Cultural de Campina Grande - 1950 a 1975, na Revista Campinense de Cultura - Nº 9 - págs. 38 a 62.

9 - Cf. Maria Francisca - op. cit. pág. 9

Eis o contraste (ou se preferem: decorrência natural...): ao tempo em que cresce desordenadamente, surge em ritmo também acelerado os problemas sociais. É o desemprego, provocado em parte pela grande corrida do campo em busca do "asfalto", na ilusão de melhorar a vida. São os marginais, fruto de uma divisão de classes das mais injustas, baseada no poder aquisitivo do sistema capitalista. Para se mostrar como os problemas são de fato reais, coloca-se aqui o problema das "malocas campinenses...". A Favela da Cachoeira, do Jeremias, Buraco da *Q*uia, a do Pedregal e outras espalhadas na periferia urbana a desafiar as administrações municipais e a entidades comunitárias.

O desenvolvimento autêntico não pode deixar à margem o homem, que deve ser prioridade em todo e qualquer sistema econômico.

Os problemas sociais, os mais primários "desenvolveram-se" também aceleradamente. A miséria, a fome, o desemprego, a doença, a falta de habitação e a deficiência alimentar acompanharam o ritmo de crescimento da cidade e de suas favelas (Malocas).

Era a ausência de uma política que desse prioridade ao Homem e não à Técnica.

Após uma exposição das diversas etapas da evolução da cidade, do aldeamento primitivo (1697), fundado pelo Capitão-Mor Teodósio de Oliveira Ledo, até o início da década de 60, quando dos preparativos para a comemoração do 1º Centenário, a geógrafa Maria Francisca afirmava:

"Campina Grande que desde o seu alvorecer se distinguiu como centro comercial e vira intensificar-se esta mesma função com o advento da ferrovia, com a abertura de estradas de rodagem e o uso generalizado do transporte rodoviário, transformou-se em verdadeira capital regional do sertão nordestino. A estrada de ferro foi, indiscuti-

velmente, fator de progresso para Campina Grande, fortalecendo o vigor de sua praça comercial e ampliando a sua zona de influência. Mas, foi somente com o advento das rodovias, que a extensa área nordestina hoje dependente de Campina Grande para ela se voltou. Estradas, umas longitudinais, permitindo a ligação do Sudeste para o Nordeste do País, e outras transversais, facilitando a interiorização da influência campinense, são responsáveis pela situação hoje existente." 10

Os meios de transporte se constituem, pois, fatores de crescimento da cidade. Principalmente quando do advento da Estrada de Ferro e das novas rodovias que fizeram com que Campina evoluísse e alargasse o âmbito de influência no interior nordestino. Com isso colocava-se no mesmo nível que a Capital e às vezes até mesmo superando-a.

"Cidade de contacto, Campina Grande é, como se viu em capítulos anteriores, grande mercado concentrador de produtos agrícolas e pastoris de uma vasta área e é graças às inúmeras rodovias federais, estaduais e municipais através das quais projeta sua influência, que ela faz convergir para si toda essa produção. Por estas mesmas estradas segue a quase totalidade de tudo aquilo que ela redistribui, ou que produz ela própria para o consumo regional.

Graças, ainda, ao caminhão, nesta terceira fase, que é a atual, Campina Grande já não se prende mais exclusivamente às praças do Recife e João Pessoa, quando se trata do seu abastecimento. Além da metrópole nordestina suas compras também são feitas nos dois grandes centros nacionais: Rio de Janeiro e São Paulo. Embora distantes não há propriamente grandes dificuldades a essas relações diretas, pois a vinculação rodoviária está sobrepujando progressivamente a cabotagem e estradas de primeira categoria, total ou parcialmente pavimentadas, possibilitam a ligação do extremo sul com o Nordeste.

Através da atuação de Campina Grande em todo o interior nordestino se faz portanto, indiretamente, a penetração da influência dos grandes centros: Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e ainda outros que mantêm transações com a capital do sertão." 11

A cada instante, enfatiza-se a situação privilegiada conquistada por Campina Grande em se tornando centro irradiador de influência, graças em parte aos meios de transporte e mercado concentrador de produtos agro-pastoris. E mais: Campina agora alça vôo mais elevado, não se contentando abastecer-se nos centros das capitais nordestinas. Dora-vante Rio e São Paulo se constituem fonte das transações comerciais de Campina Grande, que dessa forma se libertava da dependência aos mercados regionais, projetando assim a imagem daqueles centros de maior projeção do país a todo o interior, área de sua influência.

Todas essas considerações procuram revelar as características de Campina no plano econômico-social. Os elementos constantes nas mais variadas apreciações sobre Campina se constituem expressão de sua imagem no tocante a sua evolução, ao seu crescimento no contexto, não apenas do Estado, mas de toda a região.

Como se apresentava Campina Grande, à época da fundação da URNe?

E ainda a expressão da professora Maria Francisca, que vai servir a nossa interpretação:

"No panorama atual nordestino, Campina Grande surge, indiscutivelmente como verdadeiro fenômeno urbano. Dada a grande proximidade de Recife e de João Pessoa, a primeira metrópole regional de ampla atuação e, a segunda, centro de menor projeção, mas os-

11 - Cf. Maria Francisca - op. cit. pág. 35.

tentando uma função sempre significativa de Capital Político-Administrativa, não seria lógico esperar que se desenvolvesse ali uma capital regional de gabarito de Campina Grande. Transbordante de vida, essa cidade da Borborema paraibana coloca seus serviços à disposição de uma área muito extensa, sendo o comércio atacadista o principal responsável por esta atuação tão intensa. O comércio é a grande mola propulsora do progresso de Campina Grande - tão desenvolvido se acha que causa espanto a todos quanto o analisam. Apesar dessa situação favorável, é preciso reconhecer a existência de uma grande disparidade entre os setores secundários e terciário de Campina Grande, o que poderá provocar num futuro não muito remoto uma transformação na conjuntura atual. Realmente, o desenvolvimento industrial embora expressivo, no panorama geral da industrialização do Nordeste, quando comparado ao do próprio comércio da cidade é quase incipiente, pois se baseia ainda, predominantemente nos ramos de beneficiamento. Se tal desequilíbrio não for equacionado, poderá haver certa polarização ou diminuição no ritmo de crescimento da cidade observado nas últimas décadas e Campina Grande poderá perder a liderança que vem mantendo no sertão nordestino, principalmente, após o advento das rodovias!"¹²

É a confiança do que se vem tentando demonstrar neste trabalho: Campina Grande se impõe como um fenômeno de liderança no âmbito do Estado e até mesmo do Nordeste. Nessa perspectiva, de crescimento, de comércio e de aumento populacional, Campina Grande nada deve à Capital, apesar de aqui-nhoada com a máquina político-administrativa, não "seria lógico esperar que se desenvolvesse ali uma capital regional do gabarito de Campina Grande..." É a posição reforçada da liderança no setor econômico-social do Estado.

Apesar de toda essa "euforia", quanto ao

12 - Cf. Maria Francisca - op. cit. págs. 35 e 36.

crescimento e modernização, fica a questão: consistirá tudo isso realmente desenvolvimento, termo que se presta as mais variáveis e contrastantes interpretações? O autêntico, o verdadeiro sentido de desenvolvimento de uma concepção humanista envolve prioritariamente o Homem situado no mundo, aqui e agora. Dentro de uma filosofia tecnicista se identifica com o progresso, confunde-se com a tecnologia, aproxima-se do processo de modernização. Um desenvolvimento que marginaliza o homem na própria sociedade, mesmo que seja portador dos atrativos da técnica e do progresso, revela-se insignificante, porque inverte os valores humanos da sociedade.

Campina cresce. O progresso continua, é a cidade de maior índice de arrecadação do Estado (pelo menos já foi...). Tudo isso caracteriza Campina Grande como polo geo-econômico. Pergunta-se: e basta? Num plano de desenvolvimento integrado exige-se mais, a que se complemente o seu processo global e não se restrinja simplesmente no aspecto econômico-comercial. O sócio-educacional, o político-cultural articulam-se no conjunto que é a sociedade.

Tentou-se apresentar a imagem de Campina Grande, em sua evolução até o início da década de 60. É evidente que o assunto não se esgota com essa análise. Este ensaio, porém, não objetiva traçar o perfil e caracterizar Campina Grande, mas obtida tal caracterização, verificar como se desenvolveu a Universidade Regional. De que maneira a Universidade se integrou e se articula ainda hoje com a Comunidade, sempre em vista a hipótese de que a Universidade é fruto do esforço da Comunidade na luta por uma posição de liderança no contexto estadual...

Já que se friou tanto a função de Polo para Campina, torna-se oportuno analisar-se o pensamento do Prof. José Lopes de Andrade, que escreveu sobre "A Região Funcional Urbana de Campina Grande", relacionando-o com os polos de crescimento.

Após descrever a regionalização do País, apresenta um item João Pessoa "versus" Campina Grande, que se presta à análise e interpretação:

"Exemplifiquemos o nosso raciocínio com o caso particular de Campina Grande e João Pessoa, cidades principais do Estado da Paraíba, em torno das quais se aglutinam cidades menores e campos agrícolas e pastoris. Elas constituem "Polos Naturais" (mercados), respectivamente, de duas Subregiões da Unidade Região Nordeste, denominadas, em estudos recentes, elaborados pelo Ministério do Interior (SERFHAU) e Companhia Pró-Desenvolvimento de Campina Grande (COMDECA) - "Compartimento da Borborema" e "Compartimento do Litoral-Piemonte". João Pessoa é Capital da Província e atual Capital do Estado, é produtora e distribuidora, predominantemente, de serviços administrativos (burocráticos). Campina Grande, desde suas origens, vem produzindo e distribuindo, predominantemente, bens industriais (farinha de mandioca, facas de ponta, arreios para animais, fogões, sapatos, etc., e serviços comerciais e de hospedaria)." 13

Manifesta-se mais uma vez a posição de equilíbrio entre os dois centros de maior expressão econômico-social do Estado. O mesmo autor mostra a fisionomia de Campina Grande e sua função de centro polarizador em relação a outras regiões. Assim descreve o quadro:

"Com mais de 230 mil habitantes, Campina Grande é a cabeça de um conjunto de Micro-Regiões Homogêneas, dentre as quais algumas das mais pobres do Nordeste, como o "Agreste da Borborema" e os Cariris Velhos, o Seridô Paraibano, o Curimataú e o Brejo Paraibano, forma importante unidade geoeconômica sob a denominação de "Compartimento

13 - Lopes de Andrade - "A Região Funcional Urbana de Campina Grande" - Revista Campinense de Cultura, Nº 9 - pag. 16.

da Borborema", potencialmente polarizada a Campina Grande, seu mercado natural é fator com desempenho histórico reconhecido, de contenção dos fluxos migratórios inter-regionais que demandam as Áreas Metropolitanas nordestinas (Recife e Fortaleza) e nacionais (São Paulo e Rio).

Políticas e planejamentos oficiais, definidos em Leis pelos Governos da União, Estados ou Municípios, existem porém, para as subregiões denominadas Centros Regionais, como a de Campina Grande e outras, embora os dois tipos, em graus diferentes de complexidade, sejam semelhantemente Regiões Funcionais Urbanas." 14

Mais uma vez Campina Grande assume o seu papel de liderança em toda a região interiorana da Paraíba, marcada pelos contrastes no plano social. E é junto a essa região que exerce sua atuação, como centro polarizador e transmissor de influências, como se pode perceber no mapa anexo. E para mostrar que essa liderança tem fundamento, apresenta um quadro anexo sobre a arrecadação do Estado.

Essa a situação sócio-econômica que caracterizava Campina Grande na época da criação da URNe, Cidade interiorana com porte e suporte de Capital, e "Capital do Sertão"... Não bastava, porém, o crescimento econômico; era necessário complementar o quadro com o desenvolvimento cultural.

Assim é que o prefeito Williams Arruda, por ocasião da instalação da URNe, (a que já se aludiu), se expressou, sobre Campina Grande:

"Depois de Recife, Salvador e Fortaleza, a cidade nordestina que tem apresentado maior

14 - José Lopes de Andrade - op. cit. pág. 17.

agressividade no sentido de criar uma "sociedade industrial" em nossa região e, sem dúvida, a cidade de Campina Grande.

Embora localizada no interior da área em desenvolvimento, sem as inspirações "transocênicas" de que tanto se tem nutrido a cultura e a Civilização brasileiras, e embora não seja capital "de jure" de nenhum dos Estados da Região, Campina Grande vem sustentando energica competição econômica e social com os demais centros regionais, e numa fase anterior - ainda bem recente - de pioneirismo mercantilista, chegou a se tornar o maior empório comercial algodoeiro do Brasil, depois de São Paulo." 15

E o esforço para completar-se com a implantação de indústria, já que no comércio, ocupava liderança em todo o Nordeste.

Mesmo afastada do privilégio do mar, coloca-se em nível análogo aos das Capitais em termos de desenvolvimento econômico-social no Nordeste. Já no âmbito do Estado, vem sustentando uma competição por uma posição de liderança. Nessa perspectiva, o prefeito Williams assim se expressava:

"Em relação ao Estado da Paraíba, a mobilização de recursos para o desenvolvimento econômico, já no primeiro trimestre de 1966 apresentava uma taxa de 3 em Campina Grande contra 1 em todo o Estado, inclusive sua respectiva capital.

De dentro de todo esse processo, que se enquadra pelo seu dinamismo geral de crescimento do Novo Nordeste, beneficiário dos diversos incentivos administrados pela SUDENE conforme os Artigos 34/18 de seus II e III Planos Diretores, eis de onde emergem as exigências que impuseram à comunidade local a criação de sua Universidade." ... 16

15 - Williams Arruda - Discurso por ocasião da instalação da URNE. págs. 6 e 7.

16 - Williams Arruda - op. cit. pág. 7

Era a fisionomia de uma Comunidade, agora a exigir a instalação de uma Universidade, fruto do esforço e da luta daquelas forças vivas que não recuaram ante os obstáculos surgidos. Acrescenta-se ainda, o Parecer 26/66 da Câmara de Vereadores, (já comentado) que apresenta com base, Campina Grande, como um dos mais significativos centros econômicos da região, na tentativa de justificar a fundação da Universidade Regional do Nordeste.

Ainda se poderia acrescentar outros escritos e depoimentos em que se procura caracterizar Campina Grande dentro do contexto nordestino, acredita-se, porém, que já é por demais suficiente o material utilizado e analisado para se atingir o objetivo a que se propõe este ensaio.

Correr-se-ia o risco de se cair na redundância temática e repetição verbal em prejuízo do aprofundamento, estar-se repetindo desnecessariamente o assunto.

Nesse contexto, nasceu a URNE, dentro dessa mesma realidade foi evoluindo numa perspectiva de luta e de crises, mas sempre em busca de afirmação e consolidação.

3.2 - LUTAS E CRISES DA URNE

Criada e instalada com festa, entusiasmo e muita esperança no futuro, a Universidade começava a funcionar no presente, com todas as dificuldades comuns aos incipientes. Para os "insipientes", porém, e mesmo para os que já conhecem a história da URNE, faz-se necessário uma análise em maior amplitude dos problemas, das lutas e das crises porque passou nesse primeiro decenário.

Nessa perspectiva pode-se adotar a seguinte periodização com vistas a uma maior clareza na exposição e

compreensão dos fatos, no sentido de uma mais adequada análise e interpretação dos eventos que emergiram da Universidade Regional:

- A 1^a fase: da fundação em 1966, à intervenção em 1969;
- A 2^a fase de 1969 a 1973 - Crise financeira da URNe;
- A 3^a fase de 1973 a 1976 - uma tentativa de estabilidade, reestruturação e de institucionalização.

3.2.1 - DA FUNDAÇÃO À INTERVENÇÃO (1966 a 1969)

A 1^a fase caracteriza-se tanto pela "euforia" com que se instalou a URNe, como pela luta em prol de sua implantação e busca de definição no funcionamento. Momentos iniciais carregados de interrogações e de incertezas. O desejo de organizar e estruturar a instituição, não como uma qualquer, mas moldada no figurino da UNB, fez com que surgissem sérios problemas. O 1º deles, dos mais graves, proveniente da inadequação de projetos e de realidades: a UNB foi planejada, criada e instalada dentro de um tipo de sociedade urbano-industrial com características bem definidas e a URNe, projetada dentro de uma realidade completamente adversa (Nordeste), com marca agro-exportadora-mercantil. Tal inadequação viria necessariamente afetar a própria estrutura acadêmica e administrativa de uma Universidade de parques e limitados recursos, em uma região também pobre e carente de recursos para se desenvolver.

Mesmo assim, era grande a demanda pela Universidade; e para atender aos anseios de uma comunidade, os cursos foram se ampliandô sempre mais, como se pode perceber nos quadros anexos. E à medida que evoluía e se ampliava cresciam também os problemas de natureza administrativa e financeira.

Foi nessa fase, mesmo carregada de problemas, que a URNe empreendeu uma luta sem trêguas para se firmar como instituição de Ensino Superior. A luta pela sobrevivência, tentando estabilizar-se no contexto em que se inserira.

Os dirigentes sempre batalharam junto às autoridades governamentais no intuito de conseguir dotações para amenizar a situação financeira da instituição.

O maior empenho, contudo, foi sem dúvida, o de procurar a federalização da URNe. Aliás, essa luta vai se tornar uma constante em todo o processo de evolução da Universidade. Em todas as fases de sua existência, sempre se levantou a bandeira da federalização, mas em vão.

Para se ter idéia do movimento em prol da federalização basta se ler, por exemplo, as atas das reuniões do Conselho Diretor onde o assunto é constantemente tratado.

"Prosseguindo, começou a relatar (o Reitor) os resultados obtidos quando de seu entendimento com o Sr. Ministro da Educação, quando (...) procurou a todo custo, dar andamento à mensagem do Excelentíssimo Senhor Presidente da República para a federalização da FURNe, adiantou que pretendia historiar tudo, constando em ata, a fim de que no futuro não aparecessem críticas injustas a sua pessoa, pela maneira como foi dado o andamento aquela importante mensagem... (..) Ao cumprimentá-lo (o novo Reitor da UFPb), soube através daquela autoridade universitária, que o Sr. Ministro da Educação iria assinar, naquela mesma data, o pedido de federalização da FURNe." 17

Aí consta já naquela época, a luta travada que esteve prestes a se federalizar a URNe, na iminência de ver concretizado esse intuito.

17 - Livro de Atas do Conselho Diretor - pag . 95.- Dia 14 de agosto de 1967.

Mas o projeto da federalização, segundo o relato da referida ata, encontrou algumas barreiras, não apenas de técnicos do CFE, mas até de autoridades educacionais e governamentais da Paraíba...

"Esclareceu (o Reitor) que as Faculdades que integravam a Universidade Federal de Campina Grande, conforme texto da Mensagem foram: Politécnica, Ciências Econômicas, Filosofia, Serviço Social, Agronomia e as três autorizadas a funcionar pelo Conselho Estadual de Educação (Direito, Ciências de Administração e Química)". 18

E o "milagre" não aconteceu... Ficou no papel. Morreu na mensagem... Durante todo esse decenário tornou-se tema de debates nas mais diversas camadas da Comunidade campinense, e até mesmo na Câmara dos Deputados.

Aliadas às lutas empreendidas, surgem as crises da Universidade, quer de natureza estrutural e administrativa, quer financeira e institucional.

Põe-se como destaque, nessa fase, a agudização da crise financeira, a explosão do movimento estudantil, de pressão em prol da Reforma Universitária e a crise maior, a intervenção federal da URNe.

Sabe-se, no entanto, não ser privilégio da URNe, esse fenômeno de crises. A Universidade Brasileira, como um todo padecia desse infortúnio. Crise que afetava sua própria estrutura, debatendo-se com problemas financeiros, desprovida de autonomia, apresentando-se como instituição apática, a-crítica, onde já não se criava, mas apenas se reproduzia.

Não se poderia "pensar" uma Universidade, sem imaginá-la envolta em crise, quando em crise se encontra o sistema que a sustenta. É que a Universidade se constitui

18 - Cf. Livro de Atas do Conselho Diretor, pág. 96.

tão somente "parte" do todo, que é a sociedade onde se instala. E já se enfatizou a crise em que se debate a sociedade brasileira.

Consciente desse panorama mais amplo que serve de cobertura, é que se parte para um exame das crises que afetaram a URNe. O problema mais agudo que atingiu, foi indiscutivelmente o que se refere à instabilidade financeira. E aí a defasagem manifesta-se altamente expressiva.

No primeiro ano de funcionamento (66), havia a garantia da dotação Municipal no valor de 300 milhões. Mas e os anos subsequentes? A situação agrava-se à medida que a Universidade se expande. Basta lembrar que de 1967 para 1968, previa-se um "deficit" orçamentário no valor de quase 300 mil, num total de um pouco mais de 1 milhão de cruzeiros".

19

Em reunião do dia 20 de janeiro de 1969, é do presidente do Conselho Diretor essa expressão:

"Revelou não terem sido superadas as dificuldades financeiras, motivadas pelo corte de verbas, apesar de todos os esforços que desenvolveu no sentido de resolver o sério problema..." 20

E na reunião do dia 4 de março de 1969, ao propor a criação de um "Fundo de Bolsas de Estudos", conforme Mensagem Nº 01/69, assim se expressou:

"O crescimento gradativo da FURNe, tornou-se imperiosa a concretização dessa proposta (...) de aprovar a constituição do Fundo de Bolsa de Estudos aos alunos que se

19 - Livro de Atas do Conselho Diretor - pág. 108, reunião do dia 27/12/67.

20 - Cf. Livro de Atas, pág. 140.

encontram financeira e economicamente impossibilitados de arcar com as despesas dos cursos que frequentam. A capacidade acadêmica de nossas escolas aumentou sensivelmente e com ela toda uma gama de problemas múltiplos e complexos (...). E dentre essa multiplicidade e complexidade se sobressai o depauperamento econômico de grande parte de nossos alunos." 21

A crise financeira atinge um alto nível de gravidade, a tal ponto que os dirigentes da URNe tentam, por todos os meios e utilizando-se dos mais variados recursos, amenizar a situação. Convém mais uma vez ir à fonte, onde os Conselheiros revelam a situação crítica que vive a Universidade.

"A seguir, o Presidente fez detalhada exposição sobre a situação financeira da URNe, por ele considerada como precária e dramática, haja vista a propalada redução das verbas orçamentárias do Governo Federal, que se concretizada atingiria em cheio toda a planificação financeira da FURNE." 22

E por último, na reunião de 25 de março de 1969 do Conselho Diretor, ao fazer um relato da situação da FURNe, assim se expressou o Reitor:

"A situação financeira permanece, no entanto, muito difícil e as perspectivas são por demais pessimistas, principalmente quando se configura claramente a intenção do Governo Federal de reduzir as verbas orçamentárias que a FURNe deverá receber da União... Se o governo central não modificar o ponto de vista sobre o corte das dotações, a situação da FURNE será catastrófica e de imprevisíveis consequências..."

23

21 - Cf. Livro de Atas, pág. 143.

22 - Cf. Livro de Atas, pág. 149.

23 - Cf. Livro de Atas do Conselho Diretor, pág. 150.

3.2.2 - DA INTERVENÇÃO FEDERAL À TENTATIVA DE INSTITUCIONALIZAÇÃO (1969 a 1973)

E a situação iria se agravar mais ainda, quando da intervenção federal da URNe, que veio acontecer logo no começo de abril. No dia 10 de abril de 1969, dá-se a posse do novo Reitor, interventor José Geraldo de Araújo, nomeado pelo prefeito Orlando Almeida, conforme Decreto Municipal Nº 105/69, atendendo a exigências do Comando Militar do Estado, através do Ofício Nº 20/CAI/69. Apesar de já nomeado interventor, os novos Conselheiros reunidos "elegeram" por unanimidade o Prof. José Geraldo e o bacharel Antônio Lucena, Reitor e Vice respectivamente da URNe, para atender dispositivos estatutários... (parágrafo único do Artigo 8º do Estatuto da FURNe).²⁴

Era a crise no seu ponto máximo. Quebrara-se a autonomia universitária, administrativa e institucionalmente. Doravante, a Universidade era envolvida nos planos dos Comandos Militares da Região...

Antes de se entrar na análise dessa nova fase da URNe, faz-se necessário retroceder um pouco para uma reflexão sobre a explosão do movimento estudantil na Universidade.

Ao lado das crises financeira e administrativa que a afetavam, a Universidade viu-se envolvida pelo movimento estudantil que, como se sabe, atingiu a Universidade Brasileira em seu conjunto. Eram idênticos os objetivos, por que se batiam os universitários brasileiros.

"Ante a ameaça" que poderia provocar "graves danos" ao funcionamento da Universidade, os dirigentes reagiram para impedir a ação estudantil. Para se aquilatar o nível em que se colocou o problema, torna-se interessante, transcrever as decisões tomadas pelas autoridades universitárias. Assim é que, conforme o que está escrito no livro de

24 - Cf. Livro de Atas do Conselho Diretor da FURNe, págs. 153 e 154.

atas da reunião do Conselho Diretor, do dia 12 de outubro de 1967, o Reitor faz a leitura de um relatório enviado ao Comando da Guarnição Federal local, em que historia o movimento estudantil universitário em Campina Grande, que se resume no seguinte: criação de uma frente contra os acordos MEC/USAID - elaboração de greve geral e luta contra o imperialismo americano, e acrescenta:

"Esta cidade foi escolhida para centro das agitações programadas no Nordeste, talvez em vista de estar sendo criada uma Universidade Federal em Campina Grande e da posição de liderança econômico-cultural que ela detém no interior nordestino..." 25

De um lado, a explosão do Movimento Universitário a fazer suas reivindicações e na outra ponta, os dirigentes da Universidade a tomar medidas repressivas. Era mais uma crise a desafiar a capacidade dos que assumiam o mando da Universidade.

Curioso como na época, transferia-se o eixo das decisões, dos gabinetes dos Reitores, para as salas de Comando dos Militares... Configurava-se mais uma das distorções do sistema vigente... A Universidade tornava-se o instrumento de execução das determinações militares, deixando sua posição de centro de reflexão e de crítica, de fonte cultural e de pesquisa...

A crise iria ampliar-se e agravar-se, até que veio o "fruto maldito", através do cérebro perseguidor do Sr. Gama e Silva, o AI 5 e de modo especial o Decreto 477, com que tentaram abafar as vozes que protestavam contra as injustiças e frustrar a consciência crítica de muitas lideranças.

Mesmo sem se aprofundar aqui mais ainda a análise, por serem outros objetivos desta dissertação, nem por

isso se deixa de comentar a posição da Reitoria em denunciar o Movimento Estudantil. Não imaginava o Reitor, que com tal atitude estava comprometendo sua própria autoridade e desrespeitando a autonomia universitária?

E mais: Esse mesmo Comando Militar que então (67) recebeu "o relatório incriminador" de Universitários, seria aquele que intervindo na FURNe, destituiria seu Reitor, em abril de 1969...

A intervenção, sendo um ato arbitrário a ferir a autonomia da URNe, não deixa de ter seu precedente em atitudes dessa natureza, em que um Reitor submete o comando da Universidade a Comandantes de fora, mas de dentro do sistema de exceção em que vivia o País.

A URNe também passava momentos cruciais de crise. Era uma situação complexa, problemática, principalmente no plano financeiro-administrativo. A nova direção tenta logo querer explicar e justificar a intervenção. Claro que do Comando Militar não era necessário explicação. O AI-5 estava em plena forma. Não apenas a URNe, é atingida, mas em todo o Brasil o Ato é acionado.

Os dirigentes de então, encarregaram-se, porém, do esclarecimento, que saiu na reunião do Conselho Diretor do dia 16 de junho de 1969.

"O Sr. Presidente (da reunião) fez ver aos presentes que a Intervenção Federal na FURNe teve como objetivo principal criar uma situação nova na Administração, em sintonia com os propósitos da Revolução de março de 64." 26

De fato, dispensável seria a justificativa... Não poderiam ter sido outros os propósitos da intervenção. E para que tentar explicar o óbvio?...

Mas a crise continua a se agravar de tal modo, que autoridades do Estado, do Município, da URNe e da UFPb resolveram instituir uma comissão para estudar o assunto.

"Em 1969, a situação do ensino superior em Campina Grande apresentava-se bastante delicada e pouco segura. De um lado, as duas unidades federais, integrantes da UFPb, sentiam-se sem apoio suficiente para a expansão e fortalecimento de seus cursos e serviços. De outra parte, a Fundação Universidade Regional do Nordeste - FURNe, via crescer as dificuldades financeiras a seu redor e não havia ainda logrado reconhecer nenhum dos cursos criados de 1966 até aquela data.

Em outubro, o Interventor Federal em Campina Grande criou, através do Decreto Nº. 196, de 30 daquele mês, um Grupo de Trabalho para analisar a situação do ensino superior na cidade e apresentar soluções para os problemas que fossem identificados. O Grupo, entretanto, teve de encerrar seus trabalhos em março de 1970, sem ter chegado a nenhum resultado positivo." 27

A comissão criada, segundo o que consta no livro de atas do Conselho Diretor, era constituída dos Professores: Stênio Lopes pela Prefeitura, Luiz Almeida e Juarez Farias pelo Estado, Wilson Aquino pela URNe, além de um representante da UFPb, cujo nome não consta na referida ata. Acontece que se temia vir a referida Comissão assumir o papel de juiz e julgar não os objetivos, mas os méritos da URNe...

Interessante como se procurava analisar os problemas da URNe sempre articulados com a comunidade. Assim é que dessa comissão ainda tomariam parte outras instituições, conforme ainda a fonte citada.

"O bacharel Antônio Lucena (...) supunha mesmo não serem os trabalhos da Comissão tão importantes para a reformulação da FURNe, uma vez que os problemas deveriam ser encaminhados para soluções através da própria FURNe. O bacharel Wilson Aquino discordou em parte, achando que o problema da FURNe é antes de tudo da Comunidade de Campina Grande..." 28

A URNe, de fato, não se constitui um corpo estranho, mas parte integrante ou melhor fruto do esforço comunitário de Campina Grande na luta por uma posição de liderança no contexto paraibano. Um reforço à argumentação que se vem utilizando neste ensaio em favor da nossa hipótese.

O certo é que a Comissão fracassou em seu intento. Não se adentra nos motivos que a conduziram ao fiasco, por serem desconhecidos, muito embora fosse conhecida a capacidade de trabalho de seus componentes. "Coisas de grupo de trabalho ou falta de condições de trabalho?"

A situação da URNe vai se agravando sempre mais, sobretudo pela falta ou escassez de recursos para atender as suas necessidades mais primárias no plano da sobrevivência. E a crise que tão duramente a atingiu, perdurou até que em abril de 1973, surgem outras perspectivas com a posse dos novos dirigentes da Universidade.

3.2.3²- TENTATIVAS DE REESTRUTURAÇÃO E ESTABILIDADE INSTITUCIONAL (1973 a 1976)

Um novo rumo seria seguido, quando da administração dos professores Lynaldo Cavalcante de Albuquerque e Luiz José de Almeida, eleitos Reitor e Vice-Reitor, respectivamente, em abril de 1973, os quais, com a ajuda mais eficiente

28 - Livro de Atas do Conselho Diretor, pág. 162.

te do MEC e apoio mais significativo (em termos de verbas) de outras entidades governamentais, conseguiram amenizar a situação caótica em que se debatia a URNe.

Licenciando-se do Reitorado para desempenhar uma função de relevância no MEC (Diretor Adjunto do DAU), o Prof. Lynaldo pôde assim ter acesso mais fácil e mais direto às portas do Ministério em favor dos pleitos da URNe, abrindo perspectivas para uma maior estabilidade funcional da Universidade Regional.

Quando se afirma que nessa fase a situação da URNe tendia a equilibrar-se, é que os fatos assim o confirmavam e justificavam. De 1973 a 1976, a Universidade Regional, ao tempo em que ampliava seu quadro administrativo, docente e discente, desenvolvia intensa atividade no plano de sua reestruturação.

Já em 1973 procedeu-se a reformulação geral do Estatuto e do Regimento Geral, adotando-se a reforma centrada, desaparecendo Faculdades e Institutos e surgindo Centros e Departamentos.²⁹

Para se obter uma visão mais adequada de como aconteceu esse fenômeno da expansão, uma publicação da URNe, "Problemas e Perspectivas" apresenta uma série de dados que se prestam a uma análise mais interpretativo-crítica.³⁰

Como se pode inferir dos dados apresentados, a Universidade Regional do Nordeste alcançou um alto índice de expansão. Quantitativamente não se poderia exigir mais de uma instituição de ensino superior do interior nordestino, carente de recursos financeiros e materiais que lhe servissem de suporte no seu desenvolvimento. Ao contrário, teria sido mais condizente com a realidade, um controle mais rigoroso a essa onda expansionista, tendo em mira os problemas que acarreta.

29 - *Problemas e Perspectivas*, pág.9

30 - *Idem*, *ibidem*, 12 e 18 e Anexos ...

Confirma-se, porém, o que se vem tentando demonstrar neste ensaio: Campina Grande firmando-se como centro polarizador de influências, solidificando sua liderança no Estado, utilizando-se da Universidade Regional como instrumento de conquista dessa posição.

Questiona-se, porém, seriamente essa situação expansionista da URNe: juntamente com um crescimento tão acelerado, como se tem revelado a ministração do ensino? Em que nível se encontra a pesquisa? Qual a contribuição da Universidade em termos de prestação de serviços à Comunidade? Qual a contribuição da Universidade em termos de prestação de serviços à Comunidade? Esse, aliás, se constitui um problema que extrapola a fronteira do Regional para configurar-se no âmbito nacional. Constata-se que nem sempre existe adequação entre expansão e nível de ensino ministrado. À medida que cresce, a proporção que vai "inchando", poderá ocorrer uma queda no nível de aprendizagem, comprometendo-se o padrão de qualidade que deveria predominar na Universidade. Esse, um fenômeno observável, cujos fatores, os mais complexos colocam-se à análise de estudiosos e especialistas, numa tentativa de se obter solução do problema.

Feita a caracterização da Universidade, em que transparecem problemas de natureza diversa e crises, as mais agudas e nos mais variados níveis, é mister procurar-se as causas que as provocaram, bem como as soluções encontradas.

3.3 - FATORES E SOLUÇÕES

O que teria levado a URNe a viver tais crises? Onde detectar os fatores que as provocaram? Que soluções teriam sido encontradas ou ainda estariam por vir? Eis o que se pretende analisar no presente ítem.

Não se pode identificar um fator único, como responsável por todas as crises sofridas. Constituem-se variados e de natureza diversa. Fatores internos concernentes à própria estrutura da URNE - Fatores externos provenientes da situação de dependência da Universidade do sistema que a sustenta.

A Universidade Regional fora implantada com uma estrutura vinda de Brasília, bem diversa e não adequada ao contexto em que se inserira. O transplante do modelo da UNB, pode-se considerar como fator dos mais graves com relação aos problemas da URNE. A realidade econômico-social em que se instalara a Universidade Regional, contrastava significativamente com o contexto de Brasília. Daí apresentar-se como fator de crise a desadequação de projetos e de realidades diversas. O próprio criador da UNB, professor Darcy Ribeiro, após lamentar o falseamento do projeto por parte das Universidades que escolheram a de Brasília, como modelo, assim se expressa:

"A experiência está em curso e ainda é difícil apreciá-la. Talvez algumas das Universidades maiores e mais ricas logrem progredir, por esta via, no sentido de uma estrutura mais funcional, inspirada no padrão de Brasília, caso se mantenham fiéis ao verdadeiro modelo. Na certa, entretanto, as pequenas universidades provinciais, orientadas na mesma direção, só conseguiram criar simulacros de institutos centrais ou o que será pior, imitações dos "undergraduate courses" norte-americanos, equivalentes aos implantados em Honduras e Nicarágua. Abandonarão, assim, por amor à novidade e na esperança de financiamentos externos, a possibilidade de preparar os médicos, os advogados, e os engenheiros, que efetivamente tem capacidade de formar para suprir as enormes carências locais. Desse modo; em lugar do exercício de sua função fundamental de Universidades Regionais converter-se-ão em réplicas pretensiosas de modelos forâneos de educação su-

perior, correspondentes a outra tradição e com exigências funcionais que jamais con seguirão satisfazer." 31

Pode-se discordar das colocações aqui veiculadas, mas não se pode negar ao autor o conhecimento que possui e mais, a realidade educacional por ele vivenciada em todos esses anos de Brasil e de exílio. Sendo assim, o argumento é válido para essa análise dos fatores geradores de crise na URNe.

O que estaria provocando, porém, toda a extensão dessa crise? Não se ignora que no âmago de toda essa situação encontra-se o fator econômico.

A Universidade, contando quase tão somente com recursos provenientes das anuidades dos alunos: (a ajuda da Prefeitura permaneceu a mesma durante este decenário), não estaria em condições de concretizar os objetivos a que se propusera.

Entre 1970 e 1972, a crise, provocada principalmente pelo fator econômico, parece ter atingido o seu grau máximo, como se pode perceber pelo fato de os professores reclamarem, não um aumento salarial, o que seria normal, mas simplesmente exigiam pagamento de seus salários, atrasados, às vezes, em até mais de 20 meses...

Numa entrevista ao "Jornal da Paraíba", em novembro de 74, o professor Luiz José de Almeida, então Reitor da Universidade, indagado sobre o pagamento em dia dos professores, assim se expressou:

"Quando nós assumimos a direção da FURNe, no ano passado (abril de 73), sem que se queira com isto estar criticando os meus antecessores, pois isto é uma decorrência

31 - Cf. Darcy Ribeiro, *A Universidade Necessária*, 133 e 134.

da falta de um suporte financeiro dos poderes públicos, a situação era terrivelmente ruim para esta instituição. Devia-se ao professorado treze meses.

Não entendia como se podia exigir do professor o mínimo, em termos de cumprimento de suas obrigações, quando empregador que era a FURNe não pagava sequer o salário que é a obrigação mais elementar ao empregador. Disseram-me que, em época anterior, já haviam chegado a dever até 23 meses e que o professor Antônio Lucena, através de auxílios conseguidos com o MEC, reduzira a dívida para 13 meses..." 32

Ai está o testemunho insuspeito do próprio Reitor, mostrando como a situação da URNe era drástica, provocada pela ausência ou escassez de recursos financeiros.

Como poderiam os professores cumprir suas tarefas didático-pedagógicas, quando a própria Universidade não lhes oferecia condições mínimas para executá-las? Mesmo assim, esse professorado, de modo geral, permanece, carregando toda essa gama imensa de sacrifícios a que a instituição não caísse, mas superasse a crise de que estava padecendo... Dedicção à profissão, sem a compensação salarial? Esperança de que um dia a situação mudaria? Sem se penetrar nos motivos de tal atitude, o fato é que eles sustentaram a Universidade com seu trabalho mal remunerado e pago com atraso inconcebível...

O problema não se referia a "pessoas" que eventualmente ocupavam a administração da universidade. É mais amplo e mais profundo, pois extrapola a fronteira da instituição de ensino superior. Falta de um suporte financeiro da parte dos poderes públicos, mas não é só. Atinge a estrutura de que é constituído o sistema econômico dominante.

A Prefeitura que a gerou, não mais a geriu

seu destino financeiramente, deixando que a Universidade procurasse seu próprio caminho, seguisse o rumo que melhor lhe conviesse.

Aludiu-se ao fato de que as crises na Universidade estavam na dependência de fatores externos, fora do âmbito da instituição. Realmente, a Universidade desprovida de sua autonomia iria sobreviver na dependência do sistema que a sustentava. Assim, uma visão mais ampla da situação, apresenta como fator externo principal, a provocar as crises na Universidade, a própria estrutura do modelo econômico dominante no País. Pode-se elencar uma série de fatores, dos mais diversos gêneros e de variados níveis, desde a estrutura desadequada da Universidade, do emperramento burocrático, até mesmo ao autoritarismo dos dirigentes. "Privilegia-se", contudo, o fator econômico, por ser o responsável mais direto pelas crises que afetam a Universidade.

Segundo Darcy Ribeiro, as crises que afetam as Universidades Modernas podem ser classificadas, como sendo de natureza conjuntural, política, estrutural, intelectual, e ideológica. Mesmo sem se entrar numa análise mais profunda, pode-se reafirmar que a causa maior de toda essa crise que atinge a Universidade Brasileira, reside nas estruturas sócio-econômicas que sustentam a Sociedade Brasileira...³³

As tentativas para se resolver os problemas, de modo geral, não surtiram o efeito desejado. A solução mais viável que os dirigentes sempre tentaram desde o início a federalização da FURNE, que esteve prestes a se consumir, como já se comentou, jamais se concretizou.

Tem-se procurado todo tipo de ajuda dos governos municipal, estadual e federal mas todas como paliativos, pois a solução definitiva em termos globais da institui-

33 - Cf. Darcy Ribeiro - *A Universidade Necessária*, págs. 23 e 24.

ção ainda estar para vir.

Enquanto isso, a direção da URNe, no intuito de solucionar o problema financeiro vem adotando uma política mais agressiva, na obtenção de recursos, como se pode constatar em "Relatório das Atividades".

"A política financeira da instituição, no exercício de 1976, pode ser caracterizada por uma constante preocupação de racionalizar a alocação e uso dos recursos, com vistas à obtenção de resultados multiplicadores, maximizando desta maneira os investimentos humanos e patrimoniais, apoiados na estratégia de descentralização administrativa." 34

Era mais uma tentativa em busca de soluções para o cruciante problema que atinge não apenas a instituição educacional, mas torna-se ponto de estrangulamento de todo o sistema econômico vigente.

Essa política de formação de infra-estrutura vem surtindo efeito positivo, sobretudo na aquisição de laboratórios, equipamentos, de material permanente, dando-se em fase a construção da 1ª etapa do "campus" Universitário em Bodocongô...

Uma outra tentativa, para se sair da crise financeira que afeta a URNe, tem sido a celebração de convênias com as mais diversas entidades do País, públicas ou particulares. 35

São, porém, soluções parciais e passageiras, que podem sumir, dependendo das circunstâncias que as fizeram surgir.

34 - Relatório das Atividades 1976 - Publicação da FURNe, maio 1977, pág. 27.

35 - Idem, *ibidem*, págs. 30 e 31.

Como se pode constatar, o problema continua a desafiar a todos os que estão envolvidos no processo de sustentação da URNe.

Aqui se apresenta tão somente aquelas tentativas levadas a efeito, no sentido de se encontrar solução adequada para as crises financeiras que se introjetaram na Universidade.

Como há fatores externos a tornar a Universidade dependente, assim também a verdadeira solução sõ virã, quando a sociedade transformar as estruturas arcaicas que a afetam...

3.4 - PERSPECTIVAS E ALTERNATIVAS

Analisados os problemas, os mais complexos, detectados os fatores que provocaram as crises na Universidade, e apresentadas as soluções de momento, o futuro da Universidade Regional, revela-se ainda uma incôgnita. Como sobreviverã no amanhã? Quais os caminhos a seguir? Instituição definida, prônta, irreversível? Ou instável, destinada à falência?

Quais as perspectivas que se lhe apresentam, quanto a sua condição de centro cultural e de consciência crítica? Que alternativas existem para sua continuidade no seio da comunidade que a criou?

Eis a questão que ora se coloca a uma análise objetiva e crítica, desvinculada dos "arroubos emocionais", que geralmente acompanham tais tipos de exame.

Para se poder "predizer" que rumo a URNe pretende seguir, faz-se necessário uma visão da situação em 1976.

Nesse ano, a Universidade Regional apresentava-se no contexto de Campina Grande, contando com: 20 cur

dos de graduação, com um contingente de quase 5 mil alunos (4.992) matriculados e com cerca de 300 professores (292) das mais variadas categorias docentes, como se pode comprovar com os dados contidos nos quadros anexos, em Relatório das Atividades, 76.³⁶

É sintomático que entre todos esses docentes, uma parcela mínima possuía curso de pós-graduação "stricto sensu". A grande maioria, com apenas a graduação, constituindo-se, assim, um problema sério para a instituição, situação idêntica a grande maioria das Universidades Brasileiras.

Segundo informes da COPPEG (Comissão Permanente de Pós-Graduação, Extensão e Pesquisa) da URNe, até 1975, a Universidade contava apenas com um número restrito e insignificante de docentes cursando Pós-Graduação e mesmo assim em condições precárias... ou usando a expressão da COPPEG:

"... A Universidade se encontrava sem nenhuma perspectiva de vir a realizar, em prazo previsível, uma política de capacitação docente... Por estas razões, no ano de 1975, que precedeu o ingresso da URNe no PICD, o panorama de capacitação docente podia considerar-se desanimador... Com efeito, dos 256 professores... somente 3% eram portadores de diplomas de pós-graduação "stricto sensu" (2 mestres e 1 doutor)". ³⁷

Realmente uma situação calamitosa para a Universidade, que com pessoal docente qualificado tão diminuído, enfrentava dificuldades sérias na ministração do ensino.

36 - Cf. Relatório das Atividades 1976 - págs. 58 a 66 - 21, 23 e 25.

37 - Fonte: Plano Plurianual (1978 - 1982) e Plano Operativo de 78 - Publicação da FURNe, pág. 9.

Sõ a partir de 1976 ẽ que o panorama de titulaçãõ põs-gradua-
tõria manifesta-se em situaçãõ bem mais animadora.

Com essas perspectivas, pergunta-se quais
seriam as alternativas para a URNe em termos de estabilidade
econõmica e de estrutura acadêmica?

A primeira, e ao que parece, a mais "perse-
guida" tem sido a de federalizaçãõ. Um sonho acalentado desde
os primõrdios da URNe e alimentado por estudantes, mestres e
dirigentes. Como se comentou, em todas as administrações le-
vantava-se a bandeira da federalizaçãõ como saõda do impasse
a que chegava a URNe.

Tambẽm aqui surgiram vozes discordantes, nãõ
apenas no "Olimpo" do CFE, mas atẽ de pessoas da comunidade cam-
pinense e do Estado, que deveriam ser os primeiros a apoiã-la.
Como jã se documentou aqui, atravẽs de pronunciamentos de
membros do Conselho Diretor da FURNe e agora do Conselho Uni-
versitãrio:

*"... Complementando a indagaçãõ, o Sr. Beri-
lo Ramos Borba afirma que a concessãõ dã
homenagem poderia parecer ridõcula aos
olhos do prõprio governador, uma vez que
sua Excelẽcia hã havia feito muitas res-
trições ã URNe..." 38*

De lã atẽ hoje tem sido assim. Vozes se le-
vantam defendendo a federalizaçãõ da URNe, como soluçãõ de
suas crises, mas outras se erguem contra, levadas por interes-
ses que nãõ se identificam com os da comunidade...

Como jã disse, o "milagre" da federalizaçãõ

38 - Cf. Livro de Atas do Conselho Universitãrio, pãgs. 52 e
53.

não aconteceu até hoje, embora não se descarte a idéia, como a mais adequada e a mais viável, do ponto de vista dos que estão aqui vivendo o problema da Universidade.

Mas, e então? Qual a saída? É interessante notar-se o depoimento tanto de pessoas que se encontram envolvidas no processo de ensino superior de Campina Grande, como também, de personalidades outras não "alinhadas"...

Na reportagem a que já se fez referência, no Jornal da Paraíba, sob o título "A Universidade Regional - uma grata realidade para Campina Grande", o Reitor de então, Prof. Luiz José de Almeida, indagado sobre a situação geral da URNe, assim se expressou:

"Poderia dizer que o panorama atual da Universidade é bastante esperançoso, com relação ao futuro, quer dizer, a curto e a médio prazo (...). A Universidade está se expandindo e se consolidando e também se institucionalizando. Entendo então que a decorrência de todas essas conquistas, configura um panorama animador para o futuro. Indiscutivelmente, a Universidade é ainda uma instituição muito problemática e carente de apoio de todos para sua sobrevivência e progresso..." 39

Como se percebe, ao tempo que se mostra esperançoso, com base na tarefa já cumprida, o Reitor manifesta-se cauteloso com relação ao futuro, necessitando de apoio de toda a comunidade com vistas à consolidação e estabilidade da URNe, ainda tão carente de recursos.

E continua a entrevista:

"Usa-se muito a expressão em Campina Grande, "irreversível"; dizer-se que a URNe é irreversível, pela massa que ela já assumiu,

39 - Cf. Jornal da Paraíba, dia 17 de novembro de 1974, pág.

parece que assim o é... Mas o que nós desejamos evitar é que ela seja irreversível, vivendo em condições precárias que comprometam, em última análise, a qualidade do ensino que pretendemos ministrar aqui. Creio que ela deva ser irreversível e que marche e dê passos para diante, seja cada vez mais bem conceituada e tenha um nível de ensino de cada vez melhor qualidade. Assim é que que entendo irreversibilidade." 40

A irreversibilidade que não comporta acomodação, mas implica em dinamismo, fugindo à estagnação e ao processo de mumificação. Passados dois anos, apesar de toda a evolução e expansão da URNe, com seus quase 5 mil alunos, a situação não parece ser diversa daquela. Os problemas também se ampliaram e as perspectivas não são muito animadoras. Assim é que em "Problemas e Perspectivas", manifesta-se essa visão:

"A situação atual da URNe, é apesar de todos os esforços, de instabilidade por força dos angustiantes problemas de ordem financeira com que se debate. E com a estrutura de que atualmente dispõe, não parece haver uma saída para tal situação..." 41

E se não há saída, como se sair dessa situação de instabilidade? Não surgiria uma solução, a partir da análise de seus problemas e detecção dos fatores que os provocam? Nesse mesmo documento se aponta a possível resposta a tudo isso:

"A solução seria a filiação da URNe à rede federal de Ensino Superior... contudo, a atual política educacional brasileira afasta completamente a hipótese. Procura-se então, obter, a institucionalização da contribui-

40 - Cf. Jornal da Paraíba, dia 17/11/74, pág. 8.

41 - Problemas e Perspectivas, pág. 21.

ção do Governo Federal, através de sua transformação, de auxílios que, embora expressivos não perdem o caráter de eventualidade, em uma dotação orçamentária, corrigível anualmente." 42

E então? Se o Governo Federal não a encampa, nem institucionaliza sua contribuição, tornando-a permanente, quais outras alternativas ainda lhe ficariam? Mas a fonte citada conclui, com uma tacada de esperança, como que, contradizendo aquela situação sem saída...

"Contudo, apesar da instabilidade já referida, a Universidade Regional do Nordeste luta tenazmente pela sua sobrevivência. Consciente de que é uma instituição "irreversível", está inserida no desenvolvimento educacional da cidade, da região, do Brasil, anima-se a prosseguir num ritmo crescente na certeza de que está a contribuir para um dos grandes anseios da Pátria comum, que é a interiorização do progresso..." 43

Instabilidade, quando já não se mantêm com seus próprios recursos, mas sustenta-se com a ajuda de outras instituições oficiais ou não... Irreversibilidade, quando se coloca em termos de patrimônio cultural da comunidade campinense... Porque já não se pode mais retirá-la do contexto educacional local e regional, mas ainda por demais carente de recursos para sua sobrevivência.

Quando se procura analisar a Universidade apenas no interior de sua estrutura, fecha-se a visão dos problemas e estreita-se a faixa de soluções. De fato não aparece saída porque não se sai do âmbito universitário para se alargar a visão dos problemas que afetam a Universidade...

42 - "Problemas e Perspectivas" - Pág. 21.

43 - Idem - ibidem, pág. 21

A própria Universidade brasileira em geral padece de tal deformação no sentido de visualizar os problemas apenas à luz do seu interior. E aí é que a reflexão se perde nos meandros das estruturas universitárias.

Como se vem frisando incessantemente neste ensaio, a Universidade só pode ser analisada dentro do contexto histórico em que se situa, numa perspectiva de integração dos problemas que afetam o homem situado no mundo. Fora dessa ótica, é ilusão, é miragem, qualquer tentativa de análise de uma instituição que se propõe transformar-se em livre foco de reflexão filosófica e de centro autônomo de pesquisa científica e de criação cultural.

Assim, a Universidade Regional do Nordeste deve ser vista dentro do seu contexto histórico com todas as implicações e consequências que poderão advir dessa circunstância. A URNe está inserida no interior do Nordeste, numa região pobre, carente de todos recursos imagináveis, cujos alunos por estarem enquadrados nessa situação, possuem um poder aquisitivo muito aquém do que se poderia esperar de universitários de outras regiões menos empobrecidas.

Analisando-a nessa perspectiva, como identificar outras alternativas em termos de estabilidade e de sobrevivência?

Pode-se utilizar do testemunho de uma autoridade do MEC, professor Lauro Zimmer, Diretor Adjunto do DAU, que por ocasião da colação de grau das turmas concluintes de 1978 (julho) da URNe de quem aceitou a paranínia, assim se expressou:

"Campina Grande simboliza o arrojo e a generosidade do homem dessa região semiárida e ostenta em sua história, a vitória sobre a Natureza hostil..."

Entendi, como professor e técnico universitário que, à frente de um posto de decisão do DAU, não esquece nem poderia es-

quecer a importância crucial da nova universidade, em construção do futuro deste País.

Importância tanto maior, quanto mais agudos forem seus problemas de desenvolvimento econômico, social, cultural e político. - É justamente essa a situação do Nordeste e de vossa Universidade." 44

Após conclamar todos a repensar o papel da Universidade brasileira de hoje e de amanhã, pergunta quais seriam as tarefas atribuídas a uma universidade nordestina...

"Que papéis terão as Universidades Regionais quando a grande maioria das nossas Universidades é uma instituição a serviço de uma capital ou de uma grande cidade? Que sentido poderia saturar o conteúdo do conceito de uma universidade regional? Não será de sumo interesse Nacional e do superior interesse do bem comum, romper essa tendência histórica de, cada vez mais se adensar a rede universitária no cordão urbano litorâneo e por todos os meios impedir sua interiorização"?... 45

Mais um argumento a fortalecer a nossa posição: Campina Grande, interior nordestino, lutando para ocupar posição semelhante a da Capital. Para isso procura romper o cerco que sô impulsiona a implantação do ensino superior para a faixa do litoral. E continua o professor Zimmer:

"Será que a expansão do ensino superior de verá manter as desigualdades constituídas historicamente entre Centro-Sul e o resto do País, entre o litoral e o "hinterland" brasileiro, entre as capitais e as cidades do interior, perpetuando as históricas desigualdades?"

44 - Lauro Zimmer - Discurso de paraninfo na colação de grau da URNe, Julho/78, pág. 2.

45 - Idem, ibidem - pág. 2.

Em que medida, a Universidade Regional do interior poderá contribuir para romper esse círculo vicioso, desafio à segurança do País (sic), visto a médio e a longo prazos (...)?"46

Será já o sopro da abertura democrática ba tento às portas da Universidade ou apenas palavras festivas em solenidade oficial? De qualquer forma, fica o registro. A necessidade de interiorização da Universidade, regionalização da cultura, que não se deve constituir privilégio das capi - tais...

E o Diretor Adjunto do DAU, após afirmar que essa é a vocação histórica da URNe, a saber, quebrar essa tradição e esse círculo vicioso, destaca um tríplice aspecto a servir de reflexão para mestres e alunos:

- "1-Criação de nova elite dirigente interiorana, na qualidade de centro de polarização de uma consciência esclarecida, e v^ga mestra do edifício de uma sociedade original e humana.
- 2-Elevação da cultura do povo à dignidade da cultura acadêmica, como forma de preservação de sua identidade.
- 3-Escolha, como objeto de estudo, dos processos produtivos e das relações sociais em que elas se dão, para tratamento científico, segundo as perspectivas metodológicas disponíveis, onde possam ser encontradas soluções para nossos problemas..."

47

Seria esse o caminho a seguir pela Universidade Regional do Nordeste? Há um distanciamento bastante significativo entre o que aí está escrito e o que acontece realmente no plano do concreto.

46 - Cf. Lauro Zimmer - *idem*. pág. 4

47 - Lauro Zimmer - *Discurso de Paraninço*, pág. 5

Que adianta "idealizar-se" uma Universidade nesses moldes, quando se cerceia a liberdade e se relativiza a democracia? É necessário que as mudanças estruturais da Universidade, antecedam as transformações da sociedade, arcaicamente estruturada.

Nessa mesma ocasião, falou da importância da URNe, o orador oficial, aluno concluinte do curso de Direito, José Assimário Pinto:

"A criação da Universidade Regional, representa, assim, uma incomensurável contribuição para o desenvolvimento da cidade, da região e da Pátria; integra, une, pesquisa, conscientiza, interioriza e instrui. Em que pese lutar com grandes dificuldades é de fato uma instituição irreversível, que tende a cada vez mais se tornar sólida, por que conquistada com enormes sacrifícios, é que por esta razão merece o amor, o respeito e a reciprocidade de todos, pois certamente são poucos os que ainda não receberam seus benefícios, como agência de formação de profissionais que é, e instrumento de preparação da juventude nordestina e campinense, em particular, para o amanhã." 48

A parte os "arroubos oratórios" e a adjetivação abundante próprios de ocasião, torna-se interessante analisar-se o testemunho de um aluno concluinte, para se sentir como a URNe se apresenta aos olhos de quem nela se graduou.

E continua a questão: quais seriam as alternativas para a URNe? Segundo os que estão interessados no problema do ensino superior em Campina Grande, as opções seriam: a federalização direta da URNe, como a Universidade Federal de Campina Grande - ou então a incorporação de todos os cursos da URNe à Universidade Federal da Paraíba. A estadualiza-

48 - Cf. Discurso do orador oficial - Diário da Borborema, dia 01/08/78, pág. 6.

ção da URNe, que também se constituiria uma saída para o im passe, não é bem vista pela comunidade estudantil, por desacreditar nas possibilidades financeiras do Estado em sustentar uma Universidade.

Sem se entrar no mérito dessas alternativas e nem se discutir qual delas seria mais adequada, o que se pleiteia é que se tome uma decisão acertada em função da Universidade, que em última análise beneficie a própria Comunidade de Campinense.

Poder-se-ia analisar o testemunho de muitos interessados na solução do problema prioritário da URNe, a sua estabilidade, sua consolidação definitiva. Acredita-se, porém, que já se analisou o suficiente para se aquilatar a amplitude do problema e se identificar as possíveis alternativas, como saída do impasse em que se encontra a Universidade. O que se espera é que a Universidade encontre o seu verdadeiro caminho e se coloque como centro de cultura e de consciência crítica da Região, sem que nesse processo todo, perca sua característica de Universidade a serviço do Nordeste.

Nessa perspectiva, a Comunidade precisa intensificar a luta em defesa da Universidade Regional do Nordeste, não apenas como patrimônio cultural, mas ainda como instrumento fortalecedor da liderança de Campina Grande no âmbito estadual.

Como se pode verificar no decorrer deste ensaio, tem sido essa a tônica: Campina Grande sempre defendendo essa posição hegemônica conquistada ou a ser conquistada com esforço e sacrifício dos membros atuantes da Comunidade.

Após toda essa análise, chega-se de fato à conclusão de que Campina Grande e João Pessoa, constituem-se dois centros de irradiação cultural, dois polos geo-educacionais e de concentração econômica. E que realmente a URNe se constitui uma resultante da política comunitária de Campina

Grande em luta por uma posição de liderança dentro do contexto paraibano.

E a Comunidade ainda hoje luta com esse mesmo objetivo. São que passados dez anos em que a Universidade Regional se debate em crise, percebe-se que para sair do impasse, necessário se faz um suporte financeiro mais seguro, do contrário torna-se por demais precária a tentativa de fazê-la sobreviver com os poucos recursos próprios e de ajuda oficial. Daí a corrida em busca da federalização, como solução imediata para o problema básico que afeta a URNe: o financeiro.

A simples absorção ou desativação de seus cursos, desarticulária a própria estrutura, descaracterizando a Universidade Regional, que durante esse decênio, bem ou mal desenvolveu a cultura na Região do Nordeste. Faz-se mister não se perder de vista esse fato, levando em conta a finalidade a que fora criada a URNe...

C O N C L U S Ã O

De certa forma as "conclusões", estariam implícitas, quando da análise das perspectivas e alternativas . Como a Universidade iria encontrar o caminho de "saída" do grande impasse em que está envolvida, a busca de solução para a crise em que se encontra. Aqui pretende-se tão somente a reapresentação, em síntese, do que foi tratado neste ensaio, a fim de que mais esclarecido, se possa tomar uma posição mais objetiva e crítica face ao problema analisado.

Pensa-se em conclusão, não no sentido do acabamento total, como se tudo chegasse ao fim, não deixando abertura à análise e à crítica. Não. Não se conclui assim. A conclusão aqui é mais de natureza didática, no sentido de que este ensaio teve um começo, se desenvolveu e tende a terminar. Só. O assunto , porém, continua em aberto à discussão, ao debate, à crítica, como ocorre na história de qualquer instituição.

Explicada a "conclusão", pode-se pensar o sentido deste trabalho em forma de síntese. Partiu-se de uma visão da Educação Brasileira situada dentro de uma realidade histórica, concreta.

Dentro dessa ótica, os problemas educacionais não existem isoladamente, mas integrados ao todo que é a sociedade brasileira. Depois analisou-se a situação do Nordeste, basicamente com os mesmos problemas educacionais, diferenciando apenas em questão de níveis e de amplitude, face às desigualdades sociais existentes. Dentro desse quadro, encaixa-se a educação, limitada, condicionada aos problemas sócio-econômicos.

Após essas preliminares, delimita-se mais ainda a nossa reflexão, tanto no que se refere ao espaço geográfico, que é a Paraíba e especificamente Campina Grande, como quanto ao conteúdo, a educação, a nível de 3º grau - a Universidade.

Após análise das unidades de ensino superior em Campina Grande, tratou-se do contributo que entidades e instituições emprestaram para que nascesse a universidade Regional do Nordeste. Era Campina Grande necessitando de uma Universidade para se firmar como polo de irradiação de influências para todo o interior nordestino. A URNe se apresenta então como "resultante da política comunitária, na luta por uma posição de liderança no contexto da Paraíba".

A URNe nasceu como "Luz para o Mundo e para o Homem", mas sob o modelo da UNB, instalada na realidade bem diversa.

Após análise dos dois projetos, passa-se a refletir a situação interna da nova Universidade.

Era o início da 1ª. fase da URNe que se caracterizava pela luta em prol de sua definição como instituição cultural do interior nordestino.

A Universidade sofre intervenção federal e agrava-se mais ainda, sobretudo a crise financeira que a domina. É a 2ª. fase que se inicia ampliando-se as crises e complicando-se os problemas. Sobrevivendo a duras penas, a URNe vai aos poucos saindo do caos em que se encontrava para uma situação menos dramática, embora ainda enfrentando dificuldades sobretudo ainda no plano financeiro e de espaço físico.

Analisou-se também Campina Grande, procuranso-se caracterizá-la em todos os seus aspectos, para apresentá-la com o destaque de centro polarizador de uma extensa área do interior paraibano.

A seguir, a articulação da Universidade Regional com a Comunidade Campinense, com a ênfase para as lutas, crises, bem como os fatores geradores e possíveis soluções.

Por último, as perspectivas e as alternativas de sobrevivência para a URNe.

Feita tal análise interpretativo-crítica, estava concluída a tarefa a que se propunha: mostrar como a Universidade Regional nasceu do esforço de uma comunidade que a fez crescer e se instalar em definitivo, como instrumento de conquista de uma posição hegemônica no contexto paraibano.

Este o recado que se quis dar. Mais com o objetivo de mostrar a articulação da Universidade com a Comunidade, do que propriamente com propósitos de convencimento.

O tema está aí, ao alcance de todos os que ainda pensam e assumem uma consciência crítica ante a realidade de que vivem. A Universidade continua a ser analisada. Questionada em toda a sua complexidade e dentro do contexto histórico em que se instala. Jamais colocada à margem do real, mas sempre dentro de um conjunto de realidades que é a sociedade. E foi exatamente o que se quis mostrar: Como nasceu, cresceu e ainda hoje sobrevive uma Universidade no interior Nordeste, articulada à comunidade que a "projetou".

Este o nosso projeto. Mais do que um pretenso tratado da "História da URNe", segundo e seguindo um rigoroso ritual de fatos, cronologicamente sequenciados, esta dissertação reflete uma análise interpretativo-crítica da Universidade Regional do Nordeste relacionada com a Comunidade Campinense.

Definido claramente no transcurso deste ensaio, o objetivo a que se propunha, transparece também o procedimento metodológico. Deixadas de lado as técnicas pré-fabricadas e a preocupação de "rotular" métodos, por vezes desvin-

culados de uma realidade ótica de que seria parte integrante, procurou-se apresentar uma análise da realidade Universitária de Campina Grande, numa perspectiva interpretativo-crítica, sem apego pedagógico a modelos metodológicos previamente esquematizados e estereotipadamente utilizados ...

Em suma, se tentou prender-se menos a um mero esquema formal de interpretação, como produto de um exercício puramente mental e se ateve mais à interpretação crítica do acontecimento dentro de um contexto histórico, de uma realidade sócio-econômica e cultural.

Sob esse prisma analisou-se a Universidade Regional, sempre numa perspectiva mais ampla, tendo em vista a Universidade Brasileira. A Universidade que foi "pensada" como um projeto diferente dos tradicionais, teria alcançado esse objetivo? Serã que poderia ter funcionado uma Universidade diferente, quando o sistema que a sustenta é conservador, e autoritário? Quando se terá uma Universidade autenticamente livre, fonte genuína do saber, centro de cultura e da crítica?...

Como se poderia "sonhar" com uma universidade orgânica, dinâmica e plurifuncional, quando se vivia no sufoco das leis de exceção a estagnar o desenvolvimento integral do Homem e a criar obstáculos ao bem-estar de uma sociedade?

Como se poderia "exigir" uma Universidade capaz de posicionar-se e auto-avaliar-se autonomamente sem injunções externas, quando o contexto em que está inserida não refletia um clima de liberdade e segurança individual?

Como "mudar" a Universidade, quando não se toca as estruturas básicas da sociedade?

Como "criar" aquela Universidade capaz de refletir os anseios de um povo, que não tem vez, porque afastado, não participa das decisões que afetam a nação? E sem voz,

porque proibido de gritar contras as injustiças sociais que o atingem e impedido de falar a linguagem da verdade face à situação caótica em que se encontra.

E quando se atender a todos esses objetivos, ainda resta uma interrogação: Como agir para não se permitir que tal conquista seja vã, que esse trabalho se transforme em mais uma frustração?

E nem se pense que se vai ganhar de presente o direito de se contar com uma Universidade livre, que se vai receber (gratuita ou graciosamente) todo esse conjunto de benefícios. Não. Todo e qualquer espaço ocupado e a ocupar, constitui-se fruto de reflexão, resultado de luta contra a acomodação.

É o consenso que está a exigir uma Universidade que se auto-analise e se auto-determine.

Quando se terá uma Universidade autônoma, integrada e plurifuncional, onde se cultive a criatividade, onde se alimente e se desenvolva a criatividade, onde se formem os profissionais e os técnicos qualificados e conscientes, uma Universidade prestadora de serviços à comunidade e incentivadora da Cultura? Quando? Sonho? Utopia? Um Projeto apenas?...

B I B L I O G R A F I A

A - ESPECÍFICA

- ALMEIDA, Elpídio de - História de Campina Grande - Pb., Livraria Pedrosa - Campina Grande, Pb. 1962.
- ALMEIDA, Horácio de - História da Paraíba (2 volumes), Editora Universitária - UFPb, João Pessoa, Pb., 2a. edição, 1978.
- ALMEIDA, José Américo de - A Paraíba e seus problemas, Imprensa Oficial - Paraíba - 1923.
- CÂMARA, Epaminondas - Datas Campinenses, Departamento de Publicidade, João Pessoa, 1947.
- CARDOSO, Maria Francisca Thereza - Campina Grande e sua função como Capital Regional, Revista Brasileira de Geografia, Ano XXV, Nº IV - Separata - 1963.
- JOFFILY, Irineo - Notas sobre a Parahyba, Thesaurus Editora, Brasília, 1977.
- LOPES, Maximiliano - História da Província da Parayba - Imprensa Oficial, Parayba, 1912.
- MARIZ, Celso - Apanhados Históricos da Parayba, A União Editora, Parayba, 1922.
- MARIZ, Celso - Evolução Econômica da Parayba - João Pessoa, Pb. 1939.
- MARIZ, Celso - Cidades e Homens, União Editora, João Pessoa, 1945.

- MELO, José Baptista de - Evolução do Ensino na Paraíba, Imprensa Oficial, 2a. Edição, João Pessoa, 1956.
- NÓBREGA, Apolônio - História Republicana da Paraíba, Imprensa Oficial, João Pessoa, 1950.
- PIMENTEL, Cristiano - Pedaços da História da Paraíba, Editora Teone Ltda. J. Pessoa, 1953.
- PINTO, Irineu Ferreira - Datas e Notas para a História da Parayba, Imprensa Oficial, J. Pessoa, 1908/1916.
- PINTO, Luís - Fundamentos da História e do Desenvolvimento da Paraíba - Editora Leitura S/A, R. de Janeiro, 1970.
- PORDEUS, Terezinha de Jesus Ramalho - História da Paraíba na Sala de Aula, Imprensa Oficial, João Pessoa, 1977.
- PRADO, J.F. de Almeida - A Conquista da Paraíba, Editora Nacional, S. Paulo, 1964.
- RODRIGUES, Cláudio José Lopes - O Magistério Secundário Estadual da Paraíba, Um Estudo Diacrônico, - Dissertação de Mestrado, USP, S.P. 1976.
- TAVARES, João de Lira - A Parayba, Imp. Oficial, Parayba 1910.
- PLANO DE AÇÃO DO GOVERNO - PLANAG, J. Pessoa, 1976/1979.
- REVISTA DO INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DA PARAÍBA. J. Pessoa, 1935.
- REVISTA DA ACADEMIA PARAIBANA DE LETRAS - J. Pessoa, outubro de 1949.
- REVISTA CAMPINENSE DE CULTURA - N.ºs: 2, 3, 5 e 9, de 1964/5 e 1976.
- ALMANAQUE DE CAMPINA GRANDE - 1933 a 1934.
- II CICLO DE ESTUDOS DA ADESG - A Educação em Campina Grande : Situação e Perspectiva, 1974.
- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE CAMPINA GRANDE - Diagnóstico de Situação do Ensino no Município de Campina Grande, 1976.

- SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA DA PARAÍBA - Diagnóstico da Situação Educacional do Estado - 1972.
- UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE - A Problemática do Ensino Superior em Campina Grande, 1975.
- UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE - Problemas e Perspectivas, 1977.
- UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE - Relatório das Atividades da Fundação Universidade Regional do Nordeste, 1973, 1976.
- UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE - Roteiro, revista semestral, ano II, Nº 1 e Signum, revista trimestral, nºs. 1, 2, 3 e 4, Campina Grande, Pb. 1976.
- UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE - Discurso do Prefeito Williams Arruda na instalação da URNE - 1966.
- UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE - Estatuto e Legislação Específica - 1968.
- UNIVERSIDADE REGIONAL DO NORDESTE - Livros de Atas dos Conselho Diretor e Universitário - de 1966 a 1976.

B - GERAL

- ABREU, Jayme - Educação, Sociedade e Desenvolvimento - MEC - Rio, 1968.
- ABREU, Jayme - Aspectos da Expansão do Ensino Superior no Brasil - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Nº 97, Jan /Março de 75, Rio de Janeiro.
- ALMEIDA JÚNIOR, Antônio Ferreira - Problemas do Ensino Superior - Editora Nacional, S. Paulo, 1956.
- AZEVEDO, Fernando de - A Cultura Brasileira - Editora Universidade de Brasília, 1963.
- AZEVEDO, Fernando de - As Universidades no Mundo de Amanhã, seu Sentido, sua Missão e suas Perspectivas Atuais - Editora Nacional, S. Paulo, 1947.

- BENEVIDES, Maria Vitória de Mesquita - O Governo Kubitschek : Desenvolvimento Econômico e Estabilidade Política, Editora Paz e Terra, Rio, 1975.
- BERGER, Manfredo - Educação e Dependência, Editora Nacional , S. Paulo, 1976.
- BOAVENTURA, Edvaldo - Universidade e Mudança, Imprensa Universitária, Salvador, Ba, 1971.
- BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean Claude - A Reprodução, Livraria Francisco Alves, Rio, 1975.
- CAMPOS, Francisco - Educação e Cultura, Editora José Olympio, Rio, 1940.
- CANTIDIO, Walter de Moura - Universidade em Reexame - Imprensa Universitária, Fortaleza, Ceará, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique e FALETO, Enzo - Dependência e Desenvolvimento na América Latina, Ed. Zahar, Rio, 1975
- CARDOSO, Fernando Henrique - Educação e Mudança Social. Revista Pesquisa e Planejamento, Nº 5. S. Paulo, 1972.
- CARDOSO, Fernando Henrique, Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes. Ed. Zahar, Rio, 1971.
- CARDOSO, Fernando Henrique - O Modelo Político Brasileiro e Outros Ensaios - Ed. Difel, 2a. edição, S. Paulo, 1973.
- CHAGAS, Valnir - A Luta pela Universidade no Brasil, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Vol. 48, jul/set/1967 , Rio.
- CHAGAS, Valnir - A Reforma Universitária na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Documenta Nº 21, dezembro de 1963, Rio.
- CHAGAS, Valnir - Reestruturação das Universidades Brasileiras, Documenta Nº 57, Rio, 1966.
- CARVALHO, Guido Ivan (Orgãn.) - Ensino Superior, Legislação e Jurisprudência, 4 volumes, Revista dos Tribunais, S. Paulo, 1975.

- CUNHA, Luiz Antônio Rodrigues da - O Milagre Brasileiro e a Política Educacional. Revista Argumento, Nº 2. São Paulo, 1973.
- CUNHA, Luiz Antonio Rodrigues da - Educação e Desenvolvimento no Brasil, Ed. Francisco Alves, 1975. Rio.
- CUNHA, Luiz Antonio Rodrigues da - A Expansão do Ensino Superior: Causas e Consequências. Rev. Debate e Crítica, Nº 5, Rio, 1975.
- CUNHA, Nãdia Franco da - A Crise da Educação e as Tarefas da Universidade, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, nº 118, abril/junho, Rio, 1970.
- CURY, Carlos Roberto Jamil - Ideologia e Educação Brasileira, Editora Cortez e Moraes, S. Paulo, 1978.
- DURKHEIM, Émile - Educação e Sociedade, Edições Melhoramentos, 8a. edição, S.P. 1972.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque - Reflexões sobre a Universidade na Sociedade Atual - Revista Vozes, Agosto, Petrópolis, 1975.
- FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque - A Universidade Brasileira em busca de sua Identidade, Editora Vozes, Petrópolis, 1977.
- FERNANDES, Florestan - Educação e Sociedade no Brasil - Dominus Editora, S.P. 66.
- FERNANDES, Florestan - Reforma Universitária e Mudança Social, Rev. Argumento, Rio 1974.
- FERNANDES, Florestan - Os Dilemas da Reforma Universitária Consentida - Rev. Debate e Crítica, jan/jun, Rio, 1969.
- FERNANDES, Florestan - Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução? Ed. Alfa Omega, S. Paulo, 1975.
- FREIRE, Paulo - Pedagogia do Oprimido, Ed. Paz e Terra, 3a. edição, Rio, 1975.

- FREIRE, Paulo - Educacion y Cambio - Ediciones Busqueda, B. Aires, 1976.
- FREITAG, Bãrbara - Escola, Estado e Sociedade - EDART Livra - ria Editora Ltda. S. Paulo, 1977.
- FURTADO, Celso - Formação Econômica do Brasil - Ed. Nacional, 11a. edição. SP. 71.
- FURTADO, Celso - O Modelo Brasileiro - Rev. Argumento, Nº 3, janeiro, Rio, 1974.
- FURTADO, Celso - A Dialética do Desenvolvimento - Ed. Civiliza - ção Brasileira, Rio, 61.
- FURTER, Pierre - Visão Utópica da Universidade, Paz e Terra, nº 9, Rio, 1969.
- GARCIA, Pedro Benjamim - Educação: Modernização ou Dependên - cia? Francisco Alves, Rio, 1977.
- GOERTZEL, Ted, MEC/USAID - Ideologia do Desenvolvimento Ameri - cano Aplicado à Educação Superior Brasileira, Revista Paz e Terra, Nº 7, Rio, 1978.
- GOES, Paulo de - Aperfeiçoamento do Sistema Universitário Bra - sileiro - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, jan/ março de 1965.
- GOUVEIA, Aparecida Joly - Democratização do Ensino Superior - Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, Nº 103, julho / setembro, 1966.
- GUERRA, Miller - As Universidades Tradicionais e a Sociedade Moderna, Editora Moraes, Lisboa, 1970.
- GUSDORF, Georges - L'Université en question - Paris, Payot , 1964.
- HOGUE, Henri W. - Reflexões sobre a Educação Superior no Bra - sil - Relatório da equipe de assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (acordo MEC/USAID), Rio de Janeiro, MEC - DES, 1968.

- HOLANDA, Sergio Buarque de - Raízes do Brasil - Editora Universidade de Brasília, 4a. edição, Brasília, 1953.
- IANNI, Octávio - O Colapso do Populismo no Brasil, 2a. edição, Civilização Brasileira, Rio, 1971.
- IANNI, Octávio - Imperialismo e Cultura - Editora Vozes. Petrópolis, 1976.
- JAGUARIBE, Hélio - Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político - 2a. edição, Paz e Terra, Rio, 1972.
- LANDRIÈRE, Jean e outros - L'Université de demain - Bruxelas, Elsevier, Séquõia, 74.
- LEAL, Vítor Nunes - Coronelismo, Enxada e Voto - Editora Alfa Omega, 3a. edição. S. Paulo, 1976.
- LIMA, Alceu Amoroso - Espírito Universitário - Editora Agir, Rio, 1959.
- LIMA, Lauro de Oliveira - Estórias de Educação no Brasil: de Pombal e Passarinho - Editora Brasília, 2a. edição, Rio, 1974.
- LIMA, Lauro de Oliveira - O Impasse na Educação - 3a. edição, Editora Vozes, Petrópolis, 1973.
- LIMA, Barbosa Sobrinho - O Enfoque Histórico do Desenvolvimento Brasileiro - Revista Argumento, nº 4, fevereiro, Rio, 1974.
- LIMOEIRO, Myriam C. - Ideologia do Desenvolvimento - Brasil: J.K. e Jânio Quadros - Tese de Doutorado na USP, S. Paulo, 1972.
- MACEDO, Evaldo de Oliveira - Instituições de Ensino Superior: Centros de Excelência Acadêmica ou Fábricas de Profissionais? Rev. de Administração, nº 2, abril/janeiro, 1974. S. Paulo.
- MARTINS, Carlos Estevan - Brasil - Estados Unidos dos Anos 60 aos 70 - Caderno nº 8, CEBRAP, S. Paulo, 1972.

- MEC - Relatório do Grupo de Trabalho: Reforma Universitária .
Revista Paz e Terra Nº 9, outubro de 1969, Rio.
- MEC/DAU - Reforma Universitária - Avaliação da Implantação -
2 volumes, Salvador. 1975.
- MONTEIRO, Castro C.L. e Outros - Caracterização Sôcio-Econômica do Estudante Universitário - Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. 46, nº 104, outubro/dezembro - Rio, 1966.
- MOTA, Carlos Guilherme - Ideologia da Cultura Brasileira -
Editora Ática, S.P. 77.
- NEVES, Carlos de Souza - Ensino Superior no Brasil - Legislação e Jurisprudência Federais - INEP, Rio, 1954 e 1955.
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser - Desenvolvimento e Crise no Brasil - Ed. Brasiliense. 3a. edição, S. Paulo, 1972.
- PEREIRA, Luiz - Desenvolvimento, Trabalho e Educação. Ed. Zahar, 2a. edição, Rio, 1974.
- PEREIRA, Luiz e FORACCHI, Marialice M. - Educação e Sociedade - Ed. Nacional, 4a. edição, S. Paulo, 1969.
- PINTO, Álvaro Vieira - A Questão da Universidade. Editora Universitária, Rio, 63.
- POENER, Arthur - O Poder Jovem - História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros - Civilização Brasileira, Rio, 1968.
- PRADO JUNIOR, Caio - Evolução Política do Brasil - Ed. Brasiliense, 6a. edição, S. Paulo, 1969.
- PRADO JÚNIOR, Caio - História Econômica do Brasil - Brasiliense, 5a. edição. S. Paulo, 1972.
- RELATÓRIO MEIRA MATOS - Revista Paz e Terra, nº 9, Rio, 1968.
- RELATÓRIO DO GRUPO DE TRABALHO PARA A REFORMA UNIVERSITÁRIA - Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. 50, nº 111 , jul/set. Rio, 1968.

- RIBEIRO, Darcy - A Universidade Necessária. Ed. Paz e Terra , Rio, 1975.
- RIBEIRO, Darcy - Teoria do Brasil, Civilização Brasileira, 2a edição, Rio, 69.
- RIBEIRO, Darcy - A Universidade de Brasília - (Projeto de Organização) - Pronunciamento de educadores e cientistas e a Lei Nº 3998, de 15/12/61. Universidade de Brasília, Brasília, 162.
- RIBEIRO, Darcy - A Universidade de Brasília - Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. 36, nº 83, jul/set. Rio, 1961.
- RIBEIRO, Darcy - A Universidade de Brasília, Um Ano Depois - Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. 48, nº 108 , out/dez, Rio, 1967.
- RIBEIRO, Darcy - Repenser l'Université en Amérique Latine - Rev. Perspectives, vol. 4, nº 3, UNESCO, Paris - 74.
- RIBEIRO, Maria Luiza Santos - Introdução à História da Educação Brasileira - Ed. Cortez e Moraes, S. Paulo, 1978.
- RIBEIRO, Maria Luiza Santos - História da Educação Brasileira - Ed. Cortez e Moraes. S. Paulo, 1978.
- RICOEUR, Paul - Reconstruir a Universidade - Rev. Paz e Terra, nº 8, Rio, 68.
- RICOEUR, Paul - Reforma e Revolução na Universidade - Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. 50, nº 111, jul/set . Rio, 68.
- ROMANELLI, Otaíza de Oliveira - História da Educação no Brasil (1930 a 1973), Ed. Vozes, 1978.
- SALVADOR, Agostinho Domingos - Cultura e Educação Brasileiras - Ed. Vozes, Petrópolis, 1971.
- SANTOS, Roberto Figueira - As Consequências Imediatas da Reforma Universitária - Documenta nº 160, março, Rio, 1974.

- SAVIANI, Dermeval - Educação Brasileira: Estrutura e Sistema - Ed. Saraiva, S. Paulo, 1973.
- SUCUPIRA, Newton - A condição atual da Universidade e a Reforma Universitária. Brasil Universitário, nº 27 - Rio - 1972.
- SUCUPIRA, Newton - Amplitudes e Limites da Autonomia Universitária - Documenta - Rio - junho - 1962.
- SUCUPIRA, Newton - A Universidade Aberta - Rev. Bras. de Est. Bras. de Est. Pedagógicos - Vol. 59 - nº 131 jul/set - Rio - 1973.
- SUCUPIRA, Newton - Ensino Superior: Expansão e Reforma e Pós-Graduação - Rev. Bras. de Est. Pedagógicos - Vol. 58 nº 128 - out/dez - Rio - 1972.
- TAVARES MIRANDA, Maria do Carmo - Educação no Brasil-Esboço de Estudo Histórico - Imprensa Universitária - Recife - 1966.
- TEIXEIRA, Anísio - Educação no Brasil - Ed. Nacional - S. Paulo - 1969.
- TEIXEIRA, Anísio - Educação não é privilégio - Ed. Nacional - S. Paulo - 1971.
- TEIXEIRA, Anísio - Cultura e Tecnologia - Rev. Bras. de Est. Pedagógicos - Rio - jan/março - 1971.
- TEIXEIRA, Anísio - Educação e o Mundo Moderno - Ed. Nacional - S. Paulo - 1969.
- TEIXEIRA, Anísio - Aspectos da reconstrução da Universidade Latino-Americana - Rev. Bras. de Est. Pedagógicos - Vol. 47, nº 105 - Rio - jan/março - 1967.
- TEIXEIRA, Anísio - Educar para o equilíbrio da Sociedade - Rev. Bras. de Est. Pedagógicos - Rio - abril/junho - 1971.
- TEIXEIRA, Anísio - Uma perspectiva de Ensino Superior no Brasil - Rev. Bras. de Est. Pedagógicos - Vol. 50, nº 111 - Rio - jul/set - 1968.

- TOBIAS, José Antonio - Universidade: Humanismo ou Técnica - Ed. Herder - S.P. - 1969.
- TOBIAS, José Antonio - História da Educação Brasileira - Ed. Juriscredi Ltda. - S. Paulo - 1972.
- TOURAINE, Alain - Crise et transformation de l'Université - Rev. Prospective, nº 14 - Paris - 1967.
- TOURAINE, Alain - Mort ou Transformation des Universités? - Rv. Perspectives - Vol. 1 - nº 4 - UNESCO - 1973.
- TOURAINE, Alain - O Silêncio da Universidade - Rev. Bras. de Est. Pedagógicos, Vol. 60 - nº 33 - Rio - 1974.
- TRIGUEIRO MENDES, Dumerval - A Universidade e sua Utopia - Rev. Bras. de Est. Pedagógicos - nº 112 - out/dez - Rio 1968.
- TRIGUEIRO MENDES, Dumerval - Desenvolvimento, Tecnoocracia e Universidade - Rev. Vozes de Petrópolis - nº 6 - agosto - 1975.
- TRIGUEIRO MENDES, Dumerval - Expansão do Ensino Superior - Rev. Bras. de Est. Pedagógicos - Vol. 48 - nº 108 - out / dez - Rio - 1967.
- TRIGUEIRO MENDES - O problema dos excedentes e a Reforma Universitária - Rev. Bras. de Est. Pedagógicos - Vol. 48, nº 107 - Rio - jul/set - 1967.
- UNIÃO NACIONAL DE ESTUDANTES (UNE) - 1º Seminário Nacional de Ref. Universitária - Rev. Bras. de Est. Pedagógicos - Vol. 3, nº 83 - julho/set - Rio - 1961.
- UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE) - Carta do Paraná (2º Seminário Nacional de Reforma Universitária) - Curitiba, março 62 - Ed. Universitária - Rio - 1962.
- VAZ, Henrique de Lima - Cultura e Universidade - Ed. Vozes - Petrópolis - 1966.
- VAZ, Henrique de Lima - Situação da Universidade na Cultura Contemporânea - Cadernos da ABESC - Vol.1 - nº 1 - Rio - 1975.

- VILLALOBOS, João Eduardo R. - Diretrizes e Bases da Educação: Ensino e Liberdade - Livraria Pioneira e Ed. da USP, S. Paulo - 1969.
- VILLALOBOS, João Eduardo R. - Problema dos Valores na Formação e no Funcionamento de sistema educacional brasileiro - Rev. Bras. de Est. Pedagógicos - nº 75 - setembro - Rio - 1959.
- WALTER GARCIA (Organizador) - Educação Brasileira Contemporânea: Organização e Funcionamento - Ed. Mc. Graw-Hill do Brasil Ltda. - S. Paulo - 1976.
- WEFFORT, Francisco C. - Brasil: Tempos Modernos - Ed. Paz e Terra - Rio - 1968.
- WEREBE, Maria José Garcia - Grandezas e Misérias do Ensino Brasileiro - Ed. Difel - 3a. edição - S. Paulo - 1968.

Alguns números poderão dar uma idéia do que é a cidade. Estão cadastrados, presentemente:

a) Atividades Econômicas

Estabelecimentos Comerciais	2.286
Estabelecimentos Industriais	299
Agências Bancárias	11
Empresas Interestaduais de Transpor - tes Rodoviários	19
Estabelecimentos Agropecuários	9.931
Serviços Regulares de Ferrovia e Aero- via.	

b) Equipamentos de Infra-Estrutura

- energia elétrica fornecida em 2 linhas-tronco e 2 sub-estações abaixadoras, com potência instalada de 38,6 MVA;
- abastecimento d'água com capacidade instalada para fornecimento de 65.000 m³ por dia (adução atual: 26.000 m³/dia);
- rede de esgotos em ampliação, com a construção, atualmente, de 110 dos 250 quilômetros de extensão previstos no projeto;
- serviços telefônicos em expansão (atualmente: 9.000 linhas), com previsão para DDD no 1º trimestre de 1976;
- ligações rodoviárias pavimentadas, através de Rodovias Federais (BR-104, BR-203, BR-412), com todo o País;
- Distrito Industrial administrado pelo Estado.

c) Instrumentos de Cultura e Comunicação

- 3 Emissoras de Rádio;
- 1 Emissora de Televisão;
- 2 Jornais diários;
- 1 Teatro;
- 1 Museu de Arte;

1 Museu de Algodão;
- Bibliotecas.

d) Equipamento de Saúde

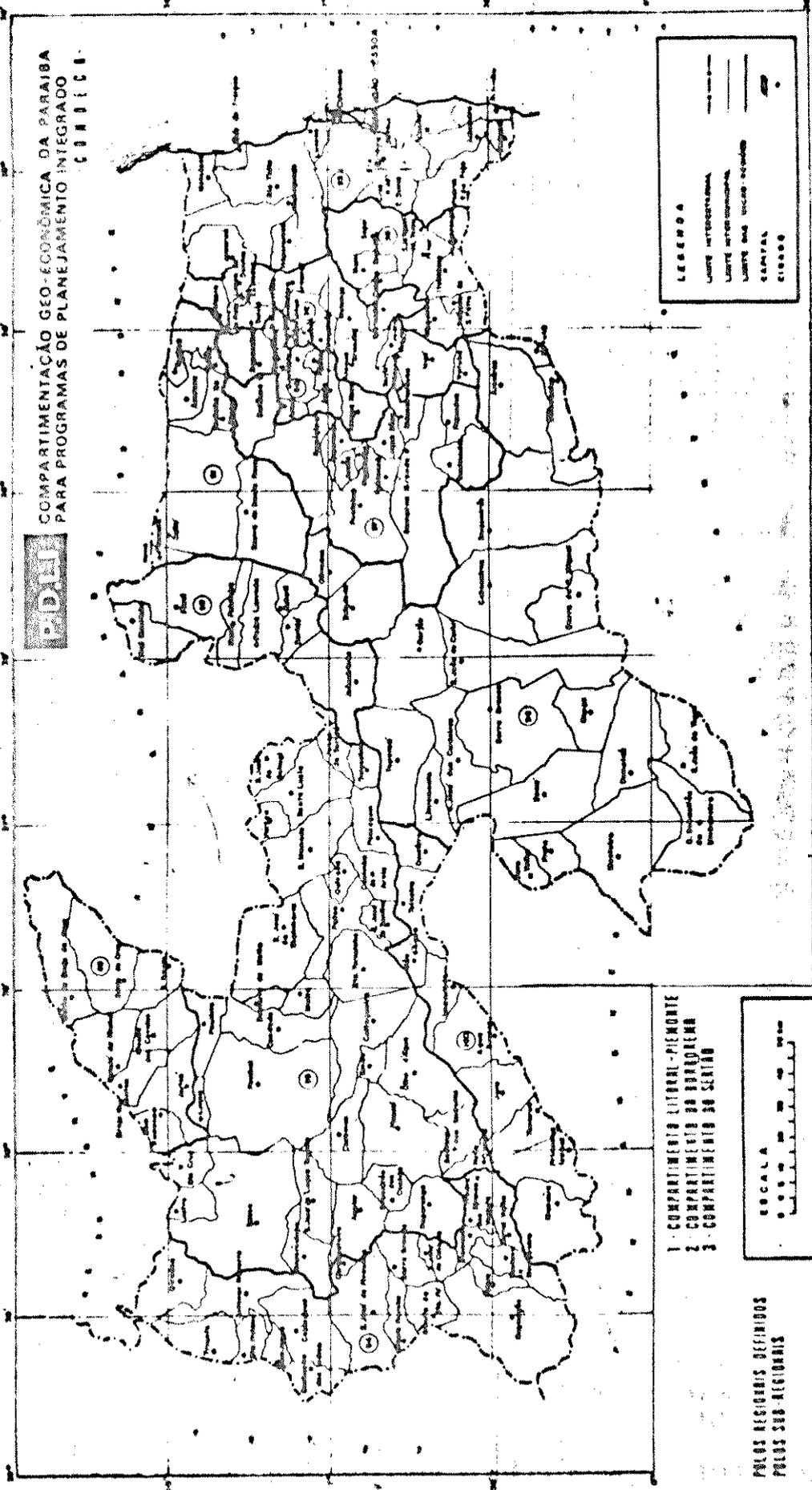
Estabelecimentos hospitalares (total de 1.160 leitos)	14
Médicos	236
Enfermeiras e Auxiliares de Enfermagem.	306
Centro de Saúde e Unidades Sanitárias - (Estaduais)	1
Postos de Saúde (Municipais)	-

e) Educação e Ensino

Estabelecimentos de Ensino de 1º grau (fase correspondente ao antigo curso primário), com 33.681 alunos matriculados em 1974	260
Estabelecimentos das 4 últimas séries do 1º grau e do ensino de 2º grau (antigos cursos ginásial e colegial), com 22.135 alunos matriculados em 1975	38
Estabelecimento de Ensino Profissional, com matrícula atual de 1.607 alunos ...	9
Cursos Superiores, de que nos ocuparemos adiante.	



**COMPARTIMENTAÇÃO GEO-ECONÔMICA DA PARAIBA
PARA PROGRAMAS DE PLANEJAMENTO INTEGRADO
CONJUNTO**



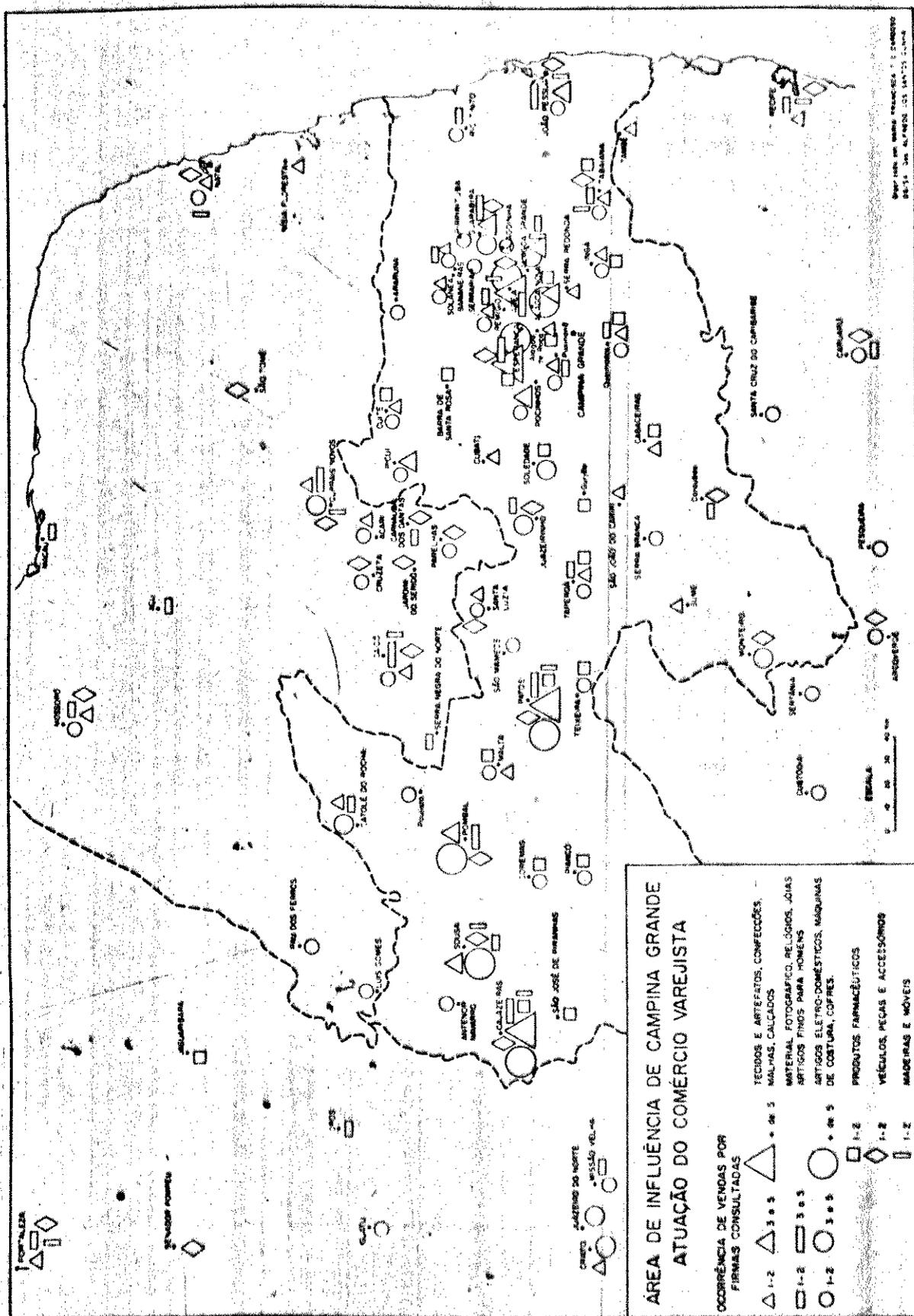
LEGENDA

- LIMITE INTERMUNICIPAL
- LIMITE INTERMUNICIPAL
- LIMITE DAS MICRO-REGIÕES
- CAPITAL
- CÍRCULO

- 1 - COMPARTIMENTO LITORAL-NOROCCIDENTE
- 2 - COMPARTIMENTO DA PARAIBA
- 3 - COMPARTIMENTO DO SERTÃO

ESCALA

**POLOS REGIONAIS DEFINIDOS
POLOS SUB-REGIONAIS**



- ▲ 1-2 TECIDOS E ARTIGOS, CONFECÇÕES
- △ 3-3 MALHAS, CALÇADOS
- 1-2 MATERIA, FOTOGRÁFICO, RELOJOS, JOIAS
- 3-3 ARTIGOS FINOS PARA HOMENS
- 1-2 ARTIGOS ELÉTRICO-DOMÉSTICOS, MÁQUINAS DE COSTURA, CORTÊS
- 3-3 PRODUTOS FARMACÊUTICOS
- ◇ 1-2 VEÍCULOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS
- ◇ 1-2 MADEIRAS E MOVEIS

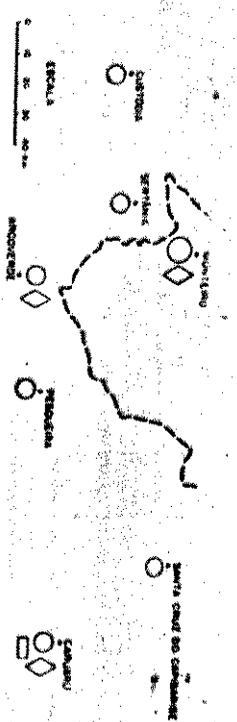


FIG. 3

Elaborado por MARIA PRISCILLA T. C. GUARANDA
 D.T./M. DR. ALFREDO DOS SANTOS CALVAL

ÁREA DE INFLUÊNCIA DE CAMPINA GRANDE ZONA DE JURISDIÇÃO DOS BANCOS

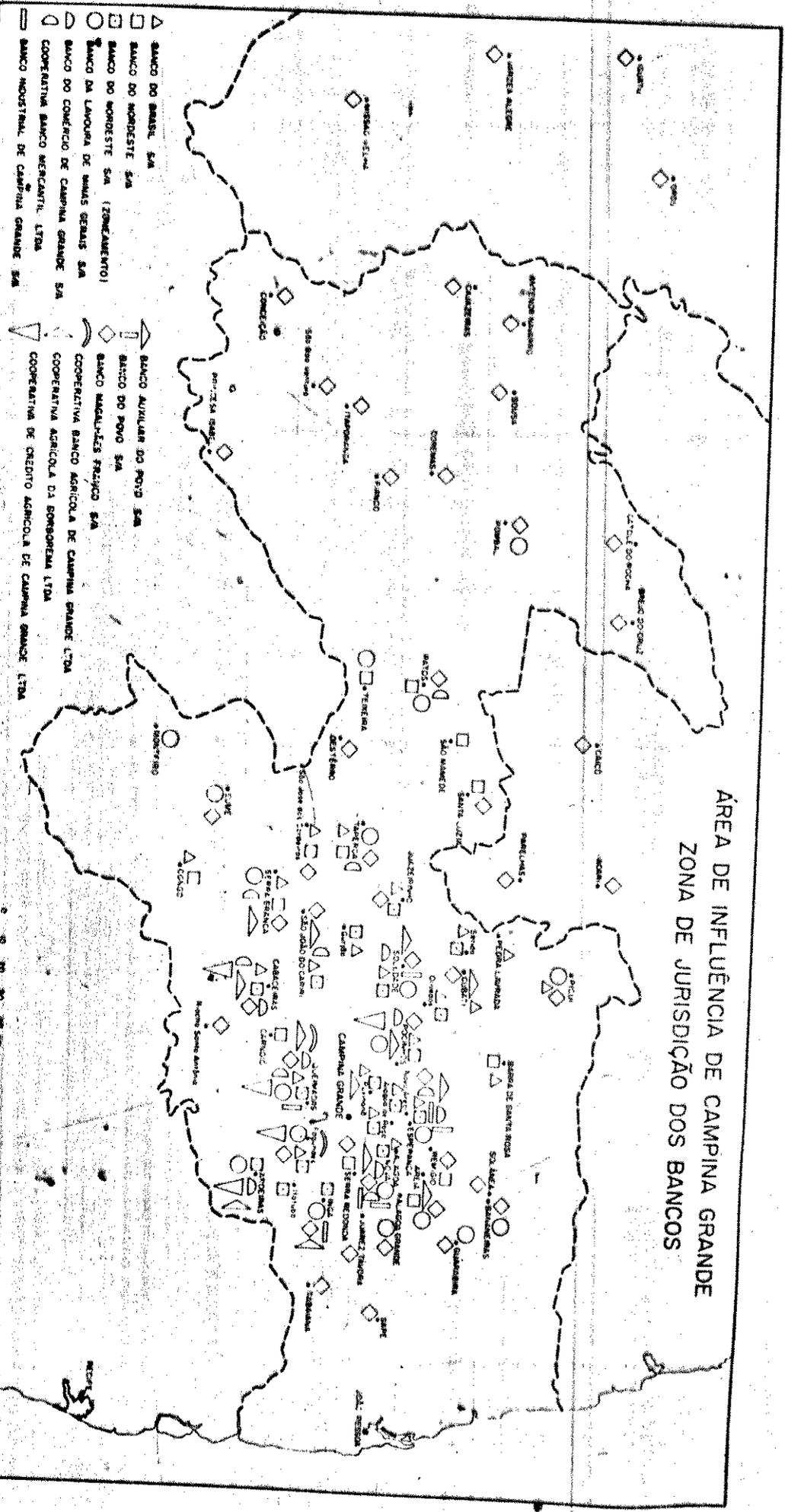
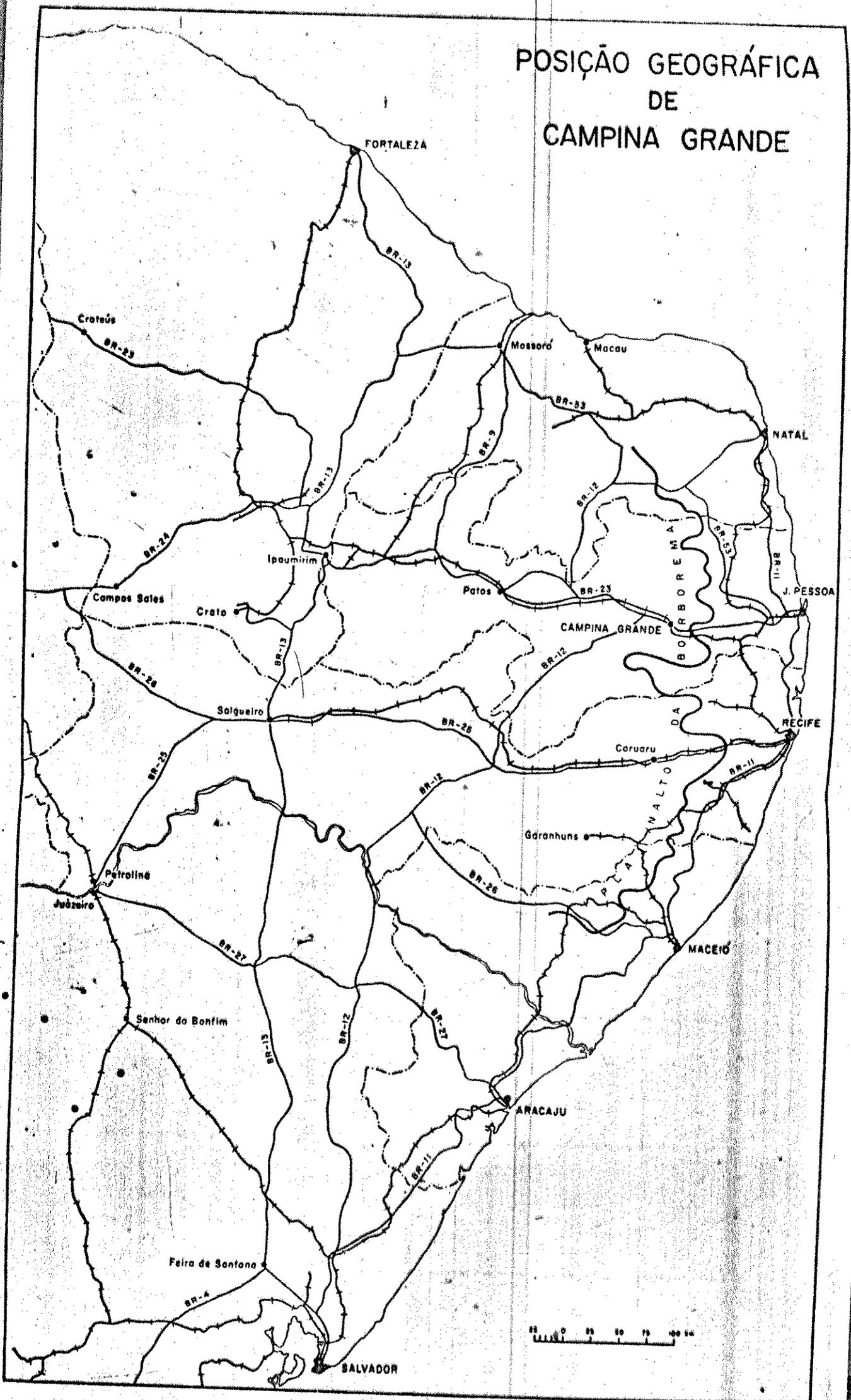


FIG. 4

Elaborado por MARIA PRISCILLA T. C. GUARANDA
 D.T./M. DR. ALFREDO DOS SANTOS CALVAL

POSIÇÃO GEOGRÁFICA DE CAMPINA GRANDE



QUE A NEM EM CONTACTO COM AS PARTES MÓVILES A Diferença Constante é

ÁREA DE INFLUÊNCIA DE CAMPINA GRANDE
 RELAÇÕES COM A VIDA RURAL

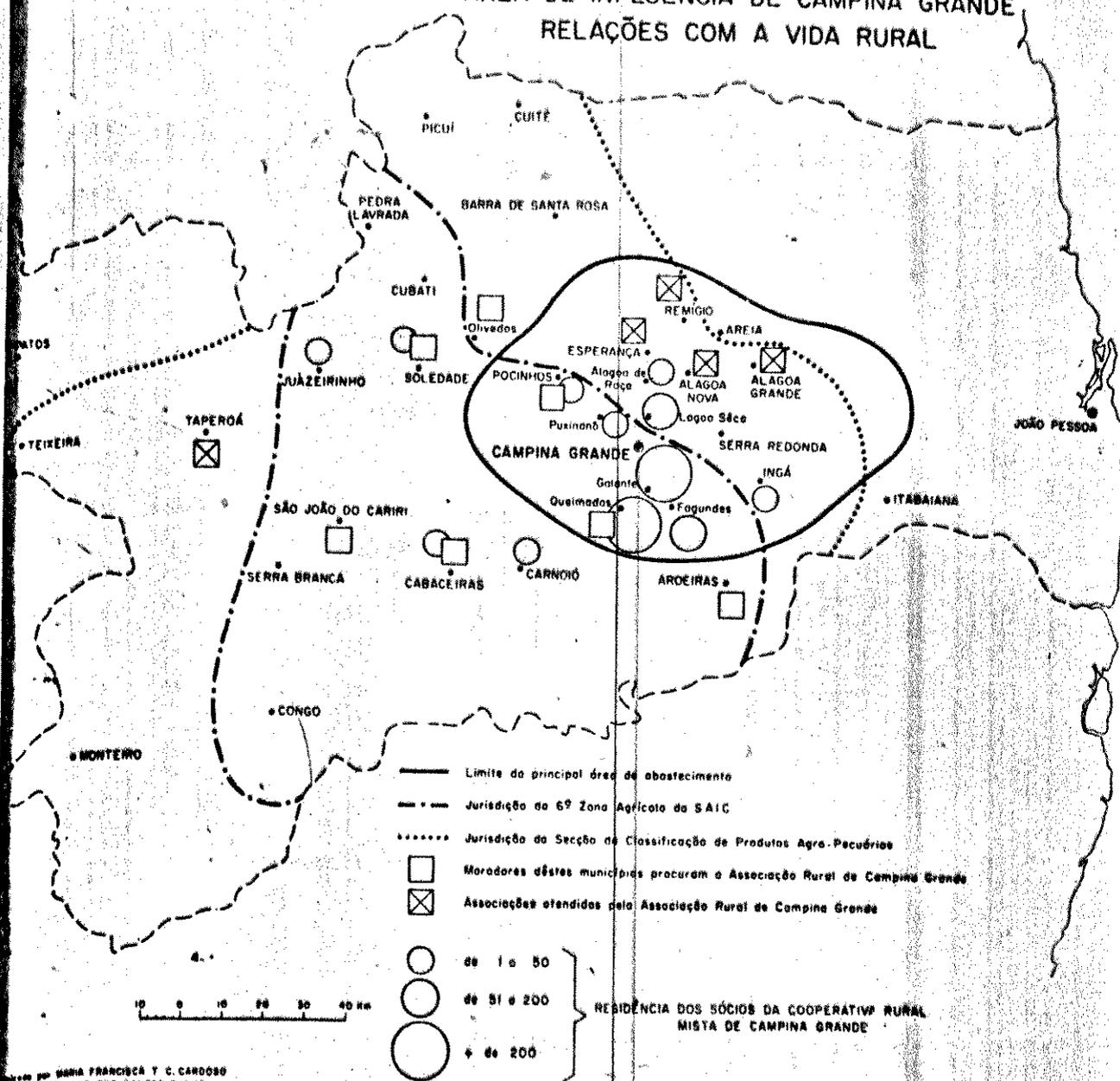


Fig. 8

A carga que no ano de 1961 chegou em Campina Grande e que totalizou 66 737 437 quilogramas, segundo informações da estação ferroviária, constou principalmente de açúcar (proveniente das usinas Pureza, Tiúma, Aliança, Cabo, Catendê, Central, Barreiros, de Pernambuco), de cimento, vindo de João Pessoa, caroço de algodão remetido de Patos, Sousa, Cajazeiras e mesmo Quixadá e Quixeramobim e ainda arroz, procedente de Pôrto Real do Colégio.

QUADRO I

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CURSOS

CURSOS	DATA DO	DATA DO
	INÍCIO	RECONHECIMENTO
LETRAS	01.05.55	16.04.59
SERVIÇO SOCIAL	01.03.60	01.02.65
ADMINISTRAÇÃO	01.03.67	27.09.72
DIREITO	01.03.67	25.08.72
ESTUDOS SOCIAIS	01.03.67	20.08.74
LICENCIATURA EM FÍSICA	01.03.67	Proc.de Rec.no CFE.
LICENCIATURA EM MATEMÁTICA	01.03.67	20.08.74
LICENCIATURA EM QUÍMICA	01.03.67	21.06.74
QUÍMICA INDUSTRIAL	01.03.67	07.08.74
ENGENHARIA QUÍMICA	01.03.68	21.06.74
PEDAGOGIA	01.03.69	04.09.75
ODONTOLOGIA	01.03.72	01.04.76
CIÊNCIAS CONTÁBEIS	01.03.74	Proc.de Rec.no CFE.
COMUNICAÇÃO SOCIAL	01.03.74	Proc.de Rec.no CFE.
ENGENHARIA MECÂNICA	01.03.74	-
LIC.EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	01.03.74	-
ENFERMAGEM E OBSTETRÍCIA	01.03.74	Proc.de Rec.no CFE.
FARMÁCIA E BIOCQUÍMICA	01.08.74	Proc.de Rec.no CFE.
OBRAS HIDR. E SANEAMENTO	09.08.74	-
MOV. DE TERRA E PAVIMENTAÇÃO	09.08.74	-

QUADRO II

VAGAS OFERECIDAS NO VESTIBULAR

CURSOS	ANOS										
	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Administração	100	80	40	-	-	-	160	160	160	160	110
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	-	120	160	160	160
Comunicação Social	-	-	-	-	-	-	-	120	160	135	130
Direito	80	90	40	-	-	-	120	160	160	160	110
Estudos Sociais	20	30	30	-	-	-	100	160	160	135	160
Letras	40	20	30	-	-	-	40	120	160	135	140
Pedagogia	-	-	30	-	-	-	110	240	160	145	160
Serviço Social	30	36	36	-	-	-	40	80	160	150	160
Engenharia Química	-	30	20	-	-	-	90	120	80	100	30
Engenharia Mecânica	-	-	-	-	-	-	-	120	140	160	30
Química Industrial	40	20	20	-	-	-	80	80	80	100	30
Licenciatura em Matemática	10	10	10	-	-	-	60	60	80	90	140
Licenciatura em Física	10	10	10	-	-	-	50	60	60	60	140
Licenciatura em Química	10	10	10	-	-	-	60	60	60	70	140
Mov. Terra e Pavimentação	-	-	-	-	-	-	-	60	60	70	105
Obras Hidr. e Saneamento	-	-	-	-	-	-	-	60	60	70	105
Lic. em Ciências Biológicas	-	-	-	-	-	-	-	80	40	50	100
Enfermagem e Obstetrícia	-	-	-	-	-	-	-	60	60	50	50
Odontologia	-	-	-	-	-	-	40	40	40	50	50
Farmácia e Bioquímica	-	-	-	-	-	-	-	80	40	50	50
Ciclo Geral de Estudos	-	-	-	250	270	750	-	-	-	-	-
T O T A L	340	336	276	250	270	750	950	2040	2080	2100	2100

QUADRO III

INSCRIÇÕES NO VESTIBULAR POR CURSO

CURSOS	ANOS										
	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977
Administração	216	148	54	-	-	-	180	155	164	278	293
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	-	95	81	88	291
Comunicação Social	-	-	-	-	-	-	-	53	39	30	57
Direito	146	151	118	-	-	-	116	146	98	126	180
Estudos Sociais	25	29	34	-	-	-	63	29	16	22	51
Letras	65	51	39	-	-	-	70	87	30	28	46
Pedagogia	-	-	23	-	-	-	139	122	63	51	85
Serviço Social	28	39	38	-	-	-	60	73	71	103	257
Engenharia Química	-	60	26	-	-	-	127	61	43	74	42
Engenharia Mecânica	-	-	-	-	-	-	-	144	126	231	77
Química Industrial	101	19	31	-	-	-	52	18	20	38	29
Licenciatura em Matemática	07	02	03	-	-	-	31	14	13	13	39
Licenciatura em Química	07	03	-	-	-	-	31	06	01	02	30
Licenciatura em Física	02	-	01	-	-	-	32	11	05	01	26
Mov. Terra e Pavimentação	-	-	-	-	-	-	-	24	09	07	72
Obras Hidr. e Saneamento	-	-	-	-	-	-	-	29	12	11	65
Ciências Biológicas	-	-	-	-	-	-	-	28	08	09	37
Enfermagem e Obstetrícia	-	-	-	-	-	-	-	44	89	71	163
Farmácia e Bioquímica	-	-	-	-	-	-	-	65	85	115	210
Odontologia	-	-	-	-	-	-	107	116	91	147	242
Ciclo Geral de Estudos	-	-	-	597	483	930	-	-	-	-	-
T O T A L	597	500	367	597	483	930	1002	1320	1064	1445	2292

QUADRO IV

MATRÍCULA NA 1ª SÉRIE POR CURSO

CURSOS	ANOS										
	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977*
Administração	107	71	38	-	-	-	225	142	162	81	73
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	-	115	151	78	93
Comunicação Social	-	-	-	-	-	-	-	68	67	61	66
Direito	93	85	52	-	-	-	168	128	170	113	62
Estudos Sociais	20	21	20	-	-	-	82	35	85	49	87
Letras	37	21	21	-	-	-	79	67	66	51	71
Pedagogia	-	-	26	-	-	-	151	130	123	175	84
Serviço Social	18	24	26	-	-	-	98	85	143	81	90
Engenharia Química	-	28	15	-	-	-	132	68	72	58	19
Engenharia Mecânica	-	-	-	-	-	-	-	116	126	80	19
Química Industrial	34	08	18	-	-	-	114	32	59	50	16
Lic. em Matemática	04	02	02	-	-	-	60	32	59	38	73
Lic. em Química	03	04	-	-	-	-	63	34	50	25	69
Lic. em Física	02	-	-	-	-	-	26	28	46	26	67
Mov. Terra e Pavimentação	-	-	-	-	-	-	-	22	42	28	53
Obras Hidr. e Saneamento	-	-	-	-	-	-	-	30	47	32	52
Ciências Biológicas	-	-	-	-	-	-	-	22	32	33	50
Enfermagem e Obstetrícia	-	-	-	-	-	-	-	55	60	49	50
Farmácia e Bioquímica	-	-	-	-	-	-	-	65	40	52	52
Odontologia	-	-	-	-	-	-	43	35	40	50	53
Ciclo Geral de Estudos	-	-	-	308	382	754	-	-	-	-	-
T O T A L	318	264	216	308	382	754	1241	1309	1650	1110	1199

* Corresponde ao 1º semestre.

QUADRO V

MATRÍCULA GERAL POR CURSO

CURSOS	ANOS										
	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977*
Administração	107	157	163	123	80	77	317	435	545	543	619
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	-	115	232	278	426
Comunicação Social	-	-	-	-	-	-	-	68	105	141	236
Direito	93	165	188	132	164	159	319	411	503	560	572
Estudos Sociais	22	36	50	43	43	33	156	122	153	195	275
Letras	73	83	89	61	49	97	193	225	210	198	279
Pedagogia	-	-	26	24	38	69	233	322	360	383	439
Serviço Social	58	70	86	76	57	50	146	199	316	352	474
Engenharia Química	-	49	56	30	31	75	204	251	258	277	273
Engenharia Mecânica	-	-	-	-	-	-	-	116	187	241	321
Química Industrial	34	14	25	11	07	04	138	147	153	180	221
Lic. em Matemática	04	05	11	10	08	16	93	98	132	146	216
Lic. em Química	05	07	-	05	06	06	82	74	96	81	140
Lic. em Física	02	01	-	-	-	-	42	45	57	59	116
Mov. Terra e Pavimentação	-	-	-	-	-	-	-	22	48	93	170
Obras Hidr. e Saneamento	-	-	-	-	-	-	-	30	51	103	165
Ciências Biológicas	-	-	-	-	-	-	-	22	36	56	74
Enfermagem e Obstetrícia	-	-	-	-	-	-	-	55	82	136	179
Farmácia e Bioquímica	-	-	-	-	-	-	-	65	97	150	194
Odontologia	-	-	-	-	-	-	81	109	145	169	177
Ciclo Geral de Estudos	-	-	-	308	382	754	-	-	-	-	-
T O T A L	396	587	694	823	873	1340	2004	2931	3756	4341	5566

* Corresponde ao 1º semestre.

QUADRO VI

GRADUADOS POR CURSO

CURSOS	ANOS											
	1967	1968	1969	1970	1971	1972	1973	1974	1975	1976	1977*	Total p/Curso
Administração	-	-	-	56	39	23	14	17	31	75	20	275
Ciências Contábeis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comunicação Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	10
Direito	-	-	-	-	37	44	23	34	31	53	29	251
Estudos Sociais	-	-	8	1	28	15	18	25	26	67	27	215
Letras	8	6	14	24	15	8	20	25	75	70	27	292
Pedagogia	-	-	-	-	-	17	15	68	49	101	35	285
Serviço Social	9	7	15	17	25	20	10	13	18	38	13	185
Engenharia Química	-	-	-	-	11	6	-	3	9	13	5	47
Engenharia Mecânica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Química Industrial	-	-	-	2	2	1	1	5	2	3	8	24
Lic. em Matemática	-	-	-	-	5	1	4	1	5	14	7	37
Lic. em Química	-	-	-	3	5	-	1	5	3	2	2	21
Lic. em Física	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	1
Mov. Terra e Pavimentação	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Obras Hidr. e Saneamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	5
Ciências Biológicas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enfermagem e Obstetrícia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	33	33
Farmácia e Bioquímica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4	4
Odontologia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	28	36	69
T O T A L	17	13	37	103	167	135	106	196	277	472	231	1754

* Corresponde ao 1º semestre.

ENSINO SUPERIOR

TOTAL DE ALUNOS DO ESTADO DA PARAÍBA POR CURSO - 1976

CURSOS	ESTADO DA PARAÍBA		TOTAL
	CAMPINA GRANDE	OUTRAS CIDADES	
Administração	276	258	534
Ciências Contábeis	137	163	300
Comunicação Social	87	73	160
Direito	225	282	507
Estudos Sociais	80	119	199
Letras	88	114	202
Pedagogia	143	229	372
Serviço Social	150	218	368
Engenharia Mecânica	106	127	233
Engenharia Química	106	110	216
Licenciatura em Física	24	21	45
Lic. em Matemática	74	75	149
Licenciatura em Química	27	43	70
Movimento de Terra e Pavimentação	48	54	102
Obras Hidráulicas e Saneamento	53	58	111
Química Industrial	66	96	162
Lic. em Ciências Biológicas	19	26	45
Enfermagem e Obstetrícia	76	44	120
Farmácia e Bioquímica	101	37	138
Odontologia	86	62	148
T O T A L	1.972	2.209	4.181

ENSINO SUPERIOR

MATRÍCULA GERAL POR CURSO

SEGUNDO A FAIXA ETÁRIA - 1976

CURSOS	FAIXA ETÁRIA					Total
	17 a 20	21 a 24	25 a 28	29 a 32	33 a +	
Administração	29	186	195	98	103	611
Ciências Contábeis	12	98	93	52	92	347
Comunicação Social	20	87	34	19	17	177
Direito	16	115	138	105	244	618
Estudos Sociais	04	50	59	41	67	221
Letras	15	82	78	30	35	240
Pedagogia	16	73	108	86	140	423
Serviço Social	26	128	141	52	69	416
Eng. Mecânica	49	175	66	19	18	327
Eng. Química	37	139	84	27	09	286
Lic. em Física	19	34	11	04	01	69
Lic. em Matemática	21	72	40	19	17	169
Lic. em Química	17	46	24	08	01	96
Mov. de Terra e Pavimentação	18	69	23	06	09	125
Obras H. e Saneamento	26	68	23	10	08	135
Química Industrial	39	89	67	14	15	224
Lic. em C. Biológicas	16	25	05	01	04	51
Enf. e Obstetrícia	13	55	35	16	16	135
Farm. e Bioquímica	33	90	12	06	06	147
Odontologia	29	87	30	10	09	165
T O T A L	455	1.768	1.266	623	880	4.992

**ENSINO DE GRADUAÇÃO
VESTIBULAR
DEMANDA POR ÁREA E CURSO - 1976**

ÁREAS	CURSOS	D E M A N D A		
		1ª opção	2ª opção	3ª opção
HUMANÍSTICA	Administração	278	212	126
	Ciências Contábeis	88	210	160
	Comunicação Social	30	87	132
	Direito	126	100	162
	Estudos Sociais	22	42	73
	Letras	28	34	88
	Pedagogia	51	57	56
	Serviço Social	103	105	91
	Engenharia Mecânica	231	292	133
	Engenharia Química	74	201	148
TECNOLÓGICA	Licenciatura em Física	01	37	93
	Licenciatura em Matemática	13	101	156
	Licenciatura em Química	02	44	94
	Movimento de Terra e Pavimentação	07	58	107
	Obras Hidráulicas e Saneamento	11	49	115
	Química Industrial	38	193	231
	Lic. em Ciências Biológicas	09	313	275
	Enfermagem e Obstetrícia	71	143	222
	Farmácia e Bioquímica	115	270	305
	Odontologia	147	212	144
T O T A L		1.445	2.760	2.911

**ENSINO DE GRADUAÇÃO
VESTIBULAR
DEMANDA DE CANDIDATOS
Nº DE INSCRITOS, VAGAS E CLASSIFICAÇÃO
PERÍODO : 1974/1976**

ÁREAS	INSCRITOS			VAGAS			CLASSIFICADOS		
	1974	1975*	1976*	1974	1975	1976	1974	1975	1976
Tecnológica	307	229	377	560	620	765	536	507	638
Humanística	760	562	726	1.160	1.280	1.225	835	890	1.057
da Saúde	253	273	342	180	180	200	182	172	189
TOTAL	1.320	1.064	1.445	1.900	2.080	2.190	1.553	1.569	1.884

* - Em 1ª Opção.